

DESPAÇO PARA CONVOCAÇÃO DE HABILITAÇÃO

A
Célia Regina Sousa Feitosa
Agente de Contratação

Solicito que tome as devidas providências para andamento do Processo de Contratação Direta por Inexigibilidade nº 005/2025 que objetiva a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ADVOCACIA JUNTO À PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO, PARA ATUAÇÃO EM INSTÂNCIAS SUPERIORES DA JUSTIÇA COMUM (TJ, STJ E STF) E NA JUSTIÇA FEDERAL (TRF), a fim de que realize a convocação a empresa encaminhe todos os documentos necessários à comprovação de sua Habilitação conforme Termo de Referência, nos termos do artigo 62 a 68 da Lei 14.133/21.

Solicito que seja emitido relatório quanto à sua regularidade ou não, ao final devolva-se os autos do presente processo para análise, e se for o caso, autorização para processamento da contratação.

Barão de Grajaú, Maranhão, 13 de janeiro de 2025



Manoel Do Carmo Aires
Secretário Municipal de Administração

CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

À(o)

ESCRITÓRIO CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS

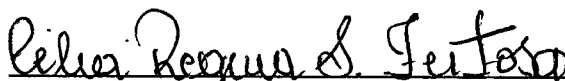
Endereço: Praça José Sarney, nº 70, Centro, Coroatá, Maranhão.

Ilmo. Sr. Advogado,

CONSIDERANDO a necessidade deste município de contratar serviços técnicos especializados advocatícios junto à Procuradoria do Município, para atuação em instâncias Superiores da Justiça Comum (TJ, STJ e STF) e na Justiça Federal (TRF), conforme as especificações constantes no Termo de Referência (TR) em anexo, solicitamos que a empresa nos envie, em papel timbrado, uma proposta de preço com validade de 60 dias.

A proposta deve conter todos os dados da empresa, seu representante legal, informações bancárias, além da documentação de habilitação listada no referido TR, devidamente atualizada e válida, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento deste.

Barão de Grajaú, Maranhão, 14 de janeiro de 2025



Célia Regina Sousa Feitosa
AGENTE DE CONTRATAÇÃO



CHAVES & MAIA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

FLS. N° 085

PROC. N° 009/2025

RUBRICA: *[assinatura]*

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Coroatá/MA, 17 de janeiro de 2025.

Ao Senhor Secretário de Administração
Manoel do Carmo Aires
Prefeitura Municipal de BARÃO DE GRAJAÚ - MA

Senhor Secretário,

Encaminhamos à vossa Senhoria, nossa proposta em anexo, objetivando a contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados advocatícios junto à Procuradoria do Município, para atuação em instâncias Superiores da Justiça Comum (TJ, STJ e STF) e na Justiça Federal (TRF) para atender as necessidades do Município.

Nossa Proposta tem preço MENSAL fixado em R\$ 24.000,00 (quinze mil e trezentos reais) mensal, pelo período de 12 (doze) meses, totalizando o valor global de R\$288.000,00 (duzentos e oitenta e oito mil reais), conforme citado baixo, composta e irrevogáveis de acordo com exigências do Edital.

Prazo de início dos serviços: Imediato após a assinatura do contrato juntamente com o recebimento da ordem de execução de serviços.

Prazo de validade da Proposta: 60 (sessenta) dias a partir da abertura da proposta.

Declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à contratação, e que nos preços propostos estão incluídos todos os tributos e despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre os serviços.

Dados bancários: Banco BRADESCO, AG 1080-4, C/C 467-7

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE DE MESES	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR GLOBAL
01	serviços técnicos especializados advocatícios junto à Procuradoria do Município, para atuação em instâncias Superiores da Justiça Comum (TJ, STJ	12 (doze meses)	R\$ 24.000,00 (vinte e	R\$ 288.000,00 (duzentos e



CHAVES & MAIA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

o STB e na Justiça Federal (TRF) para atender as necessidades do Município	quatro mil reais)	oitenta e oito mil reais)
---	----------------------	------------------------------

Atenciosamente,

FLS. N° 096
PROC. N° 029 / 2025
RUBRICA: *At*

[Assinatura]
CHAVES & MAIA Advogados e Associados

FABIO MELO MATA - OAB/MA 6736-A

Sócio/Administrador

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		FLS. N° 037	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		PROC. N° 209 12025	
		RUBRICA 4/5	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 20.003.811/0001-53 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 19/03/2014
NOME EMPRESARIAL CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 69.11-7-01 - Serviços advocatícios			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 224-0 - Sociedade Simples Limitada			
LOGRADOURO PC JOSE SAQRNEY	NÚMERO 70	COMPLEMENTO *****	
CEP 65.415-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO COROATA	UF MA
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (99) 8103-4334	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/03/2014	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 15/01/2025 às 18:42:59 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Contrato Social da Sociedade de Advogados - Chaves & Maia Advogados
Associados

FLS. N° 638

PROC. N° 008 12025

RUBRICA: *mls*

Pelo presente instrumento particular de constituição de sociedade de advogados comparecem as partes a seguir denominadas:

a) **JORDEL SALES CHAVES JUNIOR**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Maranhão, sob o n° 7807, portador do CPF nº 82475172304, residente e domiciliado na Avenida 02, quadra S, casa 05, Alterosa Calhau, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, CEP nº 65071-405, Telefone (98) 30832567, e 91875177.

b) **FABIO MELO MAIA**, brasileiro, casado sob o regime parcial de bens, regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Maranhão, sob o n° 6736-A, portador do CPF nº 605.917.812-04, residente e domiciliado na Avenida Mário Andreazza, n. 01, Condomínio Itaparica, Casa 07, Turu, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, Telefone (98) 91511513 e 81139008.

que, estando livremente ajustadas, resolvem nesta oportunidade e na melhor forma de direito constituir uma sociedade de advogados, doravante designada simplesmente "Sociedade", que se regerá pelo Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (EAOAB), por seu Regulamento Geral, pelo Provimento nº 112/2006 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e, ainda, pelos seguintes termos e condições:

Da Razão Social

Clausula Primeira: A Sociedade utilizará a razão social: **Chaves & Maia Advogados Associados**.

Parágrafo Único: Em caso de falecimento de sócio que tenha dado nome à sociedade, a razão social não sofrerá alteração.

Jordel

Fabio

Da Sede

Cláusula Segunda: A Sociedade tem sede na Praça José Sarney, nº 70, Centro, na cidade de Coratá, Estado do Maranhão, CEP: 65.415-000.

Parágrafo Único: A Sociedade poderá abrir filiais em qualquer outra cidade do território nacional, na forma que vierem a deliberar os sócios, devendo nesta hipótese averbar o ato de constituição da filial junto ao registro da sociedade e arquivá-lo também junto ao Conselho Seccional onde se instalar, ficando os sócios obrigados a inscrição suplementar.

Do Objeto

Cláusula Terceira: A Sociedade terá como objeto exclusivo a prestação de serviços de advocacia, sendo expressamente vedado o desenvolvimento de qualquer outra atividade estranha a esse objeto.

Do Prazo

Cláusula Quarta: O prazo de duração da Sociedade é indeterminado, tendo iniciado em suas atividades em 10 de dezembro de 2013.

Do Capital Social

Cláusula Quinta: O capital social da sociedade, inteiramente subscrito e integralizado nesta oportunidade pelos sócios, é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), dividido em trezentas (300) quotas, com valor nominal de R\$ 100,00 cada uma, distribuído entre os sócios da seguinte forma:

Sócios	Qde. Quotas	Vir. Unit.	Vir. Total
Jordel Sales Chaves Junior	150	100,00	15.000,00
Fábio Melo Neto	150	100,00	15.000,00
TOTAL	300	100,00	30.000,00

Da Responsabilidade dos Sócios

Cláusula Sexta: Além da própria Sociedade, cada sócio também responderá subsidiária e ilimitadamente pelos danos causados aos clientes, por ação ou omissão no exercício da advocacia e caso os bens da sociedade não cobrirem as dívidas, responderão os sócios pelo saldo, na proporção em que participem das

Paul

perdas sociais, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar em que possa incorrer.



Parágrafo Único: Se os bens da sociedade não cobrirem as dívidas, responderão os sócios pelo saldo, na proporção em que participem das perdas sociais.

FLS. N° 300
PROC. N° 008/2025
RUBRICA: <i>[assinatura]</i>

Da Administração

Cláusula Sétima: Todos os sócios são considerados administradores, podendo praticar atos de gestão em conjunto ou isoladamente. Para a venda de bens imóveis e para a assunção de obrigações em valor superior a R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) será necessária a anuência expressa da unanimidade dos sócios.

Parágrafo Primeiro: É absolutamente vedado, sendo nulo e ineficaz em relação à Sociedade, o uso da razão social para fins e objetivos estranhos às atividades e interesses sociais, inclusive prestação de avais, fianças e outros atos gratuitos, mesmo que em benefício dos próprios sócios.

Parágrafo Segundo: Serão atribuídos "pro labore" mensais aos Sócios Administradores, fixados de comum acordo pelos Sócios.

Parágrafo Terceiro: Os sócios terão o dever de lealdade entre si, em todas as operações relativas à Sociedade, e cada um deles prestará contas aos demais sócios.

Parágrafo Quarto: Fica vedado a qualquer dos sócios, administradores ou não, assim como aos advogados a esta sociedade associados, integrar, ou se associar a outra sociedade inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil - Conselho Seccional do Maranhão, enquanto esta estiver vigente.

Parágrafo Quinto: Fica vedado a qualquer dos sócios, administradores ou não, representar em juízo clientes de interesses opostos.

Parágrafo Sexto: esta Sociedade de advogados enquadra-se como microempresa, uma vez que sua previsão de receita bruta anual não ultrapasse o valor de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

Da Reunião de Sócios

Cláusula Oitava: As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, obedecendo as regras dispostas nesta cláusula.

[assinatura]

[assinatura]



Parágrafo Primeiro: A reunião será dispensada quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto da deliberação.

Parágrafo Segundo: As reuniões serão realizadas sempre que necessário e deverão ser convocadas por Sócio Administrador ou por sócios representando, no mínimo, 1/5 (um quinto) do capital social.

FLS. N° 301

PROC. N° 008 / 2025

RUBRICA: *elva*

Parágrafo Terceiro: A convocação para a reunião dos sócios será feita por escrito, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo Quarto: As formalidades de convocação serão dispensadas quando todos os sócios comparecerem ou declararem, por escrito, estar cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo Quinto: A reunião será instalada mediante a presença dos sócios representando a maioria do capital social, em primeira convocação, ou por qualquer quorum, nas demais convocações.

Parágrafo Sexto: As deliberações tomadas em conformidade com este Contrato Social e com a legislação aplicável vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

Da Cessão e Transferência de Quotas

Cláusula Nona: Os sócios não poderão ceder e/ou transferir, total ou parcialmente, suas quotas no capital social, ou seu direito de preferência na subscrição de novas quotas, a terceiros estranhos à Sociedade, sem o consentimento expresso de todos os demais sócios.

Dos Resultados Patrimoniais

Cláusula Décima: Fica estabelecido que a Apuração do Resultado Financeiro e do Balanço Patrimonial da sociedade ocorrerá anualmente e coincidirá com o término do ano civil, ou seja, em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo Primeiro: Os eventuais lucros serão distribuídos entre os sócios na proporção de suas quotas de capital.

Parágrafo Segundo: Os prejuízos, porventura havidos, serão transferidos aos exercícios seguintes, observadas as disposições legais, e suportados pelos sócios proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social.

Paul

4

Paul

Parágrafo Terceiro: Os sócios poderão advogar individualmente, sem que os honorários auferidos revertam em benefício da Sociedade, na hipótese de ações e clientes particulares e estranhos à Sociedade, desde que haja expresso conhecimento dos demais sócios.



FLS. N° 102

PRÓC. N° 00812025

RUBRICA: *[assinatura]*

Da Retirada de Sócio

Cláusula Décima-Primeira: O sócio que desejar se retirar da Sociedade deverá manifestar sua intenção, com 60 (sessenta) dias de antecedência, por meio de carta protocolada ou notificação extrajudicial ou judicial.

Parágrafo Primeiro: A apuração dos haveres do sócio retirante deverá ser realizada com fundamento em balanço especial, com data-base na data de recebimento pela Sociedade da comunicação de retirada, e deverá considerar o valor atual dos ativos da Sociedade.

Parágrafo Segundo: Os haveres do sócio retirante deverão ser pagos pela Sociedade em 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas, acrescidas dos juros a taxa de 12% (doze por cento) ao ano e correção monetária, de acordo com a variação do índice IGP-M, incidentes a partir da data da comunicação da retirada.

Da Continuação da Sociedade

Cláusula Décima-Segunda: A Sociedade não será dissolvida pela retirada ou morte de qualquer um dos sócios. Em caso de redução do número de sócios à unipessoalidade, a pluralidade de sócios deverá ser reconstituída em até 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de dissolução da sociedade.

Parágrafo Único: Em caso de morte de um dos sócios, caberá ao(s) sócio(s) remanescente(s) decidir(em) sobre a continuação da Sociedade com o herdeiro ou herdeiros do sócio falecido, desde que cumpram com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis. Aplica-se aos herdeiros do sócio falecido que não ingressarem na Sociedade as regras de apuração e pagamento de haveres de sócio retirante, previstas na cláusula anterior.

Da Exclusão de Sócios

Cláusula Décima-Terceira: É facultada a exclusão de quaisquer dos sócios, por maioria do capital social, nos termos do art. 4º do Provimento nº 112/2006, do Conselho Federal da OAB e desde que cumprida a exigência contida no parágrafo único deste dispositivo.

[assinatura]

[assinatura]

Parágrafo Único: A apuração e pagamento dos haveres do sócio excluído deverá seguir o mesmo procedimento aplicável ao sócio retirante.



FLS. N° 103

PROC. N° 0281/2025

RUBRICADA

Declaração de Desimpedimento

Clausula Decima-Quarta: Os sócios Jordel Sales Chaves Junior e Fabio Melo Maia declaram, sob as penas da lei, que não estão sujeitos a qualquer hipótese de incompatibilidade ou impedimento para o exercício da advocacia ou participação nesta sociedade. Declaram, ainda, que não participam de nenhuma outra sociedade de advogados inscrita nesta seccional e que não estão incursos em nenhuma penalidade que os impeçam de participar desta Sociedade.

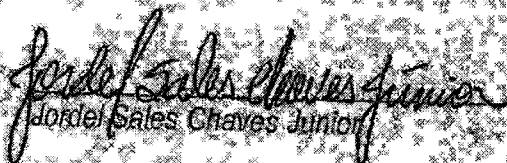
Da Arbitragem

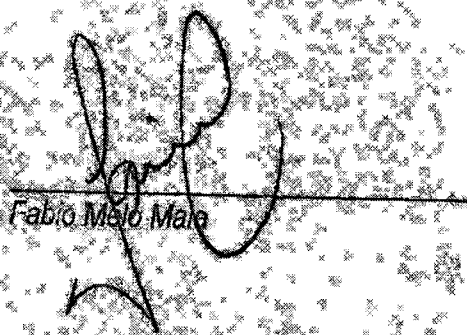
Clausula Decima Quinta: Os sócios supracitados convencionaram entre si, que qualquer dúvida ou conflito sobre o presente contrato de sociedade advocatícia, será resolvido por mediação e arbitragem, indicando como órgão mediador o Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/MA.

Do Foro

Clausula Decima Sexta: Fica eleito o foro de Coroa/MA para dirimir qualquer dúvida oriunda do presente Contrato.

Coroa/MA, 24 de fevereiro de 2014.


Jordel Sales Chaves Junior


Fabio Melo Maia

Testemunhas:

1. 
Fátima Jairo Rodrigues

RG: 10.15.12.8994
CPF: 046.206.215.90

2. 
Gelson C. S.

RG: 023.404.593.44
CPF: 015.351.83.34



CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Inscrição: 00378 Estado: Maranhão - MA Sócios: 02



Endereço:
 Praça José Sarney, Nº 70, Praça Centro
 COCOATA - MA
 65415-000

Telefones:
 (98) 99187-6177
 (98) 99915-4164

Sócios e Associados:

Nº	Nome	Nome Social	Tip
01	FABIO MELO MAIA		Socio
02	JORDEL SALES CHAVES JUNIOR		Socio



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Rio de Janeiro
Rua Dr. Paulo de Almeida Lima, nº 101 - Centro
Tel: (21) 2107-2000 - Fax: (21) 2107-2001
CNPJ nº 07.000.000/0001-00

FLS. N° 105
PROC. N° 029/2022
RUBRICA: *[assinatura]*



CERTIDÃO

CERTIFICO, PARA OS DEVIDOS FINS, QUE REVENDO OS ARQUIVOS DESTA SECRETARIA, DILES VERIFIQUEI QUE NO SISTEMA DE ANOTAÇÕES DAS SOCIEDADES DE ADVOGADOS, CONSTA O REGISTRO DE NOME DA SOCIEDADE CHAVES & MORA ASSOCIADOS ASSOCIADOS, COM O ENDEREÇO EM PRACA JOSE SARDY, Nº 70, CENTRO, CEP 02000-000, COMPOSTA PELOS ADVOGADOS SOCIOS FABIO MELO MORA (OAB RJ 15564), JORDEL SALES CHAVES JUNIOR (OAB RJ 15564), CERTIFICANDO ASSIM QUE A REFERIDA SOCIEDADE FOI REGISTRADA EM 19/03/2014.

São Luis/MA, quarta-feira, 9 de março de 2022.

RAIO VICTOR SIEMER CRUZ
Presidente OAB/MA

RAISSA MARIA FREITAS COSTA
Vice Presidente

CRISTIANO MARCOS LOPES DE SOUZA
Secretaria(a) Geral da OAB/MA

Data de Emissão: 09/03/2022 às 14:05:32
Certidão válida até o dia 09/03/2022 - Emissão gratuita.
A veracidade da presente certidão poderá ser verificada no Portal da OAB-MA em
<http://ma.oab.org.br/validar>
Validação Digital: ECDAA=4041-4271-4251-4004766021

CASA DE TODOS

[assinatura]



FLS. N° 506
PROC. N° 008/13225
RUBRICA: *Atto*

Ordem dos Advogados do Brasil

Conselho Seccional do Maranhão
Rua Dr. Pedro Inácio da Oliveira, nº 01 - Calhau
FAX: (98) 2107-5425 - Fone: (98) 2107-5520
CEP: 65076-908 - São Luís - MA



CERTIDÃO

CERTIFICO, que o Contrato de Constituição de Sociedade denominada "CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS" foi registrado no Livro B-07, de Registro Integral de Títulos, Documentos e Outros Papéis, fl.01, recebendo o nº 378 (trezentos e setenta e oito), desde 19 (dezenove) de março de 2014 (dois mil e catorze). O referido é verdade. Dada e passada aos 19 (dezenove) de março de 2014 (dois mil e catorze). Eu, Benedita Freire Campos, Secretária das Comissões desta Seccional Maranhão, subscrevo, dato e assino a presente certidão que vai visada pelo Senhor Presidente desta Seccional.

Benedita Freire Campos

Benedita Freire Campos
Secretária das Comissões - OAB/MA

Viso
Em: 19/03/2014

Mário de Andrade Macieira
MÁRIO DE ANDRADE MACIEIRA
Presidente da OAB/MA

Paul



OAB A Voz da Sociedade

FLS. N° 307

PROC. N° 008/12025

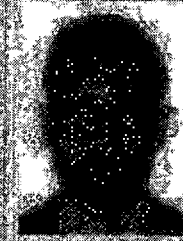
E-MAIL: 346

FABIO MELO MAIA

Inscrição: 6756-A
Seccional: MA
Subseção: CONSELHO SECCIONAL - MARANHÃO
SUPLEMENTAR:

Endereço Profissional:
PRACA JOSE SARNEY, Nº 20, CENTRO,
COROATA - MA
65415-000

Telefone Profissional:
(98) 96112-9383

**SITUAÇÃO REGULAR**


*O teor desta consulta do cna.oab.org.br realizada em 20/01/2025 é meramente informativo, não valendo como certidão.

RUBRICA: MAO

CONTEÚDO SEEDBANK		DATA DE CRIAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO DE ADVOGADO		07/99-A	
SUPLENTE			
FABIO MELO MAIA			
REGISTRO A FONSECA MAIA			
VERA M MELO MAIA			
NACIONALIDADE		DATA DE NASCIMENTO	
BRASIL		28/06/1977	
UF		CE	
011007		SSP-PA	
011007		83301781204	
AGÊNCIA ORIGINADORA		SSP-PA	
10745-PA		107421399	
		PROMISSÃO	



JUNDEL SALES OLIVEIRA JUNIOR		
Inscrição	Seccional	Subseção
7807	MA	CONSELHO SECCIONAL - AMARANTO
ADVOGADO		
Endereço Profissional		
Não informado		
Telefone Profissional		
(98) 3301-1009		
(98) 99187-5177		
SITUAÇÃO REGULAR		



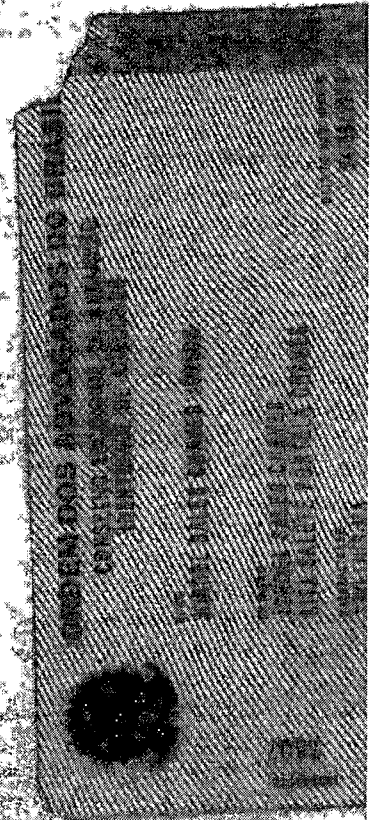
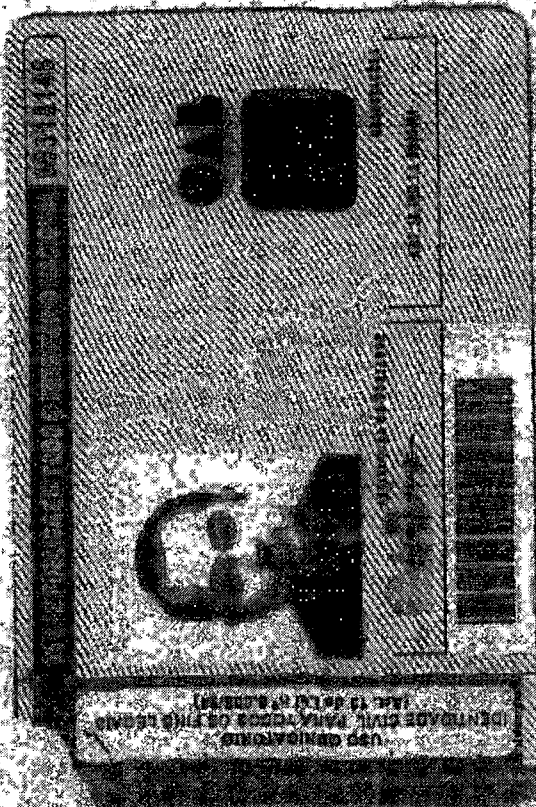
FLS. N° 109

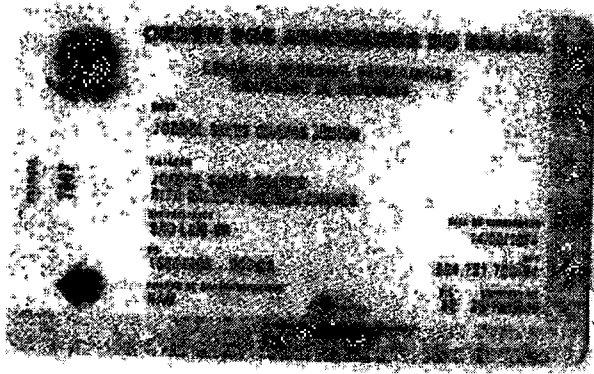
PROC. N° 208/2025

CURRICULO 140

*O teor desta consulta do cna.oab.org.br efetuada em 20/01/2025 é meramente informativo, não valendo como certidão.

FLS. N° 110
PROC. N° 009/2025
RUBRICA: ok





FLS. N° 111
PROC. N° 08/2005
RUBRICA: file



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

FLS. N°	112
PROC. N°	009 1 2025
RUBRICA:	<i>[assinatura]</i>

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ: 20.003.811/0001-53

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 16:50:40 do dia 08/08/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 04/02/2025.

Código de controle da certidão: **4589.5B57.5AD7.5F65**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar

Imprimir

FLS. N° 013

PROC. N° 001/2025

RUBRICA: [assinatura]

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 20.003.811/0001-53
Razão Social: CHAVES E MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS
Endereço: PC JOSE SARNEY 70 / CENTRO / COROATA / MA / 65415-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 07/01/2025 a 05/02/2025

Certificação Número: 2025010704592148086412

Informação obtida em 15/01/2025 18:57:07

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

FLS. N° 114
PROC. N° 009/2025
RUBRICA: [assinatura]

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 20.003.811/0001-53

Certidão n°: 2888847/2025

Expedição: 15/01/2025, às 18:53:34

Validade: 14/07/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° 20.003.811/0001-53, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



FLS. N°	115
PROC. N°	00912025
RUBRICA:	<i>[assinatura]</i>

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 020624/25

Data da Certidão: 15/01/2025 18:54:16

CPF/CNPJ 20003811000153 NÃO INSCRITO NO CADASTRO DE
CONTRIBUINTES DO ICMS DO ESTADO MARANHÃO.

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 15/04/2025.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 15/01/2025 18:54:16



FLS. N°	556
PROC. N°	009 12025
RUBRICA:	<i>[assinatura]</i>

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 003916/25

Data da Certidão: 15/01/2025 18:55:05

CPF/CNPJ CONSULTADO: 20003811000153

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156 da lei nº 2.231 de 29/12/1962, substanciado pelos, 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 15/04/2025.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 15/01/2025 18:55:05



FLS. N° 387
PROC. N° 009/2025
RUBRICA: [assinatura]

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
1ª Vara da Comarca de Coroatá

CERTJUDONE-1VCR - 52025
Código de validação: 08063AB29B

Número da guia: 25052601002018659.

CERTIDÃO CÍVEL

USANDO da faculdade que me confere a Lei, **CERTIFICO** que, a requerimento de pessoa interessada, que, dando busca nos arquivos dos feitos referentes às **Varas de Falência ou Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, Insolvência Civil**, a partir do dia 1º (primeiro) do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze (2015) até o dia **treze de janeiro** do ano corrente, constatei **NÃO EXISTIR** distribuição de **AÇÕES E/OU EXECUÇÕES** contra **CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no CNPJ. n.º 20.003.811/0001-53, localizada na Praça José Sarney, nº 70, Centro, Coroatá/MA. **CERTIFICO**, finalmente, que esta Secretaria de Distribuição é a única existente no **Termo Judiciário** de Coroatá, Estado do Maranhão. O referido é verdade e dou fé. Dada e passada a presente certidão na Secretaria de Distribuição a meu cargo, no Fórum "Desembargador José Menezes Júnior", nesta cidade de Coroatá do Estado do Maranhão. Eu, (**Jânio Silva Soares**), Auxiliar Judiciário, mat.118026, digitei, subscrevo e assino. Coroatá/MA, **treze de janeiro** de 2025.

Sede: Fórum Desembargador "José Menezes Júnior".
Rua Gonçalves Dias, s/n.º - Centro, CEP.: 65.415-000 - fone: (099) 3641-1565 / 2822
Obs.: Esta certidão refere-se exclusivamente aos processos da Comarca de Coroatá Prazo de validade: 60 dias.

JANIO SILVA SOARES
Função Gratificada Especial
1ª Vara da Comarca de Coroatá
Matrícula 118026

Documento assinado. COROATÁ, 13/01/2025 17:26 (JANIO SILVA SOARES)



CERTJUDONE-1VCR - 52025 / Código: 08063AB29B
Valide o documento em www.tjma.jus.br/validadoc.php

Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.
#ConsumoConsciente



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
1ª Vara da Comarca de Coroatá

FLS. N° 138
PROC. N° 009 12025
RUBRICA: *[assinatura]*

CERTJUDONE-1VCR - 62025
Código de validação: 408C583A52

Número da guia: 25052601002018641.

CERTIDÃO CÍVEL

USANDO da faculdade que me confere a Lei, **CERTIFICO**, a requerimento de pessoa interessada, que, dando busca nos arquivos dos feitos referentes às **Varas Cíveis e da Fazenda Pública**, partido dia 1º (primeiro) do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze (2015) até o dia **treze** de **janeiro** do ano corrente, constatei **NÃO EXISTIR** distribuição de **AÇÃO DE EXECUÇÃO PATRIMONIAL** contra **CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no CNPJ. n.º 20.003.811/0001-53, localizada na Praça José Sarney, nº 70, Centro, Coroatá/MA. **CERTIFICO**, finalmente, que esta Secretaria de Distribuição é a única existente no **Termo Judiciário** de Coroatá, Estado do Maranhão. O referido é verdade e dou fé. Dada e passada a presente certidão na Secretaria de Distribuição a meu cargo, no Fórum "Desembargador José Menezes Júnior", nesta cidade de Coroatá do Estado do Maranhão. Eu, **(Jânio Silva Soares)**, Auxiliar Judiciário, mat.118026, digitei, subscrevo e assino. Coroatá/MA, **treze** de **janeiro** de 2025.

Sede: Fórum Desembargador "José Menezes Júnior".
Rua Gonçalves Dias, s/n.º - Centro, CEP.: 65.415-000 - fone: (099) 3641-1555 / 2822
Obs.: Esta certidão refere-se exclusivamente aos processos da Comarca de Coroatá Prazo de validade: 60 dias.

JANIO SILVA SOARES
Função Gratificada Especial
1ª Vara da Comarca de Coroatá
Matrícula 118026

Documento assinado. COROATÁ, 13/01/2025 17:29 (JANIO SILVA SOARES)



CERTJUDONE-1VCR - 62025 / Código: 408C583A52
Valide o documento em www.tjma.jus.br/validadoc.php

Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.
#ConsumoConsciente



FLS. N° 319
PROC. N° 008 2025
RUBRICA: Ab

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROATÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ORÇAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS
CNPJ: 06.331.110/0001-12

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS
Nº 000442/2024

CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS
210360420003811000153
20.003.811/0001-53
SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS
PC JOSE SARNEY 70, CENTRO, COROATÁ - MA

Ressalvando o Direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada que vierem a ser apuradas posteriormente, de acordo com o processo administrativo nº N°010950/2024 é certificado que não constam pendências em seu nome relativas à pessoa inscrita sob o CNPJ CNPJ 20.003.811/0001-53, inerentes aos tributos municipais:

- Alvará de Localização e Funcionamento - ALV. DE LF
Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN

Esta certidão refere-se exclusivamente a situação da inscrição acima mencionada no que diz respeito aos tributos municipais.

Emitida às 08:18:08 hs do dia 10 de Dezembro de 2024

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

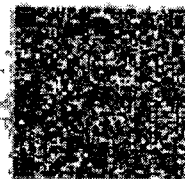
Este documento é válido até 10 de Março de 2025 (90 dias, a contar da data de emissão.)

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE

COROATÁ - MA

Ass: 10/12/2024 17:04
Superintendente de arrecadação tributária
Popina 212021-Nameção

Para verificar a autenticidade deste Documento, aproxime um leitor de QR Code na imagem ao lado ou acesse o site www.tributosmunicipalsma.com.br, escolha seu município, clique no link Verificar Autenticidade e digite o código verificador: 4EY1U2241210.





FLS. N° 120
PROC. N° 009/2025
RUBRICA: *[Assinatura]*

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COROATÁ
CNPJ Nº 06.331.110/0001-12
Praça Dr. Sarney, nº 159, Centro

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO
Nº 000433/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010950	
NOME RAZÃO SOCIAL	CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS
ENDEREÇO	PC JOSE SARNEY, Nº 70, CENTRO - COROATÁ, 65415-000.
CNPJ	210360420003811000153
CNPJ/CPF	20.003.611/0001-53
ATIVIDADE	SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS

Reservado o direito da Fazenda Pública Municipal de cobrar e inscrever quaisquer dívidas do sujeito passivo acima identificado, que vierem a ser apuradas. É certificado que nesta data não constam pendências em seu nome, relativas aos Tributos Municipais de acordo com o Processo Administrativo nº 010950.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação da inscrição acima mencionada no que diz respeito aos tributos municipais.

Emitida às 08:19:46 hs do dia 10 de Dezembro de 2024.

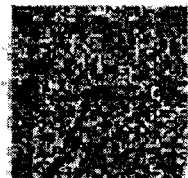
Qualquer rasura ou emenda invalida este documento.

Este documento é válido até 10 de Março de 2025 (90 dias, a contar da data de emissão.)

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE

COROATÁ - MA
Marcelo Magalhães Silva
Supervisor do Atendimento ao Contribuinte
Pouso 11/2024

Para verificar a autenticidade deste Documento, aproxime um leitor de QR Code na imagem ao lado ou acesse o site www.tributosmunicipalsma.com.br, escolha seu município, clique no link Verificar Autenticidade e digite o código verificador: **7WR7YY241210**.



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:

20.003.811/0001-53

NOME EMPRESARIAL:

CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS

CAPITAL SOCIAL:

R\$30.000,00 (Trinta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:

JORDEL SALES CHAVES JUNIOR

Qualificação:

49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:

FABIO MELO MAIA

Qualificação:

22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 15/01/2025 às 18:45 (data e hora de Brasília).

CURRÍCULO VITAL**Dados pessoais:****Jordal Sales Chaves Júnior.**

- Advogado: OAB/MA N.º 7807
- Professor de Língua Portuguesa.
- Data de Nascimento: 14/03/1974.
- Estado civil: Casado
- Endereço: Avenida 02; quadra 5; Casa 05; Alterosa Calhau; São Luís/MA.
- CEP: 65071-405
- Telefone: (98) 308325669 Celulares: 98-91875177 / 86125520
- Email: jordalsales@hotmail.com

Formação Acadêmica:

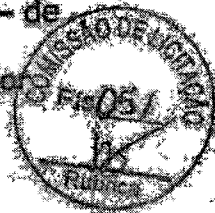
- Pós-graduação em Direito Público pelo ISAN/FGV - 2009
- Especialização Direito Civil e Processo Civil pelo UNICEUMA - 2006
- Mestrando em Políticas Públicas pela UFMA - 2010.
- Superior Completo - Curso de Letras pela UFMA - 1998.
- Superior completo - Bacharel em Direito pelo UNICEUMA - 2005

Experiência Profissional Pedagógica:

- Professor de Língua Portuguesa do Curso e Colégio GEGALPHA - de 1999 a 2007.
- Professor de Literatura do Colégio Upaon-Açu - de 2000 a 2004.
- Professor de Literatura do Colégio São Marcos de 2000 a 2005.
- Professor de Língua Portuguesa do Colégio O Bom Pastor - de 2006 a 2010.
- Professor de Língua portuguesa da rede estadual de ensino, lecionando de 2001 a 2010 no C.E.M. Manoel Beckman.
- Professor de Literatura Portuguesa e Brasileira da UEMA (POD) - de 2005 a 2007.
- Professor de Língua Portuguesa do Curso Unico Vestibulares - de 2005 a 2011.
- Professor de Língua Portuguesa do Curso Einstein - de 2007 a 2010.
- Professor de Língua Portuguesa do S.O.S vestibulares (SESC) - 2011.

He

- Professor de Direito Constitucional e Direito Ambiental do Curso Wellington - de 2009 a 2011.
- Professor de direito Administrativo do curso Jurídico Concurso - 2012.
- Professor de Língua Portuguesa do Curso Palavra Exata - de 2012 aos dias atuais.
- Professor de Língua Portuguesa do C.E.M. Desembargador Sarney - 2013.



EXPERIÊNCIA JURÍDICA:

- Advogado militante desde 2006.
- Procurador do Município de Cajari/MA - de 2010 a 2012.
- Procurador do Município de Vitória do Meirim - de 2011 a 2012.
- Procurador do Município de Presidente Juscelino - 2012.
- Advogado da Câmara Municipal de Cajari - 2010 a 2012.
- Advogado do Escritório Humberto Teixeira & Gilson Barros - de 2009 a 2012.
- Consultor Jurídico da Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra de São Luís/MA - desde 2011.
- Advogado da Prefeitura de São Vicente Ferrer - 2013.
- Membro da Comissão de Direito Municipalista da OAB/MA - 2013.

São Luís, 10 de Janeiro de 2022.

Jordel Sales Chaves Junior
Jordel Sales Chaves Junior
OAB/MA - 7802

Curriculum Vitae

FLS. N°	124
PROC. N°	008 12025
RUBRICA:	Adv

Dados pessoais:

FABIO MELO MAIA

Advogado: OAB/MA N° 6736-A

Data de Nascimento: 28/08/1977

Estado civil: Casado

Endereço: Avenida Mario Andreazza, Condomínio Itapanica, n. 07, Olho D'Água, São Luís/ MA. CEP - 65068-500

Telefone: (98) 37993693 Celulares: (98) 81139003

Escritório: Praça José Sarney, n. 70, Centro, Coreatã/MA

E-mail: maiafabio.adv@gmail.com

Formação Acadêmica:

Superior completo - Bacharel em Direito pela UNAMA - 2001

Experiência Profissional:

- Advogado militante na área Cível, Empresarial e Trabalhista desde 2001.
- Procurador do Município de Penápolis/MA - de 2009 a 2012.
- Assessor Jurídico do Município de Vitória do Mearim - em 2010 e 2011.
- Assessor Jurídico do Município de Viana - em 2011 e 2012.
- Assessor e consultor Jurídico do Município de Coreatã - em 2013 e 2016.
- Assessor Jurídico do Município de São Domingos do Azeitão - em 2013 e 2016.
- Assessor Jurídico do Município de Viana - em 2019 e 2020.
- Assessor e Consultor Jurídico do Município de São Benedito do Rio Preto - em 2019 e 2020.
- Chefe da Assessoria Jurídica da SEMAD - Município de São Luís - de janeiro de 2021 até julho de 2022.
- Assessor de Relações Sindicais da SEMAD - Município de São Luís - de janeiro de 2022 a julho de 2022.
- Chefe do Controle Interno da Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos de Março de 2023 a Junho de 2024.

São Luís/MA, 30 de dezembro de 2024.

Fabio Melo Maia
OAB/MA 6726-A



Universidade da Amazônia

Unama
Universidade da Amazônia

O Reitor da Universidade da Amazônia, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de Direito em 25 de janeiro de 2001 confere o título de Bacharel em Direito a

Fabio Melo Maia

nascido em 28 de agosto de 1977, natural Pará, portador da Carteira de Identidade nº 28440711 Cepap-PA, Nacionalidade Brasileira e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

FLS. N° 125
PROC. N° 008 1202
RUBRICA: 116

Belém, 25 de janeiro de 2001

W. J. de A. N. C. C.
Secretaria de Assuntos Acadêmicos

W. J. de A. N. C. C.
Diplomado

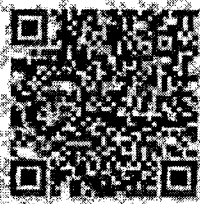
W. J. de A. N. C. C.
Reitor



Certificado

Certifico que **FABIO MELO MAIA** participou do evento **II CAPACITAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA (PNTP)** promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, através da Escola Superior de Controle Externo - ESCEX, no Dia 25 de abril de 2024, com carga horária de 5h (cinco horas(s)).

São Luís (MA), 20 de janeiro de 2025



JOSÉ DE RIBAMAR LOPES NOJOSA
Gestor da ESCEX/TCE-MA

FLS. N° 126
PROC. N° 009 12023
RUBRICA: *[assinatura]*

Para verificar a autenticidade deste certificado acesse a sua câmera para o QR Code ou acesse
<https://escex.tce.ma.br/site/validaCertificado> e insira o código 203cb085a52c3fa16a4f60131817258.

Atividades

Atividade	Carga Horária	Frequência
CAPACITAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA (PNTP)	5h	100%

FLS. N° 107
PROC. N° 009 / 2005
RUBRICA: *Alto*

Para verificar a autenticidade deste certificado acesse
<https://escex.toernio.br/site/validaCertificado> e insira o código 203cbl85,abc2c3ta Be4661.31817256.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO
ESTADO DO MARANHÃO

FLS. N° 128
PROC. N° 008/2005
RUBRICA: *Alc*

PORTARIA Nº 581/2017 - GAB

O PREFEITO MUNICIPAL DE PINHEIRO, ESTADO DO MARANHÃO, JOÃO LUCIANO SILVA SOARES, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR o (a) sr(a) FABIO DE MELO MAIA, portador (a) do RG Nº 2814307 SSP/MA, do Cargo Comissionado de **ASSESSOR ESPECIAL (PORTARIA 167/2017)**, **LOTADO NA CONTROLADORIA GERAL** do Município de Pinheiro, Estado do Maranhão, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PINHEIRO, ESTADO DO MARANHÃO, AOS VINTE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2017.

JOÃO LUCIANO SILVA SOARES
PREFEITO DE PINHEIRO - MA

FREDERICO ANANIO LOBATO
SECRETÁRIO DE GOVERNO

Publicada no Atrio da Prefeitura Municipal de Pinheiro, em 20 de setembro de 2017, considerando a incidência do parágrafo e do Diário Oficial locais com fundamento no artigo 79, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Pinheiro, Estado do Maranhão.

Pinheiro, 20 de Setembro de 2017.

SUELLEN FERNANDA DA FROTA CAVALCANTE
Chefe de Gabinete

Prça José Sarney, s/n - Centro - Pinheiro - Maranhão - CNPJ Nº 06.200.745/0001-80



ESTADO DO MARANHÃO
DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO

ANEXO Nº 150115 CUNHA, LUIZ G. UBERMOZ, 113 223010101-2 MARANHÃO

SUMÁRIO

Poder Executivo.....	01
Casa Civil.....	04
Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores.....	14
Secretaria de Estado da Fazenda.....	15
Secretaria de Estado da Indústria e Comércio.....	19
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação.....	24
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais.....	27
Secretaria de Estado da Agricultura Familiar.....	29
Secretaria de Estado da Segurança Pública.....	34
Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.....	33
Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Defesa do Cidadão.....	34

Assinado de forma digital por
 TEREZA RAQUEL BENTO REZERIA
 WALDO COELHO 45215170304

PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 34.171 DE 15 DE MARÇO DE 2023.

Abre ao Orçamento do Estado, em favor de Diversas Unidades Orçamentárias, crédito suplementar no valor de R\$ 29.792.409,73 (vinte e nove milhões, setecentos e noventa e dois mil, quatrocentos e noventa e três reais e setenta e três centavos), para atender às dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Assina:

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO EM BALANÇO PATRIMONIAL DO ESTADO

EXERCÍCIO 2022

15101 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social			Em R\$
Conte	Superávit	Exce. Crédito	Saldo Disponível
2023	5.049.713,51	516.784,88	-4.882.928,89
0500	2.483.509,04	1.304.439,62	179.069,46

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO

No uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização contida no inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.1964; no art. 35 da Lei Estadual nº 11.796 de 02.08.2022; e, nos incisos I do art. 5º e IV do art. 7º da Lei Estadual nº 11.871 de 29.12.2022:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto ao Orçamento do Estado, em favor de Diversas Unidades Orçamentárias, crédito suplementar no valor de R\$ 29.792.409,73 (vinte e nove milhões, setecentos e noventa e dois mil, quatrocentos e noventa e três reais e setenta e três centavos), para atender às dotações constantes da Anexo II.

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem da Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Estado no exercício de 2022 no valor de R\$ 29.792.409,73 (vinte e nove milhões, setecentos e noventa e dois mil, quatrocentos e noventa e três reais e setenta e três centavos), conforme indicado no Anexo I.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUIS, 15 DE MARÇO DE 2023, 202ª DA INDEPENDÊNCIA E 135ª DA REPÚBLICA.

CARLOS BRANDÃO
 Governador do Estado do Maranhão

SEBASTIÃO TORRES MADEIRA
 Secretário de Estado da Casa Civil

VINÍCIUS FERRO CASTRO
 Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento

D.O. PODER EXECUTIVO

QUARTA-FEIRA, 15-MARÇO-2023

RESOLVE

Nomear os integrantes do quadro abaixo para os cargos em comissão da Secretaria de Estado da Saúde, devendo ser assinada e protocolada até 10 de março de 2023:

NOME	CARGO	SÍMBOLO
JULIENITA CARVALHO ROCHA	Chefe de Gabinete	DAS-3
AYLAN CARVALHO DE SOUZA	Fiscalizador do Serviço Administrativo	DAS-2
ERENDSON DE JESUS CARVALHO ROCHA	Auxiliar Técnico II	DAS-5

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 15 DE MARÇO DE 2023, 202ª DA INDEPENDÊNCIA E 135ª DA REPÚBLICA.

CARLOS BRANDÃO
Governador do Estado do Maranhão

SEBASTIÃO TORRES MADEIRA
Secretário-Chefe da Casa Civil

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Ofício nº 239/2023, GAB/SAF-MA, de 10 de março de 2023 (Código nº 48994/2023), da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar:

RESOLVE

Nomear os integrantes do quadro abaixo para os cargos em comissão da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar:

NOME	CARGO	SÍMBOLO	VIGÊNCIA
JOAQUIM JOSE NATALASCO QUEIROZ	Secretário Adjunto de Coordenação da Política Agrária	ISOLADO	
RICARTE ALMEIDA SANTOS	Secretário Adjunto de Organização da Produção	ISOLADO	
JOAQUIM HENRIQUE OLIVEIRA	Assessor Especial	DGA	08/03/2023
RENATA DE ALMEIDA MOURA	Chefe de Gabinete	DGA	
IVALDO AGUIAR COQUEIRO	Assessor Sênior	DAS-4	
RITA DE CÁSSIA RODRIGUES OLIVEIRA	Auxiliar Técnico	DAS-4	
SIMÃO CHINEU CUTRIM NETO	Auxiliar de Serviços II	DAS-5	
LARISSA FERNANDA GABRAL SOUZA	Gestor de Atividades Meio	DGA	10/03/2023

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 15 DE MARÇO DE 2023, 203ª DA INDEPENDÊNCIA E 135ª DA REPÚBLICA.

CARLOS BRANDÃO
Governador do Estado do Maranhão

SEBASTIÃO TORRES MADEIRA
Secretário-Chefe da Casa Civil

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Ofício nº 253/2023, GAB/SES, de 13 de março de 2023 (Código nº 50021/2023), da Secretaria de Estado da Saúde:

RESOLVE

Nomear os integrantes do quadro abaixo dos cargos em comissão da Secretaria de Estado da Saúde:

NOME	CARGO	SÍMBOLO	VIGÊNCIA
PAULETTE NUNES PACHECO	Assessor Técnico	DAS-3	06/03/2023
THALITA PEREIRA VILELA	Chefe do Departamento de Alta Complexidade	DAS-4	15/03/2023
YGLEICY LUIZ CIANE MOYSES SILVA DE SOUZA	Auditor em Saúde	DAS-4	

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 15 DE MARÇO DE 2023, 202ª DA INDEPENDÊNCIA E 135ª DA REPÚBLICA.

CARLOS BRANDÃO
Governador do Estado do Maranhão

SEBASTIÃO TORRES MADEIRA
Secretário-Chefe da Casa Civil

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Ofício nº 277/2023, GAB/MOB, de 15 de março de 2023, da Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos:

RESOLVE

Nomear os integrantes do quadro abaixo para os cargos em comissão da Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos:

NOME	CARGO	SÍMBOLO	VIGÊNCIA
RAIRUNDA VANIA ALMEIDA LIMA	Assessor Especial III	DGA	
ANA CLAUDIA SANTOS PAVÃO	Assessor Júnior	DAS-2	13/03/2023
SILVIA REGINA MICHEL REIS	Dirigente de Operações, Reformas e Melhorias	DGA	

QUARTA-FEIRA, 15-MARÇO-2023				D.O. PODER EXECUTIVO		
NOME	CARGO	SÍMBOLO				
BRUNA DANIELESILVA PINTO	Assessor Jurídico	DAS-2				
JESSICA FERNANDA FERREIRA	Auxiliar de Serviços de Fiscalização II	DAS-5	14/03/2023			
ERICA MARINHO NOGUEIRA DOS SANTOS	Auxiliar de Serviços de Fiscalização II	DAS-4				
JOSE RONALDO SOUSA DO NASCIMENTO	Auxiliar de Serviços de Fiscalização	DAS-4				
MARIA BARBARA SOUZA SOEIRO	Assessor Especial	DGA				
GERGIVALDO MOREIRA CORREIA	Assessor Técnico	DAS-3				
LARIANE TELLES MENDONÇA	Chefe de Gabinete	DANS-1				
MARIANA LANTOS COELHO LIMA	Chefe de Gabinete	DANS-1	14/03/2023			
ALBERTO ALVES FELIX NETO	Assessor Júnior	DAS-1				
GEOMIRIS ROSÁRIO MONTEIRO	Assessor Sênior	DAS-2				
FABIO MELO MATE	Chefe de Assessoria de Controle Interno	DANS-1				
MARIA DA ASSUNÇÃO DIAS FERREIRA VIEIRA	Assessor Sênior	DAS-3	15/03/2023			
REGINA CELIA BITENCOURT REIS DE PINHO	Dieta Administrativa Financeira	DGA				
RONALDO LAM SILVA DOS SANTOS	Auxiliar de Serviços	DAS-1	01/04/2023			
MARIANA ALMEIDA DIAS	Assessor Júnior	DAS-2				
JOAO FABIO MARTINS DO NASCIMENTO	Assessor de Comunicação Social	DAS-1				
JOSE EVALEDO RIBEIRO FILHO	Assessor Técnico	DAS-3				
LETICIA DE JESUS FERREIRA CASTRO	Assessor Sênior	DAS-1				
FERNANDO ANTONIO MAGALHÃES DE SOUSA	Assessor Especial III	DANS-3				
RENATA CRISOLITA SANTOS DE OLIVEIRA	Assessor Técnico	DAS-3				
ANA DE LOURDES LOMES MARTINS	Coordenador de Administração Escolar	DAS-3				
MARCIO SILVA LOPES	Coordenador de Apoio Profissional e Tecnológico	DANS-1				
ABENILAS ALMEIDA SILVA	Diretor Adjunto Pedagógico	DGA				
PATRICIA NGVAIS DOS SANTOS	Supervisor de Tecnologia Educacional	DANS-3				
JUEL GABRIEL DO VELHO JUNIOR	Auxiliar Técnico I	DAS-4				
CARLOS TEODORO SANTOS E FERREIRA	Auxiliar Técnico	DAS-4				
MAGDA APARECIDA GONÇALVES	Supervisor de Educação Científica	DANS-1				

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 15 DE MARÇO DE 2023, 207 DA INDEPENDÊNCIA E 135 DA REPÚBLICA.

CARLOS BRANDÃO
Governador do Estado do Maranhão

SEBASTIAO TORRES MADEIRA
Secretário-Chefe da Casa Civil

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Ofício nº 114/2023- GAB/PLANA, de 14 de março de 2023 (Control nº 5133/2023), do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão,

RESOLVE

Nomear na integralidade do quadro abaixo para os cargos em comissão do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, devendo ser assim considerado a partir de 1º de março de 2023.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 15 DE MARÇO DE 2023, 202 DA INDEPENDÊNCIA E 135 DA REPÚBLICA.

CARLOS BRANDÃO
Governador do Estado do Maranhão

SEBASTIAO TORRES MADEIRA
Secretário-Chefe da Casa Civil

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Ofício nº 050/2023- GAB/SEPLAN, de 14 de março de 2023 (Control nº 5142/2023), da Secretaria de Estado do Planejamento e Organização,

RESOLVE

Nomear na integralidade do quadro abaixo para os cargos em comissão do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos, devendo ser assim considerado a partir de 1º de abril de 2023.

Diário Oficial

DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS - MA

ANO XLI

São Luís, terça-feira, 05 de janeiro de 2021

N° 2 - 12 Páginas

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEMGOV

O PREFEITO DE SÃO LUÍS, no uso de suas atribuições legais, conforme o disposto no art. 93, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Nomear os integrantes do quadro abaixo dos cargos em comissão da Secretaria Municipal de Governo - SEMGOV, devendo ser assim considerado a partir de 1º de janeiro de 2021:

NOME	CARGO	SÍMB.
Mário Vilma de Silva	Chefe de Assessoria de Segurança	DAS-4
Marjanna Ray da Silva Gomes	Assessor de Segurança	DAS-5
Jonas Silva Menezes	Assessor de Segurança	DAS-5
Diana Wagner Lima Mendes	Assessor de Segurança	DAS-5
José de Oliveira Martins Costa	Assessor de Segurança	DAS-5
José Roberto de Oliveira	Assessor de Segurança	DAS-5
Marcelo Gomes da Silva e Silva	Assessor de Segurança	DAS-5
Vânia Lúcia Lima de Carvalho	Secretaria Executiva de Polícia	DAS-2
Tatiana Sousa Almeida Gomes	Assessor Especial	DAS-3
Ruth Helena dos Santos	Assessor Especial	DAS-3
Juliana Ribeiro dos Santos	Assessor Especial	DAS-3
Jefferson Vilela Costa	Substituto de Chefe	DAS-1
Carla Maria Moreira Machado	Assessor de Segurança	DAS-3
Caio André de Assunção	Assessor Especial de Segurança Pública Privada	DAS-1
Adriana Fernando de Assunção	Assessor Especial de Segurança de Polícia Federal Polícia Privada	DAS-1
Albino Jorge da Silva Miranda	Assessor Especial de Segurança	DAS-3
Roberto Francisco de Assunção	Coordenador de Segurança	DAS-3
William Sérgio Azeiteiro Júnior	Assessor Especial	DAS-3
Edvaldo Cássio Medeiros de Sousa	Assessor Especial	DAS-3

PALÁCIO DE LA RAYARDIERE, EM SÃO LUÍS, 05 DE JANEIRO DE 2021, 200ª DA INDEPENDÊNCIA E 131ª DA REPÚBLICA.

EDUARDO SALIM BRAIDE
 Prefeito

ENEAS GARCIA FERNANDES NETO
 Secretário Municipal de Governo

O PREFEITO DE SÃO LUÍS, no uso de suas atribuições legais, conforme o disposto no art. 93, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Nomear os integrantes do quadro abaixo para os cargos em comissão da Secretaria Municipal de Governo - SEMGOV, devendo ser assim considerado a partir de 1º de janeiro de 2021:

NOME	CARGO	SÍMB.
HAMILTON DE JESUS FRANCA DOS SANTOS	Chefe de Assessoria de Segurança	DAS-4
ALVARO GOMES COUTINHO	Assessor de Segurança	DAS-5
EDRO ROCHA MORAIS	Assessor de Segurança	DAS-5
JOÃO PEREIRA DO CARMO	Assessor Especial	DAS-3
DOMINGOS AROUCHA PINHEIRO	Assessor de Segurança	DAS-5
RAIMUNDO NONATO POND	Assessor de Segurança	DAS-5
ANNA CAROLINE MARQUES PINHEIRO	Assessor Especial	DAS-1
FRANCISCO JAIRO VASCONCELOS DA SILVA	Assessor Especial	DAS-3
ADRIANO QUITIM ALVES	Assessor Especial	DAS-3
ANTONIO JOSÉ TRAVASSOS BARATA	Assessor Especial	DAS-3
ISABEL SIMONTON ROCHA MUNITZ	Substituto de Chefe	DAS-1
JOHNSON VIEIRA COSTA	Coordenador de Segurança	DAS-3
NUBIA REGINA DE OLIVEIRA MARTINS BARBOSA	Secretaria Executiva de Polícia	DAS-2
MARIA DO SOLOREO CAMPELO DOS SANTOS	Assessor Especial	DAS-3
FREDERICO COSTA E SILVA	Assessor Especial	DAS-3

PALÁCIO DE LA RAYARDIERE, EM SÃO LUÍS, 05 DE JANEIRO DE 2021, 200ª DA INDEPENDÊNCIA E 131ª DA REPÚBLICA.

EDUARDO SALIM BRAIDE
 Prefeito

ENEAS GARCIA FERNANDES NETO
 Secretário Municipal de Governo

O PREFEITO DE SÃO LUÍS, no uso de suas atribuições legais, conforme o disposto no art. 93, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Nomear os integrantes do quadro abaixo dos cargos em comissão da Secretaria Municipal de Administração - SEMAD, devendo ser assim considerado a partir de 01 de janeiro de 2021:

NOME	CARGO	SÍMB.
Tais Botas de Galim	Coordenador de Projetos Especiais	DAS-3
Nelson Oliveira Jêlo	Coordenador de Bens Patrimoniais	DAS-3
Adriano Tava de Oliveira Souza	Coordenador de Política de Planejamento	DAS-3
Silvane Regina Mendes Estrela	Chefe de Assessoria Técnica	DAS-3
João Murilo de Sousa Júnior	Chefe de Assessoria das Relações Sindicais	DAS-3
Antonio João Leão Nunes	Assessor Técnico	DAS-6

PALÁCIO DE LA RAYARDIERE, EM SÃO LUÍS, 05 DE JANEIRO DE 2021, 200ª DA INDEPENDÊNCIA E 131ª DA REPÚBLICA.

EDUARDO SALIM BRAIDE
 Prefeito

ENEAS GARCIA FERNANDES NETO
 Secretário Municipal de Governo

O PREFEITO DE SÃO LUÍS, no uso de suas atribuições legais, conforme o disposto no art. 93, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Nomear os integrantes do quadro abaixo para os cargos em comissão da Secretaria Municipal de Administração - SEMAD, devendo ser assim considerado a partir de 01 de janeiro de 2021:

NOME	CARGO	SÍMB.
ANTONIO MESSIAS SANTOS OLIVEIRA	Superintendente de Área de Desenvolvimento de Projetos	DAS-3
EVANDRO RIBEIRO DE LEMOS	Superintendente de Área de Gestão de Compras e Serviços	DAS-3
MAURICIO EVANDRO MARTINS HILUY	Superintendente de Área de Modernização do Governo	DAS-3
KERLEY COIMBRA DA CRUZ	Coordenador de Projetos Especiais	DAS-3
THALYTA MACHADO FROES	Coordenador de Avaliação de Desempenho	DAS-1
WILANE SOARES COIMBRA	Coordenador de Bens Patrimoniais	DAS-3
JORGE AGRA BERNARDES JUNIOR	Coordenador de Compras e Serviços	DAS-3
ATILA FRITOSA CASTILHO BRANCO DANTAS	Coordenador de Gestão de Recursos Humanos	DAS-1
DIANA MARIA ANDRADE FIGUEIREDO	Superintendente de Área de Administração de Projetos	DAS-3
LUCIANA SOARES DE VASCONCELOS BAIA	Superintendente de Registro e Documentação	DAS-3
CARLOS ALBERTO QUEIROZ	Coordenador de Política de Planejamento	DAS-3
PATRICIA LATHAS GOMES COSTA	Chefe de Assessoria Técnica	DAS-3
KATIA MARIA NASCIMENTO MARTINS	Chefe de Gabinete	DAS-4
FABIO MELO MAIA	Chefe de Assessoria Jurídica	DAS-3
ANA PAULA DA COSTA MONTELES	Chefe de Assessoria das Relações Sindicais	DAS-3
GIOVANNI MONTINI SOARES	Assessor Técnico	DAS-6
ISOLANA SILVA DIAS ARADJO	Assessor Técnico	DAS-6

PALÁCIO DE LA RAYARDIERE, EM SÃO LUÍS, 05 DE JANEIRO DE 2021, 200ª DA INDEPENDÊNCIA E 131ª DA REPÚBLICA.

EDUARDO SALIM BRAIDE
 Prefeito

ENEAS GARCIA FERNANDES NETO
 Secretário Municipal de Governo

Diário Oficial

DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS - MA

ANO XLI

São Luís, terça-feira, 17 de agosto de 2021

N° 155 - 14 Páginas

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEMGOV

O PREFEITO DE SÃO LUÍS, no uso de suas atribuições legais, conforme o disposto no Art. 93, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e considerando a Menção LUV/SYES.

RESOLVE

Nomear ALAN GEORGE CAUVEY DA SILVA, para o cargo de Diretor da Divisão de Controle de Preços, sublegia DAI-2, da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, devendo ser assinado e considerado a partir de 1º de julho de 2021.

PALÁCIO DE LA RAVARDIERE EM SÃO LUÍS, 16 DE AGOSTO DE 2021, 200ª DA INDEPENDÊNCIA E 117ª DA REPÚBLICA.

EDUARDO SALIM BRAIDE
Prefeito

ENRAS GARCIA FERNANDES NETO
Secretário Municipal de Governo

O PREFEITO DE SÃO LUÍS, no uso de suas atribuições legais, conforme o disposto no Art. 93, inciso VIII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE

Nomear THIAGO ANDRÉ GOMES DOS SANTOS, para o cargo de conselheiro do Conselho Técnico, sublegia DAI-5, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP, devendo ser considerado a partir de 01 de agosto de 2021.

PALÁCIO DE LA RAVARDIERE EM SÃO LUÍS, 17 DE AGOSTO DE 2021, 200ª DA INDEPENDÊNCIA E 117ª DA REPÚBLICA.

EDUARDO SALIM BRAIDE
Prefeito

ENRAS GARCIA FERNANDES NETO
Secretário Municipal de Governo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD

PORTARIA N° 141/SEMAD, DE 04 DE AGOSTO DE 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e em observância ao disposto no art. 18 da Lei Municipal n° 4.476 de 16 de junho de 2006, que dispõe sobre a Estruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Município de São Luís e o processo n° 00130.007162.

RESOLVE

Art. 1º - ANULAR a proposta de servidor FLORY MORAES COSTA.

Matricula: 62250-1, Tópico Municipal Nível Superior, Pedagogia, lotado na Secretaria Municipal de Educação (SEMED), para o período 1, por meio da Portaria n° 1.013 de 31/08/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município de São Luís - MA.

DE SE CIÊNCIA PÚBLICA SE E COMPRA-SE.

[assinatura]
Diretor Municipal de Administração

PORTARIA N° 141/SEMAD, DE 04 DE AGOSTO DE 2021.

Diante sobre o pedido de Grupo de Trabalho para modernização do perfil eletrônico de SEMAD a partir do servidor assim como de toda a sua estrutura institucional de forma eficiente.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal n° 4.476 de 16 de junho de 2006, alterada pela Lei Municipal n° 4.218 de 23 de dezembro de 2009 e regulada pela Lei Municipal n° 29.325 de 11 de março de 2010;

Considerando que, desde a sua criação, a estrutura da Secretaria Municipal de Administração - SEMAD, desenvolveu ações planejadas e elaboradas por Conselho Gestor da Prefeitura de São Luís, no sentido de busca de novas modernizações administrativas;

Considerando a necessidade modernização do perfil eletrônico da SEMAD e do perfil de servidor, visando o melhor nível de atendimento e acesso a informação dos servidores que integram os recursos humanos - RH dos órgãos municipais, das secretarias e de órgãos e empresas ligadas a todos e qualquer cidadão que atua a administração pública;

Considerando que é preciso tomar as medidas necessárias para a melhoria do sistema, que esteja em conformidade com o disposto no art. 18 da Lei Municipal n° 4.476, assim como projetos de melhoria e atualização dos dados;

Considerando a proposta de modernização e atualização de servidores, por meio de operações de perfil - POP, visando, portanto, modernizar os dados e recursos humanos, visando ao melhor nível de atendimento e acesso a informação dos servidores que integram os recursos humanos - RH dos órgãos municipais, das secretarias e de órgãos e empresas ligadas a todos e qualquer cidadão que atua a administração pública;

RESOLVE

Art. 1º - Aplicar o Grupo de Trabalho (GT) com o objetivo de apresentar propostas destinadas a revisão do perfil eletrônico de SEMAD e do perfil de servidores e todo o conteúdo envolvido assim como atualização e modernização de dados.

Art. 2º - O GT referido pelo artigo anterior será composto pelos seguintes membros, sob a coordenação do servidor Flory Moraes Costa, SEMAD.

Membros

- Márcio Dias Moraes (SEMAD) - matrícula n° 524764
- Carla Borges de Vasconcelos (SEMAD) - matrícula n° 546281
- Fernando Luis Carlotto (SEMAD) - matrícula n° 539670-1
- Gelemary Lúcia Feliana Douglas Lopes (SEMAD) - matrícula n° 53875-1
- Fabio Melo Maia (SEMAD) - matrícula n° 53530-1
- Diana Maria Araújo Ezequiel (SEMAD) - matrícula n° 445102-2
- Ana Paula da Costa Mangabeira (SEMAD) - matrícula n° 533616-1
- Vinicius Magalhães Vieira Costa (SEMAD) - matrícula n° 536592-1
- Kelly Catiana da Cruz (SEMAD) - matrícula n° 533781-1

Suplentes

- Márcio Dias Moraes (SEMAD) - matrícula n° 524764-1
- Leonor Alves Sousa Castro (SEMAD) - matrícula n° 30718-1
- Luiz de Fátima Castro Costa (SEMAD) - matrícula n° 30533-1
- Maria Kelly Araújo Nogueira (SEMAD) - matrícula n° 44566-2
- Rhonda de Silva Santos (SEMAD) - matrícula n° 46599-1
- Jorge Aguiar Barbares Junior (SEMAD) - matrícula n° 218455-1
- Sônia Maria Leite Soares Pádua (SEMAD) - matrícula n° 91102-1
- Tatiana de Souza de Góes (SEMAD) - matrícula n° 538256-2
- Vilmar Soares Coimbra (SEMAD) - matrícula n° 533628-1

PORTARIANº 1343 DE 03 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 2º da Portaria nº 360/2019, de 03 de maio de 2019, do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão - TCE,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade ao servidor **FRANCILENE GOMES NUNES MOURA**, matrícula nº 328069-2, Cargo: Técnico Municipal Nível Superior na área de Assistência Social, Nível IX, Padrão D, lotado na Secretaria Municipal de Criança e Assistência Social - SEMCAS, referente ao primeiro quinquênio (30/07/2010 a 29/07/2015), no período de 08/08/2021 a 27/11/2021.

De-se Ciência.
Publicar-se e Cumprir-se.

Diego Rafael Rodrigues Pereira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIANº 1347 DE 04 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 2º da Portaria nº 360/2019, de 03 de maio de 2019, do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão - TCE,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade ao servidor **OMERVAL ALVES MORENO NETO**, matrícula nº 194454-1, Procurador do Município, Referência - Proc. 9, lotado na Procuradoria Geral do Município - PGM, referente ao primeiro quinquênio (04/05/2003 a 03/05/2011), no período de 08/08/2021 a 07/11/2021.

De-se Ciência.
Publicar-se e Cumprir-se.

Diego Rafael Rodrigues Pereira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIANº 1354 DE 05 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 2º da Portaria nº 360, de 03 de maio de 2019, do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão - TCE,

RESOLVE:

Art. 1º - ATRIBUIR COMPETÊNCIA aos servidores relacionados no quadro abaixo, para realização de atos e procedimentos necessários para o fiel cumprimento das exigências contidas na Portaria nº 360/2019 do TCE/MA referente ao Sistema SCAI - Módulo Folha de Pagamento, por que trata as Oribas que compõem a Administração Direta do Poder Judiciário de São Luís.

NOME	MATRICULA	CARGO
Alia Fátima Castro Branco Duarte	37174-1	Secretaria Adjunta de Administração de Pessoal
Cláudio Gomes Xavier	483166-1	Coordenador de Pessoal
Diana Maria Andrade Figueiredo	445169-2	Superintendente da Área de Administração de Pessoal
Diego Rafael Rodrigues Pereira	934206-1	Secretário Municipal de Administração
Fábio Maia Maia	567636-1	Coordenador de Administração
Fernando Luiz Carlos	300670-1	Superintendente da Área de Informação e Documentação
Guilherme Luiz Fátima Felício Lopes	37877-1	Superintendente da Área de Registro e Documentação
Leidice de Fátima Carlos Costa	209133-1	Téc. Municipal Nível Superior
Manoela Oliveira Fernandes	314971-1	Coordenadora de Administração Técnica
Paulo César Mendes Carlos	490411-1	Coordenador da Diretoria de Gestão
Rafaela Fátima Valente de Brito	315572-1	Secretaria Adjunta de Administração de Pessoal
Viviane Menezes Vieira Sousa	390592-1	Superintendente da Área de Desenvolvimento de Pessoal

Art. 2º - ATRIBUIR COMPETÊNCIAS:

- I - A Superintendência da Área de Desenvolvimento de Pessoal, composta pelas seguintes unidades:
 - IA - A Superintendência de Registro e Documentação, composta pelo setor de Registro e Documentação, pelo setor de Registro e Documentação e pelo setor de Registro e Documentação;
 - II - A Superintendência de Administração de Pessoal, composta pelo setor de Administração de Pessoal, pelo setor de Administração de Pessoal e pelo setor de Administração de Pessoal;
 - III - A Superintendência de Administração de Pessoal, composta pelo setor de Administração de Pessoal, pelo setor de Administração de Pessoal e pelo setor de Administração de Pessoal;

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos de direito a partir da data de publicação.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos de direito a partir da data de publicação.

De-se Ciência.
Publicar-se e Cumprir-se.

Diego Rafael Rodrigues Pereira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIANº 1355 DE 05 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 2º da Portaria nº 360, de 03 de maio de 2019, do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão - TCE,

RESOLVE:

Art. 1º - ATRIBUIR COMPETÊNCIA aos servidores relacionados no quadro abaixo, para realização de atos e procedimentos necessários para o fiel cumprimento das exigências contidas na Portaria nº 360/2019 do TCE/MA referente ao Sistema SCAI - Módulo Folha de Pagamento, por que trata as Oribas que compõem a Administração Direta do Poder Judiciário de São Luís.

NOME	CPF	CARGO
DIANA MARIA ANDRADE FIGUEIREDO	445.169-2	SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS
MANOELA OLIVEIRA FERNANDES	314.971-1	COORDENADORA DE ADMINISTRAÇÃO TÉCNICA
LEIDICE DE FÁTIMA CARLOS COSTA	209.133-1	TÉCN. MUNICIPAL NÍVEL SUPERIOR
GUILHERME LUIZ FÁTIMA FELÍCIO LOPES	378.77-1	SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE REGISTRO E DOCUMENTAÇÃO

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos de direito a partir da data de publicação.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos de direito a partir da data de publicação.

De-se Ciência.
Publicar-se e Cumprir-se.

Diego Rafael Rodrigues Pereira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA CONJUNTA Nº 1355 DE 05 DE AGOSTO DE 2021

O Secretário Municipal de Administração e o Responsável Interno da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que dispõe o Decreto nº 19.525, de 31 de março de 2019, com redação dada pelo ato designação publicado no DOCM em 09/02/2021.

RESOLVEM:

DESIGNAR a servidora **RAIZA RUAZÃO LINS**, matrícula nº 393520-1, lotada na Administração Interna, para atuar como Oficial de Contas nº 002/2021 - SEI/2021, lotada na Diretoria de Gestão, lotada no SLN, OD 01, Bloco A, Anexo 20, Brasília - DF, podendo também exercer as despesas de energia e telefonia fixa, instaladas no referido imóvel, e em de requisição a serviço realizado dos serviços em observância das exigências estabelecidas para o cargo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos de direito a partir da data de publicação.

De-se Ciência.
Publicar-se e Cumprir-se.

Diego Rafael Rodrigues Pereira
Secretário Municipal de Administração - SEMAD

Alia Fátima Castro Branco Duarte
Secretaria Adjunta de Administração de Pessoal - SEMAD

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos de direito a partir da data de publicação.

O PREFEITO DE SÃO LUÍS, no uso de suas atribuições legais, conforme o disposto no art. 93, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Exonerar ADRIELLY D'LAYANE FRANCO DE OLIVEIRA CASTRO do cargo em comissão de Assessor Técnico de Nível Superior, Simbologia DAI-1, da Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

PALÁCIO DE LA RAVARDIERE, EM SÃO LUÍS, 08 DE MARÇO DE 2021, 200ª DA INDEPENDÊNCIA E 133ª DA REPÚBLICA.

EDUARDO SALIM BRAIDE
Prefeito

ENEAS GARCIA FERNANDES NETO
Secretário Municipal de Governo

O PREFEITO DE SÃO LUÍS, no uso de suas atribuições legais, conforme o disposto no art. 93, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Nomear os integrantes do quadro abaixo, para ocuparem cargos em comissão na Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

NOME	CARGO	SIMB.
Igor Silva do Nascimento	Coordenador de Transportes	DAS-5
Daila Prado Ferreira	Assistente Técnico de Nível Superior	DAI-1

PALÁCIO DE LA RAVARDIERE, EM SÃO LUÍS, 08 DE MARÇO DE 2021, 200ª DA INDEPENDÊNCIA E 133ª DA REPÚBLICA.

EDUARDO SALIM BRAIDE
Prefeito

ENEAS GARCIA FERNANDES NETO
Secretário Municipal de Governo

O PREFEITO DE SÃO LUÍS, no uso de suas atribuições legais, conforme o disposto no art. 93, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Relevar a ata de nomeação de BRASILENSE FROTA para a Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, publicada na edição nº 41, do Diário Oficial do Município de 01 de março de 2021, conforme quadro abaixo:

Quadro II

NOME	CARGO	ÓRGÃO	SIMB.
Roberto Henrique Dias Brasileiro Frota	Chefe de Serviços de Medicina Intensiva	Hospital Municipal de Urgência e Emergência Doutor Cláudio de Moura - SOCORRO II	DAS-5

Quadro III

NOME	CARGO	ÓRGÃO	SIMB.
Roberto Henrique Dias Brasileiro Frota	Chefe de Serviço de Medicina Intensiva	Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS	DAS-5

PALÁCIO DE LA RAVARDIERE, EM SÃO LUÍS, 08 DE MARÇO DE 2021, 200ª DA INDEPENDÊNCIA E 133ª DA REPÚBLICA.

EDUARDO SALIM BRAIDE
Prefeito

ENEAS GARCIA FERNANDES NETO
Secretário Municipal de Governo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD

PORTARIA Nº 133 DE 03 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de publicação da Norma de Procedimentos que irá padronizar todo o processo de Registro, Eleição de Frequência no âmbito da SEMAD, SEMT, SEMUT, INCD, SEMISPE.

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar a Comissão Técnica para elaboração, debates e discussões, indicação dos recursos materiais, equipamentos e tecnológicos, e implementação da Norma do Procedimento sobre Registro Eleitoral de Frequência.

Art. 2º - A Comissão Técnica instituída pelo artigo anterior será constituída pelos seguintes membros, sob a coordenação do primeiro, todos lotados na SEMAD:

Titulares

- Carulla Brito e Silva do Nascimento (CONP) - matrícula nº 948528-1
- Luciana de Fátima Correa Costa (SIN) - matrícula nº 320553-1
- Luciana Soares de Vasconcelos Reis (SRD) - matrícula nº 583800-1
- Tatiana Mala Mata (ASUR) - matrícula nº 583830-1

Suplentes

- Paulo César Mendes Cardoso (SIN) - matrícula nº 450411-1
- Mimi Kelly Araújo Nogueira (SRD) - matrícula nº 442607-1
- Rômulo da Silva Santos (ASUR) - matrícula nº 484500-1
- Leoni Alice Sokoff Castro (CONP) - matrícula nº 507116-1

Art. 3º - O Secretário Adjunto de Administração, os Pesquisas e o Secretário Adjunto de Modernização e Desenvolvimento terão a função de apoiar a Comissão, no sentido de acompanhar, facilitar, consolidar e aprovar finalmente ao Secretário Municipal de Administração, os resultados obtidos pela Comissão Técnica.

PORTARIA Nº 206, DE 04 DE MARÇO DE 2021.

- O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Portaria nº 001, de 04 de Janeiro de 2024,

FLS. N° 137

PROC. N° 02 2055

RUBRICA: ATO

Federação: ROP SSM/SEAD (Licença: Melhor Período de Exercício Profissional de Proveniência Covid-19). 4 servidora: **NAURICA TORRES FERREIRA**, matrícula 224835-4. Administração, lotada no SSMUS, sob a supervisão dos técnicos legais por 120 (centa e vinte) dias, a partir de 08/02/2021, e 07/06/2021.

Politique de l'énergie

Ald. Felipe Castañero Brando
Secretario Municipal de Administración

PORTARIA Nº 257, DE 04 DE MARÇO DE 2021.

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Portaria nº 001, de 04 de janeiro de 2021,

Com a LICENÇA PATERNIDADE com base no Procedimento Operacional Padrão - POP SEMEMAD (Cirurgia Assistida) período de licença em favor de Fátima Costa 12, de 14/04/2021 a 04/05/2021, em nome de **CAIRO OLIVEIRA GARRETO**, matrícula 2099261, TMS-Engenharia de Segurança do Trabalho, lotado no SEMOS e cedido para o SEMED, após cumprimento das obrigações legais, por 20 (vinte) dias a partir de 12/02/2021 a 03/03/2021.

Publicat a l'edició de

Anita Felpo e Castro Brante Dantas
Secretaria Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
SEMPAZ

DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021,

Instituto Brasileiro de Comunicaçao Estrategica de Mudanças por e-mail: maz@ibcam.org.br, situada na Rua do Egito, 283 (junção com Turquia) (Lapa), telefone: (21) 3063-4466 e site: www.ibcam.org.br.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, por meio de suas

Art. 1º Designar como membros da Comissão de Comando Estratégico de Medicina para a nova sede da EPM/FAZ, atuando no Box do Bloco 213, os servidores abaixo relacionados, sob a coordenação do primeiro:

- **Liliane Lúcia Torres Ribeiro da Silva** – Matrícula 191002-1
- **Alcides Silva Xavier de Sousa** – Matrícula 3666-1
- **Marcelo de Carvalho Torres Vilela da Cunha** – Matrícula 552361-4
- **Paulo Wilson Loureiro Alves** – Matrícula 36774-1
- **Renanilson Santos Guedes** – Matrícula 49510663180
- **Thaísia Laranjeira Chaves** – Matrícula 553067-4
- **Indiane Maria Ribeiro Santos Almeida** – Matrícula 554024-1
- **Gerarda Maria Moreira da Silva** – Matrícula 42213-1
- **Paulo Vinícius Furtado Albuquerque** – Matrícula 27675-1
- **John Kennedy Alves da Oliveira Filho** – Matrícula 367726-1
- **Alina Helena Mendes Junior** – Matrícula 49408-3

Art. 2º Determina-se como membros da Comissão de Controle Externo de Mudanças Essenciais, adiante, da Ferramenta e membros da Comissão Responsável pelo acompanhamento do processo de mudança, surtando os pontos de dificuldade, e, ainda:

Elaborar uma Matriz de Plantamento que determine o que deverá ser feito e de que forma, quem deve cuidar em primeiro lugar e quem vai por último (colocando as multas) e quem e quando vai acompanhando com a Unidade de vigilância, assinado pelo Secretário.

12. Definir **Tempo de Conhecimento** como o período de tempo decorrido desde a aquisição da experiência para o novo local de trabalho, seja qual for a natureza da experiência, seja ela proveniente de um emprego anterior ou de um estágio de aprendizagem.

Art. 2º O período de testes das instalações elétricas nas Edificações, para finalidade, positiva, negativa ou outras determinadas pelo INMETRO, em seu Regulamento, será acompanhado por responsável designado por cada Gerência.

Referente única - Para consecução dos objetivos propostos nesta Portaria, a Comissão Técnica poderá consultar para prestar informações ou pareceres dos membros do Conselho de Celadores e outros membros de órgãos da SPM/AC.

Art. 6º - A Comissão Interministerial de Política das Comunicações de Radiodifusão de Som, por meio de seus órgãos e serviços, promoverá a elaboração de projetos de lei, decreto, resolução, portaria, instrução normativa, e demais atos administrativos necessários à regulamentação da legislação em vigor, bem como a elaboração de projetos de lei, decreto, resolução, portaria, instrução normativa, e demais atos administrativos necessários à regulamentação da legislação em vigor, bem como a elaboração de projetos de lei, decreto, resolução, portaria, instrução normativa, e demais atos administrativos necessários à regulamentação da legislação em vigor.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o disposto em contrário.

DE-15-Glenora
Public Use & Configuration

Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
Secretaria Municipal de Administração

PORTARIA Nº 190 DE 02 DE MARÇO DE 2021

O SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
no uso de suas atribuições legais e de acordo com os termos do Artigo 100 da Lei
nº 4.215, de 19.06.04 (LEFMA) e Processo nº 54057 de 18/12/2020,

RESOLVE

Conceder às três Juntas de Licença - Prêmio por Assiduidade à servidora VANESSA CANTOS FIGUEIREDO, Matrícula nº 475212-1, Cargo: Assistentia Social, Classe I, Nível IX, Padrão D, lotada no Hospital Municipal Djalma Marques - HMM, referente ao primeiro quinquênio (21/1/2011 a 22/11/2016), no período de 0303/2021 a 1105/2021.

De-se Ciência.
Publicar-se a Câmara de


 Fernando Olazábal
 Secretario Municipal de Administración

PORTARIA Nº 205, DE 04 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Portaria nº 001, de 04 de janeiro de 2021.

RESOLVE

Conceder LICENÇA MATERNIDADE com base no Percebimento Operacional
Máximo – POF (SNUFMAI) (Licença Médica Período de Exatidão Frequência da Pandemia
Covid-19) a servidora **LUCIANA CRISTINA CORDEIRO**, matrícula: 57604-3,
Guarda Social, lotada na SE/CMAS, após cumprimento dos requisitos legais, por 120 (cento e
vinte) dias a partir de 02/02/2021 a 13/06/2021.

Dé-sc-ctancia

Publique-se e cumpra-se.

Arila Pereira Caspela Branco Dantas
Secretaria Municipal de Administração

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

Data emissão: 14/01/2025
Data de validade: 14/03/2025

Nº da certidão: 12500022145
Código de Validação: bf5751cc86

NOME: JORDEL SALES CHAVES JÚNIOR
CPF: 824.751.723-04
OAB: 7807
DATA INICIAL: 11/03/2009
DATA FIM: 20/12/2024

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, identidade, etc.)

Certifico que consta nos registros de distribuição do Primeiro Grau do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, que o(a) advogado(a) JORDEL SALES CHAVES JUNIOR, OAB MA No 7807 CPF 824.751.723-04, está vinculado(a) como advogado(a) de parte requerente e/ou requerida nos processos abaixo:

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
1	0801178-69.2017.8.10.0011	21/11/2017	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6º JUIZADO ESPECIAL CIVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
2	0802271-29.2017.8.10.0153	21/11/2017	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	14º JUIZADO ESPECIAL CIVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
3	0802278-21.2017.8.10.0153	22/11/2017	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	14º JUIZADO ESPECIAL CIVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
4	0801181-91.2017.8.10.0021	22/11/2017	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	JUIZADO ESPECIAL DO TRÂNSITO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

FLS. Nº 138
PROC. Nº 028.19025
RUBRICA: [assinatura]



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

Nº	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
5	0814568-19.2017.8.10.0040	07/12/2017	ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68	IMPERATRIZ	1ª VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE IMPERATRIZ	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
6	0802115-75.2018.8.10.0001	22/01/2018	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	12ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
7	0810554-75.2018.8.10.0001	20/03/2018	INTERDITO PROIBITÓRIO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	10ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
8	0000543-57.2018.8.10.0118	21/05/2018	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SANTA RITA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTA RITA	JULGADO
9	0831485-02.2018.8.10.0001	13/07/2018	INTERDITO PROIBITÓRIO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
10	0001033-04.2018.8.10.0143	30/07/2018	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	MORROS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE MORROS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
11	0865964-21.2018.8.10.0001	26/12/2018	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	13ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
12	0802284-28.2019.8.10.0001	20/01/2019	PETIÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
13	0805945-15.2019.8.10.0001	08/02/2019	DIVÓRCIO LITIGIOSO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
14	0810734-57.2019.8.10.0001	11/03/2019	DIVÓRCIO LITIGIOSO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
15	0800634-72.2019.8.10.0153	25/03/2019	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	14º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
16	0814973-07.2019.8.10.0001	05/04/2019	DESPEJO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	11ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
17	0819028-98.2019.8.10.0001	08/05/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
18	0800976-85.2019.8.10.0120	08/07/2019	AVERIGUAÇÃO DE PATERNIDADE	SÃO BENTO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENTO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

FLS. N° 339
PROC. N° 009.1.2025
RUBRICA:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
19	0834208-57.2019.8.10.0001	19/08/2019	CARTA PRECATÓRIA CIVEL	ROSÁRIO	2ª VARA DA COMARCA DE ROSÁRIO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
20	0839689-98.2019.8.10.0001	25/09/2019	OPOSIÇÃO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	11ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	SUSPENSO
21	0801552-02.2019.8.10.0016	17/11/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	11º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
22	0801451-73.2020.8.10.0001	17/01/2020	INVENTÁRIO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1º VARA DE INTERDIÇÃO E SUCESSÕES:TUTELA	CURATELA E AUSÊNCIA DA COMARCA DE SÃO LUÍS
23	0806159-69.2020.8.10.0001	18/02/2020	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
24	0806179-60.2020.8.10.0001	18/02/2020	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
25	0806194-29.2020.8.10.0001	18/02/2020	PROCEDIMENTO COMUM CIVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	REMETIDO AO TJ
26	0808552-64.2020.8.10.0001	06/03/2020	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	16ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
27	0810054-38.2020.8.10.0001	16/03/2020	ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
28	0831891-52.2020.8.10.0001	14/10/2020	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
29	0800567-68.2020.8.10.0090	19/10/2020	MONITÓRIA	HUMBERTO DE CAMPOS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE HUMBERTO DE CAMPOS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
30	0001381-19.2012.8.10.0115	10/12/2020	PROCEDIMENTO COMUM CIVEL	ROSÁRIO	2ª VARA DA COMARCA DE ROSÁRIO	TRAMITANDO
31	0841101-30.2020.8.10.0001	16/12/2020	PROCEDIMENTO COMUM CIVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	10ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

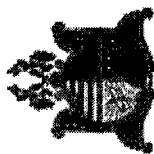
FLS. N° 150
PROC. N° 009 12025
RUBRICA: *[assinatura]*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
32	0842250-61.2020.8.10.0001	28/12/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	1ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	TRAMITANDO
33	0000022-70.2021.8.10.0001	07/01/2021	INQUÉRITO POLICIAL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
34	0803280-55.2021.8.10.0001	29/01/2021	ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
35	0811755-97.2021.8.10.0001	30/03/2021	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
36	0823711-13.2021.8.10.0001	13/06/2021	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	REMETIDO AO TJ
37	0802790-94.2021.8.10.0110	07/07/2021	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	PENALVA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PENALVA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
38	0832765-03.2021.8.10.0001	02/08/2021	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	14ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
39	0836637-26.2021.8.10.0001	23/09/2021	HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL	SÃO LUÍS	Centro de Conciliação e Mediação em Família de São Luís	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
40	0839211-22.2021.8.10.0001	03/09/2021	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	16ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
41	0846085-23.2021.8.10.0001	11/10/2021	AÇÃO POPULAR	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
42	0803384-67.2021.8.10.0059	16/12/2021	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
43	0863150-31.2021.8.10.0001	31/12/2021	EXECUÇÃO FISCAL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	9ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
44	0800282-06.2022.8.10.0058	28/01/2022	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	9ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

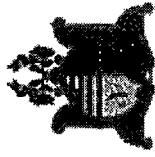
FLS. N° 161
PROC. N° 009.1.2022
RUBRICA 4/6



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
45	0820705-61.2022.8.10.0001	21/04/2022	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	10ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
46	0800916-52.2022.8.10.0009	28/06/2022	PROCEDIMENTO DO JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
47	0836399-70.2022.8.10.0001	30/06/2022	DIVÓRCIO LITIGIOSO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
48	0840717-96.2022.8.10.0001	20/07/2022	HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL	SÃO LUÍS	Centro de Conciliação e Mediação em Família de São Luís	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
49	0845969-80.2022.8.10.0001	15/09/2022	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
50	0801342-52.2022.8.10.0013	25/08/2022	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
51	0801651-73.2022.8.10.0013	17/10/2022	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
52	0800809-29.2022.8.10.0002	28/12/2022	GUARDA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
53	0811205-34.2023.8.10.0001	01/03/2023	DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
54	0820673-22.2023.8.10.0001	12/04/2023	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
55	0800235-66.2023.8.10.0003	12/04/2023	PROCESSO DE APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
56	0840566-96.2023.8.10.0001	05/07/2023	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO

Fls. N.º 42
Proc. N.º 009 15025
RUBRICA:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
57	0846691-80.2023.8.10.0001	03/08/2023	BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	10ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
58	0855055-41.2023.8.10.0001	11/09/2023	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
59	0806150-68.2024.8.10.0001	05/02/2024	RECLAMAÇÃO PRÉ-PROCESSUAL	SÃO LUÍS	Centro de Conciliação e Mediação em Família de São Luís	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
60	0800342-58.2024.8.10.0009	11/03/2024	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
61	0800348-65.2024.8.10.0009	12/03/2024	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
62	0800369-41.2024.8.10.0009	15/03/2024	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
63	0831479-82.2024.8.10.0001	26/05/2024	ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1º VARA DE INTERDIÇÃO E SUCESSÕES:TUTELA	CURATELA E AUSÊNCIA DA COMARCA DE SÃO LUÍS
64	0801066-36.2024.8.10.0050	04/06/2024	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	PAÇO DO LUMIAR	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE PAÇO DO LUMIAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
65	0849464-64.2024.8.10.0001	16/07/2024	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
66	0801957-39.2024.8.10.0153	14/08/2024	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	14º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
67	0868115-47.2024.8.10.0001	16/09/2024	INTERDIÇÃO/CURATELA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1º VARA DE INTERDIÇÃO E SUCESSÕES:TUTELA	CURATELA E AUSÊNCIA DA COMARCA DE SÃO LUÍS
68	0006970-48.2009.8.10.0001	13/03/2009	Mandado de Segurança Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

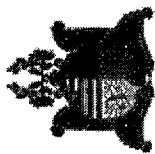
FLS. N° 143
PAC. N° 2009.1.20.25
CURATELA E AUSÊNCIA DA COMARCA DE SÃO LUÍS



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
69	0008423-78.2009.8.10.0001	26/03/2009	Habeas Data Civil	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
70	0015645-97.2009.8.10.0001	02/06/2009	Mandado de Segurança Civil	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
71	0000935-42.2009.8.10.0011	23/06/2009	Procedimento do Juizado Especial Civil	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
72	0000956-18.2009.8.10.0011	26/06/2009	Procedimento do Juizado Especial Civil	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
73	0023881-38.2009.8.10.0001	14/08/2009	Habeas Data Civil	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
74	0031749-67.2009.8.10.0001	27/10/2009	Procedimento Comum Civil	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	9ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
75	0006238-33.2010.8.10.0001	03/03/2010	Procedimento Comum Civil	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
76	0000832-45.2010.8.10.0061	05/08/2010	Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68	VIANA	2ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
77	0000876-64.2010.8.10.0061	12/08/2010	Alimentos - Provisionais	VIANA	2ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
78	0000990-03.2010.8.10.0061	02/09/2010	Procedimento Comum Civil	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
79	0001305-31.2010.8.10.0061	19/11/2010	Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
80	0001336-51.2010.8.10.0061	25/11/2010	Procedimento Comum Civil	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

FLS. N° 144
PROC. N° 009.12025
RUBRICA: 16



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
81	0000095-08.2011.8.10.0061	26/01/2011	Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
82	0000246-71.2011.8.10.0061	01/03/2011	Carta Precatória Civil	VIANA	2ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
83	0001025-41.2011.8.10.0056	31/05/2011	Tutela e Curatela - Nomeação	SANTA INÊS	3ª VARA DA COMARCA DE SANTA INÊS	BAIXADO
84	9000365-73.2011.8.10.0061	09/06/2011	Procedimento do Juizado Especial Civil	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
85	0027799-79.2011.8.10.0001	21/06/2011	Divórcio Litigioso	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA ESPECIAL DO IDOSO E DOS REGISTROS PÚBLICOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
86	9000460-06.2011.8.10.0061	26/07/2011	Procedimento do Juizado Especial Civil	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
87	0001070-30.2011.8.10.0061	30/08/2011	Ação Civil de Improbidade Administrativa	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
88	0001071-15.2011.8.10.0061	30/08/2011	Ação Civil de Improbidade Administrativa	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
89	9000577-94.2011.8.10.0061	14/09/2011	Procedimento do Juizado Especial Civil	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
90	0001288-58.2011.8.10.0061	06/10/2011	Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
91	0001287-73.2011.8.10.0061	06/10/2011	Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO

FLS. N° 145
PROC. N° 009.12025
RUBRICA *de*



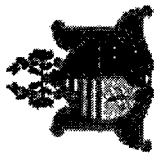
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
92	9000797-92.2011.8.10.0061	05/12/2011	Procedimento do Juizado Especial Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
93	0000452-51.2012.8.10.0061	18/04/2012	Procedimento Comum Cível	VIANA	2ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
94	0000649-06.2012.8.10.0061	24/05/2012	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
95	0021940-48.2012.8.10.0001	01/06/2012	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
96	0022030-56.2012.8.10.0001	04/06/2012	Embargos à Execução	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	9ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
97	0000729-67.2012.8.10.0061	06/06/2012	Ação Civil de Improbidade Administrativa	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
98	0023798-17.2012.8.10.0001	18/06/2012	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
99	0024894-67.2012.8.10.0001	25/06/2012	Conversão de Separação Judicial em Divórcio	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
100	0001069-11.2012.8.10.0061	09/08/2012	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
101	0038763-97.2012.8.10.0001	24/09/2012	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
102	0000548-53.2012.8.10.0130	25/10/2012	Ação Civil Pública	SÃO VICENTE FÉRRER	VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO VICENTE FÉRRER	BAIXADO
103	0002004-03.2013.8.10.0001	22/01/2013	Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA ESPECIAL DO IDOSO E DOS REGISTROS PÚBLICOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
104	0004970-36.2013.8.10.0001	15/02/2013	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	9ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
105	0011229-47.2013.8.10.0001	22/03/2013	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO

FLS. N° 126

PROC. N° 00812025

RUBRICA: *Mo*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
106	0017121-34.2013.8.10.0001	30/04/2013	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	12ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
107	0020679-14.2013.8.10.0001	22/05/2013	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	12ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
108	0020676-59.2013.8.10.0001	22/05/2013	Outras medidas provisionais	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
109	0026531-19.2013.8.10.0001	28/06/2013	Cumprimento de sentença	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	11ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
110	0031312-84.2013.8.10.0001	29/07/2013	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	11ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
111	0038417-15.2013.8.10.0001	09/09/2013	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	11ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
112	0001519-17.2013.8.10.0061	15/10/2013	Ação Civil de Improbidade Administrativa	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
113	0045481-76.2013.8.10.0001	18/10/2013	Divórcio Litigioso	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
114	0003698-87.2013.8.10.0039	20/11/2013	Carta Precatória Cível	LAGO DA PEDRA	2ª VARA DA COMARCA DE LAGO DA PEDRA	BAIXADO
115	0053478-13.2013.8.10.0001	06/12/2013	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	16ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
116	0001845-26.2014.8.10.0001	17/01/2014	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	9ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
117	0006764-58.2014.8.10.0001	17/02/2014	Execução de Alimentos	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA ESPECIAL DO IDOSO E DOS REGISTROS PÚBLICOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
118	0013360-58.2014.8.10.0001	28/03/2014	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
119	0014341-87.2014.8.10.0001	03/04/2014	Cautelar Inominada	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	13ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO

FLS. N° 347

PROC. N° 009 12055

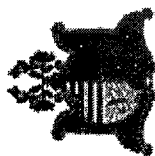
RUBRICA: *[assinatura]*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
120	0017131-44.2014.8.10.0001	24/04/2014	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
121	0021403-81.2014.8.10.0001	20/05/2014	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA ESPECIAL DO IDOSO E DOS REGISTROS PÚBLICOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
122	0022907-25.2014.8.10.0001	27/05/2014	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	16ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
123	0028656-23.2014.8.10.0001	04/07/2014	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	12ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
124	0039071-65.2014.8.10.0001	29/08/2014	Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
125	0001267-34.2014.8.10.0140	25/11/2014	Petição Cível	VITÓRIA DO MEARIM	VARA ÚNICA DE VITÓRIA DO MEARIM	BAIXADO
126	0014593-56.2015.8.10.0001	10/04/2015	Divórcio Consensual	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
127	0017067-97.2015.8.10.0001	24/04/2015	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	12ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
128	0031271-49.2015.8.10.0001	10/07/2015	Cumprimento de sentença	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
129	0036856-82.2015.8.10.0001	12/08/2015	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
130	0007756-48.2016.8.10.0001	07/04/2016	Ação Penal - Procedimento Ordinário	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA DE ENTORPECENTES DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
131	0000746-90.2016.8.10.0117	16/09/2016	Produção Antecipada da Prova	SANTA QUITÉRIA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTA QUITÉRIA	BAIXADO
132	0010984-75.2009.8.10.0001	20/04/2009	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
133	0048379-33.2011.8.10.0001	21/10/2011	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	7ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO E DEFINITIVAMENTE

FLS. Nº 148
PROC. Nº 008 12025
RUBRICA: *[assinatura]*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
134	0000499-91.2012.8.10.0039	22/05/2012	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	LAGO DA PEDRA	1ª VARA DA COMARCA DE LAGO DA PEDRA	TRAMITANDO
135	0002520-23.2013.8.10.0001	25/01/2013	EMBARGOS À EXECUÇÃO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	7ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
136	0049319-90.2014.8.10.0001	21/10/2014	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
137	0038389-76.2015.8.10.0001	19/08/2015	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
138	0850039-53.2016.8.10.0001	11/08/2016	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
139	0865833-17.2016.8.10.0001	01/12/2016	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
140	0800595-81.2017.8.10.0012	30/03/2017	PROCEDIMENTO DO JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	7º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
141	0800428-37.2017.8.10.0021	25/04/2017	PROCEDIMENTO DO JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	JUIZADO ESPECIAL DO TRÂNSITO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
142	0817450-71.2017.8.10.0001	24/05/2017	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
143	0819520-61.2017.8.10.0001	08/06/2017	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	12ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
144	0825649-82.2017.8.10.0001	22/07/2017	ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
145	0846541-12.2017.8.10.0001	03/12/2017	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
146	0800058-16.2018.8.10.0056	19/01/2018	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	SANTA INÊS	2ª VARA DA COMARCA DE SANTA INÊS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

FLS. N° 149
PROC. N° 009 13035
RUBRICA: *ata*



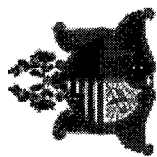
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
147	0000252-79.2018.8.10.0143	06/02/2018	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	MORROS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE MORROS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
148	0810591-05.2018.8.10.0001	20/03/2018	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	10ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
149	0800313-79.2018.8.10.0021	17/04/2018	PROCEDIMENTO DO JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	JUIZADO ESPECIAL DO TRÂNSITO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
150	0834174-19.2018.8.10.0001	25/07/2018	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
151	0864657-32.2018.8.10.0001	15/12/2018	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
152	0805216-86.2019.8.10.0001	05/02/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
153	0800385-24.2019.8.10.0153	13/02/2019	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	14º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
154	0807107-45.2019.8.10.0001	14/02/2019	MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (LEI MARIA DA PENHA) - CRIMINAL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA ESPECIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
155	0817595-59.2019.8.10.0001	27/04/2019	MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (LEI MARIA DA PENHA) - CRIMINAL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA ESPECIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
156	0819897-61.2019.8.10.0001	14/05/2019	DIVÓRCIO LITIGIOSO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
157	0835497-25.2019.8.10.0001	28/08/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
158	0844746-97.2019.8.10.0001	30/10/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO

FLS. N° 150

PROC. N° 029 12025

RUBRICA: *[assinatura]*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
159	0850202-28.2019.8.10.0001	04/12/2019	AÇÃO DE PARTILHA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
160	0803746-83.2020.8.10.0001	03/02/2020	ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	DISTRIBUIÇÃO CANCELADA
161	0800304-76.2020.8.10.0012	05/02/2020	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
162	0836719-91.2020.8.10.0001	15/11/2020	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
163	0802079-29.2020.8.10.0012	07/12/2020	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
164	0841229-50.2020.8.10.0001	16/12/2020	EXECUÇÃO FISCAL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	10ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
165	0800006-44.2021.8.10.0014	06/01/2021	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	9º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
166	0802961-87.2021.8.10.0001	28/01/2021	ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
167	0816098-39.2021.8.10.0001	29/04/2021	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	13ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
168	0801003-95.2021.8.10.0153	03/06/2021	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	14º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
169	0801251-78.2021.8.10.0115	21/07/2021	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA	ROSÁRIO	2ª VARA DA COMARCA DE ROSÁRIO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
170	0801491-50.2021.8.10.0153	17/08/2021	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	14º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

FLS. N° 163
PROC. N° 009.12025
RUBRICA 4/16



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
171	0840381-29.2021.8.10.0001	13/09/2021	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
172	0844513-32.2021.8.10.0001	03/10/2021	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
173	0855767-02.2021.8.10.0001	25/11/2021	DIVÓRCIO LITIGIOSO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
174	0804220-43.2021.8.10.0058	17/12/2021	OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	2ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
175	0800101-05.2022.8.10.0058	14/01/2022	PETIÇÃO CÍVEL	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	2ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	DISTRIBUIÇÃO CANCELADA
176	0804180-04.2022.8.10.0001	31/01/2022	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	14ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
177	0801142-42.2022.8.10.0014	27/06/2022	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	9º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
178	0800994-34.2022.8.10.0013	29/06/2022	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
179	0802195-29.2022.8.10.0153	21/10/2022	PROCEDIMENTO DO JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	14º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
180	0800258-18.2023.8.10.0001	04/01/2023	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
181	0800225-98.2023.8.10.0010	20/03/2023	PROCEDIMENTO DO JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
182	0826259-40.2023.8.10.0001	03/05/2023	USUCAPIÃO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	7ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO

FLS. N° 162
PROC. N° 009 13025
RUBRICA: *[assinatura]*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
183	0801268-29.2023.8.10.0153	21/06/2023	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	14º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
184	0847305-85.2023.8.10.0001	07/08/2023	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
185	0866407-93.2023.8.10.0001	30/10/2023	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	11ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
186	0800341-73.2024.8.10.0009	11/03/2024	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
187	0800343-43.2024.8.10.0009	11/03/2024	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
188	0800349-50.2024.8.10.0009	12/03/2024	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
189	0830191-02.2024.8.10.0001	22/05/2024	ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6869/80	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DE INTERDIÇÃO E SUCESSÕES:TUTELA	CURATELA E AUSÊNCIAS DA COMARCA DE SÃO LUÍS
190	0834105-74.2024.8.10.0001	03/06/2024	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
191	0800494-70.2024.8.10.0021	19/06/2024	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	JUIZADO ESPECIAL DO TRÂNSITO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
192	0801750-40.2024.8.10.0153	23/07/2024	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	14º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
193	0864955-14.2024.8.10.0001	04/09/2024	AVERIGUAÇÃO DE PATERNIDADE	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
194	0873956-23.2024.8.10.0001	01/10/2024	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	15ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO

FLS. N° 153
PROC. N° 009 2025
RUBRICADO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
195	0023059-49.2009.8.10.0001	05/08/2009	Outras medidas provisionais	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
196	0026330-66.2009.8.10.0001	04/09/2009	Separação Consensual	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
197	0038018-25.2009.8.10.0001	18/12/2009	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
198	0021850-11.2010.8.10.0001	05/07/2010	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
199	0000991-85.2010.8.10.0061	02/09/2010	Execução de Alimentos	VIANA	2ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
200	0001280-18.2010.8.10.0061	11/11/2010	Procedimento Comum Cível	VIANA	2ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
201	0001281-03.2010.8.10.0061	11/11/2010	Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
202	0000736-86.2010.8.10.0107	27/12/2010	Adoção	PASTOS BONS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PASTOS BONS	BAIXADO
203	0000096-90.2011.8.10.0061	26/01/2011	Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
204	0018285-05.2011.8.10.0001	03/05/2011	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
205	9000362-21.2011.8.10.0061	07/06/2011	Procedimento do Juizado Especial Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
206	0000689-22.2011.8.10.0061	13/06/2011	Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO

FLS. N° 464
PROC. N° 00912025
RUBRICA: *[assinatura]*



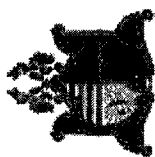
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judiciária	Situação
207	9000377-87.2011.8.10.0061	22/06/2011	Procedimento do Juizado Especial Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
208	9000501-70.2011.8.10.0061	16/06/2011	Procedimento do Juizado Especial Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
209	0001069-45.2011.8.10.0061	30/08/2011	Ação Civil de Improbidade Administrativa	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
210	0001102-35.2011.8.10.0061	02/09/2011	Divórcio Consensual	VIANA	2ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
211	0042181-77.2011.8.10.0001	13/09/2011	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
212	9000670-57.2011.8.10.0061	06/10/2011	Procedimento do Juizado Especial Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
213	0001424-55.2011.8.10.0061	17/11/2011	Ação Civil Pública	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
214	0000014-25.2012.8.10.0061	10/01/2012	Procedimento Comum Cível	VIANA	2ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
215	0011727-80.2012.8.10.0001	23/03/2012	Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
216	0038624-48.2012.8.10.0001	21/09/2012	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
217	0001381-19.2012.8.10.0115	10/10/2012	Procedimento Comum Cível	ROSÁRIO	2ª VARA DA COMARCA DE ROSÁRIO	BAIXADO
218	0050113-82.2012.8.10.0001	11/12/2012	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA ESPECIAL DO IDOSO E DOS REGISTROS PÚBLICOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
219	0002306-32.2013.8.10.0001	24/01/2013	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA ESPECIAL DO IDOSO E DOS REGISTROS PÚBLICOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
220	0010687-29.2013.8.10.0001	20/03/2013	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO

FLS. N.º 155

PROC. N.º 00913295

RUBRICA: *[Assinatura]*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
221	0015303-47.2013.8.10.0001	19/04/2013	Ação Penal - Procedimento Ordinário	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	7ª VARA CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
222	0017117-94.2013.8.10.0001	30/04/2013	Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	13ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
223	0025089-18.2013.8.10.0001	19/06/2013	Restituição de Coisas Apreendidas	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	7ª VARA CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
224	0026934-85.2013.8.10.0001	01/07/2013	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	12ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
225	0037718-24.2013.8.10.0001	04/09/2013	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	13ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
226	0040579-80.2013.8.10.0001	19/09/2013	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	13ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
227	0044978-55.2013.8.10.0001	15/10/2013	Divórcio Litigioso	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
228	0047169-73.2013.8.10.0001	29/10/2013	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	14ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
229	0051540-80.2013.8.10.0001	25/11/2013	Cumprimento de sentença	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	14ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
230	0055093-38.2013.8.10.0001	18/12/2013	Ação Civil de Improbidade Administrativa	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
231	0011714-13.2014.8.10.0001	19/03/2014	Conversão de Separação Judicial em Divórcio	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
232	0014332-28.2014.8.10.0001	03/04/2014	Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA ESPECIAL DO IDOSO E DOS REGISTROS PÚBLICOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
233	0016432-53.2014.8.10.0001	15/04/2014	Imissão na Posse	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	15ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO

FLS. N° 56
PROC. N° 208.19058
RUBRICA: [assinatura]



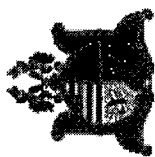
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

Nº	Numero Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
234	0019392-79.2014.8.10.0001	07/05/2014	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
235	0016804-65.2015.8.10.0001	23/04/2015	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	16ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
236	0024259-81.2015.8.10.0001	02/06/2015	Cumprimento de sentença	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	DISTRIBUIÇÃO CANCELADA
237	0031874-70.2015.8.10.0001	14/07/2015	Cumprimento de sentença	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	11ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
238	0050764-12.2015.8.10.0001	05/11/2015	Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
239	0012639-38.2016.8.10.0001	03/06/2016	Outras medidas provisionais	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
240	0000330-48.2017.8.10.0001	12/01/2017	Cumprimento Provisório de Sentença	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	11ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
241	0001042-62.2011.8.10.0061	22/08/2011	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	VIANA	2ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
242	0017052-36.2012.8.10.0001	02/05/2012	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	7ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
243	0000033-80.2013.8.10.0001	02/01/2013	PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	7ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
244	0022902-03.2014.8.10.0001	27/05/2014	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
245	0800394-33.2015.8.10.0021	06/04/2015	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	JUIZADO ESPECIAL DO TRÂNSITO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
246	0800930-07.2015.8.10.0001	03/12/2015	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	13ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
247	0862877-28.2016.8.10.0001	10/11/2016	DIVÓRCIO CONSENSUAL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

FLS. Nº 157

PROC. Nº 00912028

RUBRICA: *nter*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
248	0810065-72.2017.8.10.0001	28/03/2017	CAUTELAR INOMINADA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
249	0812478-68.2017.8.10.0001	17/04/2017	PETIÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	15ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
250	0814748-55.2017.8.10.0001	05/05/2017	DIVÓRCIO CONSENSUAL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA ESPECIAL DO IDOSO E DOS REGISTROS PÚBLICOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
251	0801009-44.2017.8.10.0153	30/05/2017	PROCEDIMENTO DO JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	14º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
252	0823677-77.2017.8.10.0001	10/07/2017	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	7ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

Observações:

- a) A validade desta consulta é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova consulta;
- b) A autenticidade desta consulta poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão de Prática Forense, utilizando o código de validação acima identificado;
- c) Fonte da pesquisa: sistemas ThemisPG (1º grau), PJE (1º grau), PROJUDI, VEP e SEEU;

FLS. N° 158
PROC. N° 009.1.2025
RUBRICA: *[assinatura]*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

Data emissão: 14/01/2025
Data de validade: 14/03/2025

Nº da certidão: 12500021920
Código de Validação: a79fe349d0

NOME: FABIO MELO MAIA
CPF: 605.917.812-04
OAB: 6736
DATA INICIAL: 11/03/2009
DATA FIM: 20/12/2024

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

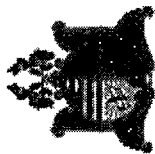
Certifico que consta nos registros de distribuição do Primeiro Grau do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, que o(a) advogado(a) FABIO MELO MAIA, OAB MA No 6736 CPF 605.917.812-04, está vinculado(a) como advogado(a) de parte requerente e/ou requerida nos processos abaixo:

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
1	0846880-97.2019.8.10.0001	12/11/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
2	0848711-83.2019.8.10.0001	25/11/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
3	0800302-48.2019.8.10.0075	26/11/2019	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	BEQUIMÃO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE BEQUIMÃO	TRAMITANDO
4	0802538-15.2019.8.10.0061	18/12/2019	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
5	0800114-63.2020.8.10.0061	17/01/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	JULGADO
6	0800116-33.2020.8.10.0061	17/01/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

FLS. N° 159

PROC. N° 003 / 2025

PUBLICAÇÃO: 14/01/2025



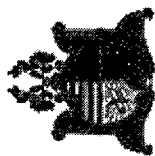
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
7	0800120-70.2020.8.10.0061	17/01/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
8	0800122-40.2020.8.10.0061	17/01/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	REMETIDO AO TJ
9	0800123-25.2020.8.10.0061	17/01/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
10	0800126-77.2020.8.10.0061	17/01/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	JULGADO
11	0800128-47.2020.8.10.0061	17/01/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
12	0800130-17.2020.8.10.0061	17/01/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	DISTRIBUIÇÃO CANCELADA
13	0800333-85.2020.8.10.0058	04/02/2020	ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	3ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
14	0000918-40.2015.8.10.0061	24/08/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
15	0828996-56.2020.8.10.0001	29/08/2020	AÇÃO CÍVEL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	URBANO SANTOS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE URBANO SANTOS	TRAMITANDO
16	0800256-93.2021.8.10.0138	01/03/2021	AÇÃO CÍVEL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	URBANO SANTOS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE URBANO SANTOS	TRAMITANDO
17	0800423-50.2021.8.10.0061	09/03/2021	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
18	0800629-27.2021.8.10.0138	12/05/2021	AÇÃO CÍVEL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	URBANO SANTOS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE URBANO SANTOS	TRAMITANDO
19	0801139-40.2021.8.10.0138	15/07/2021	AÇÃO CÍVEL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	URBANO SANTOS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE URBANO SANTOS	TRAMITANDO

FLS. N° 160

PROC. N° 129.1.2025

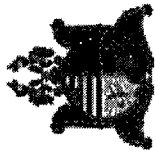
RUBRICA: 416



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
20	0804721-78.2021.8.10.0031	02/09/2021	AÇÃO POPULAR	CHAPADINHA	1ª VARA DA COMARCA DE CHAPADINHA	JULGADO
21	0800203-59.2022.8.10.0015	27/01/2022	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	10º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
22	0823002-41.2022.8.10.0001	03/05/2022	DIVÓRCIO CONSENSUAL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
23	0800756-28.2022.8.10.0138	15/06/2022	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	URBANO SANTOS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE URBANO SANTOS	TRAMITANDO
24	0846266-87.2022.8.10.0001	16/08/2022	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
25	0800501-73.2023.8.10.0061	01/03/2023	BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	JULGADO
26	0801502-68.2023.8.10.0037	24/04/2023	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	GRAJAU	1ª VARA DA COMARCA DE GRAJAU	TRAMITANDO
27	0800489-82.2023.8.10.0021	10/07/2023	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	JUizado ESPECIAL DO TRÂNSITO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
28	0800345-74.2024.8.10.0021	29/04/2024	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	JUizado ESPECIAL DO TRÂNSITO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
29	0800609-91.2024.8.10.0021	23/07/2024	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	JUizado ESPECIAL DO TRÂNSITO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
30	0802168-75.2024.8.10.0153	03/09/2024	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	14º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO

FLS. N° 163
PROC. N° 009/2025
RUBRICA: 16



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
31	0901275-63.2024.8.10.0001	20/12/2024	MEDIDAS DE PROTEÇÃO À PESSOA IDOSA - CRIMINAL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA ESPECIAL DO IDOSO E DOS REGISTROS PÚBLICOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
32	0000606-74.2009.8.10.0061	12/05/2009	Mandado de Segurança Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
33	0000665-62.2009.8.10.0061	15/05/2009	Mandado de Segurança Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
34	0000661-25.2009.8.10.0061	15/05/2009	Mandado de Segurança Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
35	0000292-44.2010.8.10.0110	28/04/2010	Ação Civil de Improbidade Administrativa	PENALVA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PENALVA	BAIXADO
36	0000996-73.2011.8.10.0061	11/08/2011	Embargos à Execução	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
37	0000995-88.2011.8.10.0061	11/08/2011	Embargos à Execução	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
38	0001090-21.2011.8.10.0061	01/09/2011	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
39	0001082-44.2011.8.10.0061	01/09/2011	Embargos à Execução	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
40	0001093-73.2011.8.10.0061	01/09/2011	Embargos à Execução	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
41	0001085-96.2011.8.10.0061	01/09/2011	Embargos à Execução	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
42	0001083-28.2011.8.10.0061	01/09/2011	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
43	0001414-11.2011.8.10.0061	04/11/2011	Embargos à Execução	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
44	0000456-59.2011.8.10.0082	08/11/2011	Ação Civil Pública	CARUTAPERA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE CARUTAPERA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
45	0000139-90.2012.8.10.0061	02/02/2012	Impugnação ao Cumprimento de Sentença	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
46	0000530-11.2013.8.10.0061	25/04/2013	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO

FLS. N° 162
PROC. N° 001/2025
RUBRICA: [assinatura]



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	NumeroUnião	Data da Distribuição	tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
47	0000528-41.2013.8.10.0061	25/04/2013	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
48	0000526-71.2013.8.10.0061	25/04/2013	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
49	0000524-04.2013.8.10.0061	25/04/2013	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
50	0000522-34.2013.8.10.0061	25/04/2013	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
51	0000521-49.2013.8.10.0061	25/04/2013	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
52	0000519-79.2013.8.10.0061	25/04/2013	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
53	0000516-27.2013.8.10.0061	25/04/2013	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
54	0000514-57.2013.8.10.0061	25/04/2013	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
55	0000590-81.2013.8.10.0061	06/05/2013	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
56	0000721-56.2013.8.10.0061	28/05/2013	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
57	0001392-79.2013.8.10.0061	26/09/2013	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
58	0001393-64.2013.8.10.0061	26/09/2013	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
59	0001388-42.2013.8.10.0061	26/09/2013	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
60	0001424-84.2013.8.10.0061	02/10/2013	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
61	0001425-69.2013.8.10.0061	02/10/2013	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO

FLS. N° 163
PROC. N° 228/13035
RUBRICA: *[assinatura]*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
62	0001426-54.2013.8.10.0061	02/10/2013	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
63	0001420-47.2013.8.10.0061	02/10/2013	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
64	0001427-39.2013.8.10.0061	02/10/2013	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
65	0001423-02.2013.8.10.0061	02/10/2013	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
66	0001419-62.2013.8.10.0061	02/10/2013	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
67	0001418-77.2013.8.10.0061	02/10/2013	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
68	0001422-17.2013.8.10.0061	02/10/2013	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
69	0000122-80.2014.8.10.0062	30/01/2014	Ação Civil de Improbidade Administrativa	VITORINO FREIRE	1ª VARA DA COMARCA DE VITORINO FREIRE	BAIXADO
70	0000279-56.2014.8.10.0061	17/02/2014	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
71	0042400-85.2014.8.10.0001	17/09/2014	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	11ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
72	0000660-22.2014.8.10.0075	17/10/2014	Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil	BEQUIMÃO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE BEQUIMÃO	BAIXADO
73	0002298-35.2014.8.10.0061	19/12/2014	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
74	0002299-20.2014.8.10.0061	19/12/2014	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
75	0000035-93.2015.8.10.0061	08/01/2015	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO

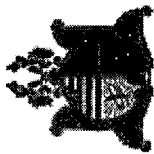
FLS. N° 364
PROC. N° 009 12005
RUBRICA: *[assinatura]*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
76	0022434-39.2014.8.10.0001	24/03/2015	Ação Civil de Improbidade Administrativa	URBANO SANTOS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE URBANO SANTOS	DISTRIBUIÇÃO CANCELADA
77	0000757-90.2015.8.10.0138	17/08/2015	Ação Civil de Improbidade Administrativa	URBANO SANTOS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE URBANO SANTOS	BAIXADO
78	0000446-25.2010.8.10.0090	30/08/2010	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	HUMBERTO DE CAMPOS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE HUMBERTO DE CAMPOS	JULGADO
79	0000757-51.2010.8.10.0143	18/10/2010	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	MORROS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE MORROS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
80	0000620-44.2011.8.10.0140	30/09/2011	EMBARGOS À EXECUÇÃO	VITÓRIA DO MEARIM	VARA ÚNICA DE VITÓRIA DO MEARIM	TRAMITANDO
81	0000617-89.2011.8.10.0140	30/09/2011	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	VITÓRIA DO MEARIM	VARA ÚNICA DE VITÓRIA DO MEARIM	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
82	0000072-78.2013.8.10.0130	29/01/2013	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	SÃO VICENTE FÉRRER	VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO VICENTE FÉRRER	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
83	0001067-85.2013.8.10.0035	04/06/2013	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	COROATÁ	2ª VARA DA COMARCA DE COROATÁ	TRAMITANDO
84	0000399-91.2013.8.10.0075	12/08/2013	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	BEQUIMÃO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE BEQUIMÃO	SUSPENSO
85	0000472-63.2013.8.10.0075	27/08/2013	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	BEQUIMÃO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE BEQUIMÃO	SUSPENSO
86	0000780-02.2013.8.10.0075	02/12/2013	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	BEQUIMÃO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE BEQUIMÃO	TRAMITANDO
87	0010278-19.2014.8.10.0001	12/03/2014	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	SÃO LUIS - ENTRÂNCIA FINAL	10ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUIS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

FLS. N° 65
PROC. N° 209.170225
RUBRICA: *[assinatura]*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
88	0037455-55.2014.8.10.0001	22/08/2014	PROCEDIMENTO COMUM CIVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
89	0056765-47.2014.8.10.0001	28/11/2014	USUCAPIÃO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	15ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
90	0000250-46.2016.8.10.0122	13/07/2016	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
91	0000126-29.2017.8.10.0122	15/03/2017	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO	ARQUIVADO PROVISORIAMENTE
92	0000142-59.2010.8.10.0079	21/06/2017	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	CÂNDIDO MENDES	VARA ÚNICA DA COMARCA DE CÂNDIDO MENDES	TRAMITANDO
93	0000646-33.2017.8.10.0075	16/08/2017	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	BEQUIMÃO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE BEQUIMÃO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
94	0832296-93.2017.8.10.0001	05/09/2017	PROCEDIMENTO COMUM CIVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
95	0001027-41.2017.8.10.0075	06/12/2017	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	BEQUIMÃO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE BEQUIMÃO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
96	0001427-60.2017.8.10.0138	19/12/2017	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	URBANO SANTOS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE URBANO SANTOS	TRAMITANDO
97	0000152-37.2018.8.10.0075	06/02/2018	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	BEQUIMÃO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE BEQUIMÃO	TRAMITANDO
98	0000371-92.2018.8.10.0061	24/05/2018	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	VIANA	2ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
99	0802219-56.2018.8.10.0037	19/09/2018	PROCEDIMENTO COMUM CIVEL	GRAJAÚ	1ª VARA DA COMARCA DE GRAJAÚ	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
100	0802785-05.2018.8.10.0037	19/11/2018	PROCEDIMENTO COMUM CIVEL	GRAJAÚ	1ª VARA DA COMARCA DE GRAJAÚ	JULGADO

FLS. N° 166

PROC. N° 209.12025

RUBRICA: *[assinatura]*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
101	0000206-71.2019.8.10.0138	21/02/2019	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	URBANO SANTOS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE URBANO SANTOS	TRAMITANDO
102	0816933-95.2019.8.10.0001	23/04/2019	DIVÓRCIO CONSENSUAL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
103	0801793-44.2019.8.10.0058	30/05/2019	DIVÓRCIO LITIGIOSO	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	3ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	JULGADO
104	0801412-27.2019.8.10.0061	24/07/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	VIANA	2ª VARA DA COMARCA DE VIANA	TRAMITANDO
105	0833949-62.2019.8.10.0001	16/08/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
106	0802050-60.2019.8.10.0061	15/10/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
107	0802054-97.2019.8.10.0061	15/10/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
108	0802058-37.2019.8.10.0061	16/10/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
109	0802061-89.2019.8.10.0061	16/10/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
110	0802064-44.2019.8.10.0061	16/10/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	JULGADO
111	0802070-51.2019.8.10.0061	16/10/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
112	0802073-06.2019.8.10.0061	16/10/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
113	0802078-28.2019.8.10.0061	17/10/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
114	0802082-65.2019.8.10.0061	17/10/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

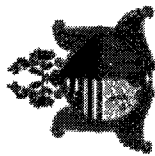
FLS. Nº 167
PROC. Nº 00812025
PUB. Nº 972



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Numero Único	Data da Distribuição	Tipos de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
115	0802085-20.2019.8.10.0061	17/10/2019	PROCEDIMENTO COMUM CIVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
116	0800119-85.2020.8.10.0061	17/01/2020	PROCEDIMENTO COMUM CIVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	DISTRIBUIÇÃO CANCELADA
117	0800121-55.2020.8.10.0061	17/01/2020	PROCEDIMENTO COMUM CIVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
118	0800125-92.2020.8.10.0061	17/01/2020	PROCEDIMENTO COMUM CIVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
119	0800127-62.2020.8.10.0061	17/01/2020	PROCEDIMENTO COMUM CIVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
120	0800129-32.2020.8.10.0061	17/01/2020	PROCEDIMENTO COMUM CIVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
121	0800131-02.2020.8.10.0061	17/01/2020	PROCEDIMENTO COMUM CIVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
122	0807487-34.2020.8.10.0001	29/02/2020	MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (LEI MARIA DA PENHA) - CRIMINAL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA ESPECIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
123	0000062-82.2018.8.10.0122	01/12/2020	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
124	0800258-63.2021.8.10.0138	01/03/2021	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	URBANO SANTOS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE URBANO SANTOS	TRAMITANDO
125	0800373-84.2021.8.10.0138	25/03/2021	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	URBANO SANTOS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE URBANO SANTOS	TRAMITANDO
126	0800416-69.2021.8.10.0122	06/07/2021	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO	JULGADO

FLS. N° 168
PROC. N° 009.15095
RUBRICA: *[assinatura]*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
127	0800626-35.2021.8.10.0021	26/11/2021	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	JUIZADO ESPECIAL DO TRÂNSITO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
128	0802643-62.2021.8.10.0015	07/12/2021	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	10º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
129	0833416-98.2022.8.10.0001	15/06/2022	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	13ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
130	0837985-45.2022.8.10.0001	07/07/2022	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	BEQUIMÃO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE BEQUIMÃO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
131	0800218-52.2023.8.10.0028	26/01/2023	TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE	BURITICUPU	1ª VARA DA COMARCA DE BURITICUPU	TRAMITANDO
132	0801400-46.2023.8.10.0037	12/04/2023	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	GRAJÁ	2ª VARA DA COMARCA DE GRAJÁ	TRAMITANDO
133	0824513-40.2023.8.10.0001	26/04/2023	RECLAMAÇÃO PRÉ-PROCESSUAL	SÃO LUÍS	6º CEJUSC DE SÃO LUÍS - UNDB	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
134	0801530-14.2023.8.10.0012	27/07/2023	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
135	0000656-03.2009.8.10.0061	15/05/2009	Mandado de Segurança Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
136	0000632-04.2011.8.10.0061	25/05/2011	Ação Civil Pública	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
137	0000831-26.2011.8.10.0061	13/07/2011	Ação Civil de Improbidade Administrativa	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
138	0001091-06.2011.8.10.0061	01/09/2011	Embargos à Execução	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
139	0001089-36.2011.8.10.0061	01/09/2011	Embargos à Execução	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
140	0001087-66.2011.8.10.0061	01/09/2011	Embargos à Execução	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO

FLS. N° 369
PROC. N° 009.1.2022
RUBRICA: *[assinatura]*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

Nº	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
141	0001086-81.2011.8.10.0061	01/09/2011	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
142	0001092-88.2011.8.10.0061	01/09/2011	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
143	0001094-58.2011.8.10.0061	01/09/2011	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
144	0000457-44.2011.8.10.0082	08/11/2011	Ação Civil Pública	CARUTAPERA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE CARUTAPERA	BAIXADO
145	0000140-75.2012.8.10.0061	02/02/2012	Impugnação ao Cumprimento de Sentença	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
146	0000518-94.2013.8.10.0061	25/04/2013	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
147	0000529-26.2013.8.10.0061	25/04/2013	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
148	0000527-56.2013.8.10.0061	25/04/2013	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
149	0000525-86.2013.8.10.0061	25/04/2013	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
150	0000523-19.2013.8.10.0061	25/04/2013	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
151	0000520-64.2013.8.10.0061	25/04/2013	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
152	0000517-12.2013.8.10.0061	25/04/2013	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
153	0000515-42.2013.8.10.0061	25/04/2013	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
154	0000589-96.2013.8.10.0061	06/05/2013	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO

FLS. N° 170
PROC. N° 008 120 55
RUBRICA: *Ne*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

Nº	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
155	0000720-71.2013.8.10.0061	28/05/2013	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
156	0000407-68.2013.8.10.0075	12/08/2013	Procedimento Comum Cível	BEQUIMÃO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE BEQUIMÃO	BAIXADO
157	0001390-12.2013.8.10.0061	26/09/2013	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
158	0001389-27.2013.8.10.0061	26/09/2013	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
159	0001391-94.2013.8.10.0061	26/09/2013	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
160	0001421-32.2013.8.10.0061	02/10/2013	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
161	0000278-71.2014.8.10.0061	17/02/2014	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
162	0028291-66.2014.8.10.0001	02/07/2014	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
163	0042547-14.2014.8.10.0001	17/09/2014	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	16ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
164	0060033-12.2014.8.10.0001	18/12/2014	Cautelar Inominada	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
165	0000034-11.2015.8.10.0061	06/01/2015	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
166	0000033-26.2015.8.10.0061	06/01/2015	Procedimento Comum Cível	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	BAIXADO
167	0008441-89.2015.8.10.0001	04/03/2015	Ação Civil de Improbidade Administrativa	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
168	0000943-40.2017.8.10.0075	30/10/2017	Procedimento Comum Cível	BEQUIMÃO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE BEQUIMÃO	BAIXADO

FLS. Nº 97
PROC. Nº 029 12005
RUBRICA: *[Assinatura]*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
169	0000835-97.2010.8.10.0061	05/08/2010	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
170	0000328-93.2010.8.10.0140	01/09/2010	EXECUÇÃO FISCAL	VITÓRIA DO MEARIM	VARA ÚNICA DE VITÓRIA DO MEARIM	TRAMITANDO
171	0000379-70.2011.8.10.0140	22/06/2011	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	VITÓRIA DO MEARIM	VARA ÚNICA DE VITÓRIA DO MEARIM	JULGADO
172	0000619-69.2011.8.10.0140	30/09/2011	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	VITÓRIA DO MEARIM	VARA ÚNICA DE VITÓRIA DO MEARIM	TRAMITANDO
173	0000052-92.2012.8.10.0075	28/03/2012	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	BEQUIMÃO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE BEQUIMÃO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
174	0000263-39.2013.8.10.0061	12/03/2013	PROCEDIMENTO COMUM CIVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
175	0000224-97.2013.8.10.0075	12/06/2013	PROCEDIMENTO COMUM CIVEL	BEQUIMÃO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE BEQUIMÃO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
176	0000417-15.2013.8.10.0075	14/08/2013	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	BEQUIMÃO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE BEQUIMÃO	SUSPENSO
177	0000471-78.2013.8.10.0075	27/08/2013	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	BEQUIMÃO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE BEQUIMÃO	SUSPENSO
178	0006091-65.2014.8.10.0001	13/02/2014	EXECUÇÃO FISCAL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
179	0000528-62.2014.8.10.0075	15/08/2014	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	BEQUIMÃO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE BEQUIMÃO	SUSPENSO
180	0002045-47.2014.8.10.0061	11/11/2014	PROCEDIMENTO COMUM CIVEL	VIANA	2ª VARA DA COMARCA DE VIANA	JULGADO
181	0031851-79.2015.8.10.0001	14/07/2015	EXECUÇÃO FISCAL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	9ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO

FLS. N° 172

PROC. N° 008 12025

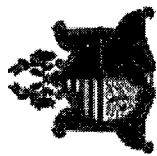
RUBRICA: *[Assinatura]*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
182	0800667-75.2016.8.10.0021	15/08/2016	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	JUIZADO ESPECIAL DO TRÂNSITO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
183	0000146-30.2018.8.10.0075	06/02/2018	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	BEQUIMÃO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE BEQUIMÃO	SUSPENSO
184	0802456-81.2018.8.10.0040	07/03/2018	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	IMPERATRIZ	2ª VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE IMPERATRIZ	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
185	0000372-77.2018.8.10.0061	24/05/2018	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	VIANA	2ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
186	0859694-78.2018.8.10.0001	14/11/2018	DIVÓRCIO CONSENSUAL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
187	0860669-03.2018.8.10.0001	22/11/2018	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	15ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	DISTRIBUIÇÃO CANCELADA
188	0801293-41.2019.8.10.0037	25/04/2019	AÇÃO CÍVEL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	GRAJAÚ	1ª VARA DA COMARCA DE GRAJAÚ	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
189	0801193-14.2019.8.10.0061	18/06/2019	CAUTELAR INOMINADA	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
190	0000513-37.2019.8.10.0037	08/08/2019	INQUÉRITO POLICIAL	GRAJAÚ	2ª VARA DA COMARCA DE GRAJAÚ	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
191	0839148-65.2019.8.10.0001	20/09/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	7ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
192	0802053-15.2019.8.10.0061	15/10/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
193	0802057-52.2019.8.10.0061	16/10/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
194	0802060-07.2019.8.10.0061	16/10/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	JULGADO

FLS. Nº 93
PROC. Nº 009.13295
RUBRICA: JVE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
195	0802063-59.2019.8.10.0061	16/10/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
196	0802065-29.2019.8.10.0061	16/10/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
197	0802072-21.2019.8.10.0061	16/10/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	JULGADO
198	0802074-88.2019.8.10.0061	16/10/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	JULGADO
199	0802081-80.2019.8.10.0061	17/10/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	JULGADO
200	0802084-35.2019.8.10.0061	17/10/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

Observações:

- a) A validade desta consulta é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova consulta;
b) A autenticidade desta consulta poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão de Prática Forense, utilizando o código de validação acima identificado;
c) Fonte da pesquisa: sistemas ThemisPG (1º grau), PJE (1º grau), PROJUDI, VEP e SEEU;

FLS. N° 379
PROC. N° 024 12025
RUBRICA: <i>[assinatura]</i>



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

Data emissão: 14/01/2025
Data de validade: 14/02/2025

Nº da certidão: 12500022226
Código de Validação: 5435328ee1

NOME: JORDEL SALES CHAVES JÚNIOR CPF: 824.751.723-04 OAB: 7807 DATA INICIAL: 11/03/2009 DATA FIM: 20/12/2024	
Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)	

Certifico que consta nos registros de distribuição do Segundo Grau do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, que o(a) advogado(a) JORDEL SALES CHAVES JUNIOR, OAB MA No 7807 CPF 824.751.723-04, está vinculado(a) como advogado(a) de parte requerente e/ou requerida nos processos abaixo:

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
1	0803240-81.2018.8.10.0000	19/04/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Des. Ricardo Tadeu Bugarin Dualibe	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
2	0810229-06.2018.8.10.0000	28/11/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
3	0800148-61.2019.8.10.0000	13/01/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Jaime Ferreira de Araújo	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
4	0807781-26.2019.8.10.0000	03/09/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
5	0834174-19.2018.8.10.0001	19/03/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Maria Francisca Gualberto de Galiza	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
6	0811115-34.2020.8.10.0000	14/08/2020	PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO A APELAÇÃO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

FLS. Nº 115
PROC. Nº 00912025
JURISDICAÇÃO
16



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
7	0812930-66.2020.8.10.0000	14/09/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Luiz Gonzaga Almeida Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
8	0001381-19.2012.8.10.0115	15/12/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
9	0818964-57.2020.8.10.0000	18/12/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des*. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
10	0816842-05.2019.8.10.0001	27/01/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Cleones Carvalho Cunha	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
11	0800304-76.2020.8.10.0012	25/02/2021	RECURSO INOMINADO CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª TURMA RECURSAL PERMANENTE DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
12	0809951-97.2021.8.10.0000	07/06/2021	HABEAS CORPUS	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Luiz Gonzaga Almeida Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
13	0814074-41.2021.8.10.0000	12/08/2021	PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO A APELAÇÃO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo Moraes Bogéa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
14	0810734-57.2019.8.10.0001	22/10/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Des. Ricardo Tadeu Bugarin Dualibe	TRAMITANDO
15	0802619-45.2022.8.10.0000	15/02/2022	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo Moraes Bogéa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
16	0803127-83.2021.8.10.0110	10/04/2022	RECURSO INOMINADO CÍVEL	PINHEIRO	TURMA RECURSAL DA COMARCA DE PINHEIRO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
17	0819028-98.2019.8.10.0001	29/04/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Marcelo Carvalho Silva	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
18	0810591-05.2018.8.10.0001	01/07/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
19	0814568-66.2022.8.10.0000	21/07/2022	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Kleber Costa Carvalho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
20	0836719-91.2020.8.10.0001	27/07/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

FLS. N° 136
PROC. N° 00912255
RUBRICA: *He*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data de Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
21	0802195-29.2022.8.10.0153	16/02/2023	RECURSO INOMINADO CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª TURMA RECURSAL PERMANENTE DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
22	0822168-07.2023.8.10.0000	05/10/2023	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
23	0816098-39.2021.8.10.0001	27/10/2023	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Gonçalo de Sousa Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
24	0825227-03.2023.8.10.0000	13/11/2023	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
25	0817741-30.2024.8.10.0000	23/07/2024	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf	JULGADO
26	0847305-85.2023.8.10.0001	29/08/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Maria Francisca Gualberto de Galiza	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
27	0000482-09.2010.8.10.9001	12/05/2010	Recurso Inominado Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO LUÍS	BAIXADO
28	0022902-03.2014.8.10.0001	08/04/2016	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
29	0806179-60.2020.8.10.0001	20/04/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Kleber Costa Carvalho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
30	0812689-24.2022.8.10.0000	24/06/2022	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
31	0010984-75.2009.8.10.0001	15/07/2022	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Maria Francisca Gualberto de Galiza	TRAMITANDO
32	0009741-04.2006.8.10.0001	08/08/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antônio José Vieira Filho	JULGADO
33	0802790-94.2021.8.10.0110	16/08/2022	RECURSO INOMINADO CÍVEL	PINHEIRO	TURMA RECURSAL DA COMARCA DE PINHEIRO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
34	0800809-29.2022.8.10.0002	16/08/2023	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Nelma Caleste S. S. Sarney Costa	JULGADO

FLS. N° 177
PROC. N° 00419005
RUBRICA: *[assinatura]*



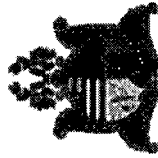
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data de Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
35	0844746-97.2019.8.10.0001	26/10/2023	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Nelma Celeste S. S. Sarney Costa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
36	0806194-29.2020.8.10.0001	31/10/2023	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Nelma Celeste S. S. Sarney Costa	TRAMITANDO
37	0823711-13.2021.8.10.0001	14/11/2023	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Des. Ricardo Tadeu Bugarin Dualibe	TRAMITANDO
38	0866407-93.2023.8.10.0001	20/08/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro	TRAMITANDO
39	0825594-90.2024.8.10.0000	22/10/2024	AÇÃO RESCISÓRIA	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Paulo Sérgio Velten Pereira	TRAMITANDO
40	0006557-93.2012.8.10.9001	19/04/2012	Recurso Inominado Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO LUÍS	BAIXADO
41	0801009-44.2017.8.10.0153	26/10/2017	RECURSO INOMINADO CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

Observações:

- a) A validade desta consulta é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova consulta;
- b) A autenticidade desta consulta poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão de Prática Forense, utilizando o código de validação acima identificado;
- c) Fonte da pesquisa: sistemas ThemisSG (2º grau), PJE (2º grau) e PROJUDI;

FLS. N° 178
PROC. N° 009.12025
RUBRICA: *[Assinatura]*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

Data emissão: 14/01/2025
Data de validade: 14/02/2025

Nº da certidão: 12500022064
Código de Validação: e0625c5c52

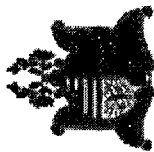
NOME: FABIO MELO MAIA
CPF: 605.917.812-04
OAB: 6736
DATA INICIAL: 11/03/2009
DATA FIM: 20/12/2024

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que consta nos registros de distribuição do Segundo Grau do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, que o(a) advogado(a) FABIO MELO MAIA, OAB MA No 6736 CPF 605.917.812-04, está vinculado(a) como advogado(a) de parte requerente elou requerida nos processos abaixo:

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
1	0811903-82.2019.8.10.0000	18/12/2019	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
2	0000719-81.2016.8.10.0061	10/07/2020	AGRAVO INTERNO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antônio José Vieira Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
3	0000696-38.2016.8.10.0061	10/07/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José de Ribamar Castro	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
4	0000705-97.2016.8.10.0061	10/07/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Nelma Celeste S. S. Sarney Costa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
5	0000710-22.2016.8.10.0061	10/07/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Nelma Celeste S. S. Sarney Costa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
6	0812737-19.2018.8.10.0001	03/08/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Josemar Lopes Santos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

FLS. N° 179
PROC. N° 009 13055
R. 01
R. 01
R. 01



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Numero Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
7	0000960-55.2016.8.10.0061	24/08/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Des. Ricardo Tadeu Bugarin Dualilbe	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
8	0000907-74.2016.8.10.0061	24/08/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Douglas Ailton Ferreira Amorim	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
9	0000917-55.2015.8.10.0061	24/08/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Josemar Lopes Santos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
10	0816191-39.2020.8.10.0000	03/11/2020	RECLAMAÇÃO CRIMINAL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antônio José Vieira Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
11	0000062-82.2018.8.10.0122	01/12/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Marcelo Carvalho Silva	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
12	0000718-96.2016.8.10.0061	22/03/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Maria Francisca Gualberto de Galiza	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
13	0001157-89.2014.8.10.0122	10/09/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José de Ribamar Castro	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
14	0832296-93.2017.8.10.0001	09/02/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Gervásio Protásio dos Santos Júnior	TRAMITANDO
15	0800131-02.2020.8.10.0061	06/05/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antônio José Vieira Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
16	0812440-73.2022.8.10.0000	22/06/2022	RECLAMAÇÃO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Maria Francisca Gualberto de Galiza	TRAMITANDO
17	0800120-70.2020.8.10.0061	26/07/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Kleber Costa Carvalho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
18	0802084-35.2019.8.10.0061	17/08/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Josemar Lopes Santos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
19	0802085-20.2019.8.10.0061	22/08/2022	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo Moraes Bogéa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
20	0802070-51.2019.8.10.0061	29/08/2022	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
21	0800127-62.2020.8.10.0061	05/09/2022	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Luiz Gonzaga Almeida Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

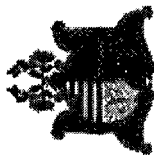
FLS. N° 380
PROC. N° 009.12025
RUBRICA: JLE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data de Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
22	0802078-28.2019.8.10.0061	19/09/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Maria Francisca Gualberto de Galiza	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
23	0802081-80.2019.8.10.0061	20/09/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Nelma Celeste S. S. Sarney Costa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
24	0802643-62.2021.8.10.0015	05/10/2022	RECURSO INOMINADO CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª TURMA RECURSAL PERMANENTE DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
25	0802073-06.2019.8.10.0061	08/11/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
26	0802538-15.2019.8.10.0061	08/02/2023	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Cleones Carvalho Cunha	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
27	0800203-59.2022.8.10.0015	17/04/2023	RECURSO INOMINADO CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª TURMA RECURSAL PERMANENTE DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
28	0800423-50.2021.8.10.0061	11/05/2023	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Cleones Carvalho Cunha	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
29	0800123-25.2020.8.10.0061	19/05/2023	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
30	0800501-73.2023.8.10.0061	18/09/2023	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antônio José Vieira Filho	TRAMITANDO
31	0802785-05.2018.8.10.0037	09/10/2023	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa	TRAMITANDO
32	0802219-56.2018.8.10.0037	09/10/2023	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Kleber Costa Carvalho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
33	0822548-30.2023.8.10.0000	10/10/2023	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
34	0833416-98.2022.8.10.0001	08/05/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro	TRAMITANDO
35	0002045-47.2014.8.10.0061	23/07/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Tyrone José Silva	TRAMITANDO

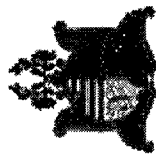
FLS. N° 183
PROC. N° 00912025
RUBRICA: 2/6



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipologia Ação	Comarca	Unidade Judiciária	Situação
36	0002945-55.2009.8.10.9001	13/08/2009	Recurso Inominado Civil	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO LUÍS	BAIXADO
37	0006345-43.2010.8.10.9001	30/07/2010	Embargos de Declaração Civil	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO LUÍS	BAIXADO
38	0002635-78.2011.8.10.9001	04/11/2011	Recurso Inominado Civil	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO LUÍS	BAIXADO
39	0000904-22.2016.8.10.0061	12/04/2016	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des.ª Ângela Maria Moraes Salazar	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
40	0807362-06.2019.8.10.0000	22/08/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José de Ribamar Castro	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
41	0000965-77.2016.8.10.0061	24/08/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des.ª Nelma Celeste S. S. Sarney Costa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
42	0000918-40.2015.8.10.0061	24/08/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des.ª Ângela Maria Moraes Salazar	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
43	0815225-76.2020.8.10.0000	15/10/2020	HABEAS CORPUS CRIMINAL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antônio José Vieira Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
44	0810739-45.2020.8.10.0001	16/11/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
45	0000905-07.2016.8.10.0061	18/02/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Gonçalves de Sousa Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
46	0801353-39.2019.8.10.0061	25/08/2021	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
47	0818879-37.2021.8.10.0000	08/11/2021	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Tyrone José Silva	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
48	0800128-47.2020.8.10.0061	28/04/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des.ª Maria Francisca Gualberto de Galiza	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
49	0802050-60.2019.8.10.0061	17/05/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
50	0800122-40.2020.8.10.0061	28/06/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Gonçalves de Sousa Filho	TRAMITANDO

FLS. N° 482
PROC. N° 028.12025
RUBRICA: [assinatura]



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Numero Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
51	0802074-88.2019.8.10.0061	15/08/2022	REMESSA NECESSÁRIA CIVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antônio José Vieira Filho	JULGADO
52	0802060-07.2019.8.10.0061	22/08/2022	REMESSA NECESSÁRIA CIVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Josemar Lopes Santos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
53	0802057-52.2019.8.10.0061	26/08/2022	APELAÇÃO CIVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
54	0802082-65.2019.8.10.0061	05/09/2022	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
55	0818690-25.2022.8.10.0000	12/09/2022	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
56	0802061-89.2019.8.10.0061	19/09/2022	APELAÇÃO CIVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José de Ribamar Castro	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
57	0000053-57.2017.8.10.0122	05/10/2022	APELAÇÃO CIVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Josemar Lopes Santos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
58	0802072-21.2019.8.10.0061	06/10/2022	APELAÇÃO CIVEL	SÃO LUÍS	Des. Ricardo Tadeu Bugarin Dualibe	TRAMITANDO
59	0800039-68.2023.8.10.9001	03/02/2023	MANDADO DE SEGURANÇA CIVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª TURMA RECURSAL PERMANENTE DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	SUSPENSO
60	0800129-32.2020.8.10.0061	14/04/2023	APELAÇÃO CIVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Cleones Carvalho Cunha	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
61	0800126-77.2020.8.10.0061	11/05/2023	APELAÇÃO CIVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
62	0800114-63.2020.8.10.0061	11/05/2023	APELAÇÃO CIVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Márcia Cristina Coelho Chaves	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
63	0003019-12.2009.8.10.9001	21/09/2009	Recurso Inominado Civil	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	TURMA RECURSAL CIVEL E CRIMINAL DE SÃO LUÍS	BAIXADO
64	0006796-68.2010.8.10.9001	29/11/2010	Recurso Inominado Civil	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	TURMA RECURSAL CIVEL E CRIMINAL DE SÃO LUÍS	BAIXADO

FLS. N° 183
PROC. N° 00912055
RUBRICA: *Jo*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judiciária	Situação
65	0004199-90.2015.8.10.0000	26/05/2015	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des ^a . Maria Francisca Gualberto de Galiza	TRAMITANDO
66	0803937-68.2019.8.10.0000	14/05/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des ^a . Anildes de Jesus B. Chaves Cruz	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

Observações:

- a) A validade desta consulta é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova consulta;
- b) A autenticidade desta consulta poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão de Prática Forense, utilizando o código de validação acima identificado;
- c) Fonte da pesquisa: sistemas ThemisSG (2º grau), PJE (2º grau) e PROJUDI;

FLS. N° 384
PROC. N° 029/2008
RUBRICA: *mtb*



FLS. N°	185
PROC. N°	009.1.2025
RUBRICA:	16

Superior Tribunal de Justiça

CERTIDÃO JUDICIAL DE EXERCÍCIO DA ADVOCACIA

O **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, com base nos seus registros processuais eletrônicos, acessados no dia e hora abaixo referidos

CERTIFICA

constar processo(s), figurando como advogado(a) "JORDEL SALES CHAVES JÚNIOR" inscrito(a) na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional MA, sob o nº 007807, 5 processo(s) listado(s) a seguir: AREsp 770427/MA (2015/0218120-9) autuado em 03/09/2015, AREsp 1145700/MA (2017/0189190-9) autuado em 18/08/2017, Pet 14587/MA (2021/0302698-4) autuado em 17/09/2021, REsp 1982596/MA (2021/0323234-9) autuado em 15/10/2021, AREsp 2512421/MA (2023/0433323-3) autuado em 28/11/2023.

Observações:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade de quem solicitou a certidão, devendo a titularidade ser conferida pela pessoa interessada e destinatária.
- b) A certidão será emitida conforme as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, a pessoa interessada deverá requerer atualização ao órgão julgador.
- c) Os resultados da pesquisa não contemplam os processos com publicidade restrita.

Certidão gerada via internet com validade de noventa dias corridos.

Esta certidão pode ser validada no site do STJ com os seguintes dados:

Número da Certidão: **3756319**

Código de Segurança: **ADDA.5C18.98C3.247E**

Data de geração: **14 de janeiro de 2025, às 16:57:20**



FLS. N°	186
PROC. N°	028 12025
RUBRICA:	9/6

Superior Tribunal de Justiça

CERTIDÃO JUDICIAL DE EXERCÍCIO DA ADVOCACIA

O **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, com base nos seus registros processuais eletrônicos, acessados no dia e hora abaixo referidos

CERTIFICA

constar processo(s), figurando como advogado(a) "FÁBIO MELO MAIA" inscrito(a) na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional MA, sob o nº 006736A, 28 processo(s) listado(s) a seguir: Ag 774646/MA (2006/0101795-1) autuado em 20/06/2006, REsp 862597/MA (2006/0139731-6) autuado em 24/07/2006, REsp 895973/MA (2006/0224163-6) autuado em 20/10/2006, RMS 41407/MA (2013/0053593-4) autuado em 05/03/2013, SLS 2057/MA (2015/0202435-3) autuado em 18/08/2015, CC 144370/MA (2015/0302179-5) autuado em 23/11/2015, CC 144905/MA (2015/0327099-8) autuado em 28/12/2015, AREsp 917748/MA (2016/0122685-5) autuado em 13/05/2016, CC 146710/MA (2016/0130773-0) autuado em 06/05/2016, CC 146711/MA (2016/0130793-2) autuado em 06/05/2016, CC 146715/MA (2016/0130800-7) autuado em 06/05/2016, CC 146716/MA (2016/0130803-2) autuado em 06/05/2016, CC 146718/MA (2016/0130806-8) autuado em 06/05/2016, CC 146719/MA (2016/0130826-0) autuado em 06/05/2016, CC 146923/MA (2016/0144617-0) autuado em 18/05/2016, CC 146925/MA (2016/0144713-0) autuado em 18/05/2016, CC 146926/MA (2016/0144717-8) autuado em 18/05/2016, CC 146929/MA (2016/0144819-0) autuado em 18/05/2016, CC 146936/MA (2016/0144946-5) autuado em 18/05/2016, CC 147330/MA (2016/0170036-0) autuado em 13/06/2016, AREsp 1086895/MA (2017/0086231-6) autuado em 03/05/2017, CC 152048/MA (2017/0096089-5) autuado em 03/05/2017, CC 152057/MA (2017/0096179-2) autuado em 03/05/2017, CC 152058/MA (2017/0096181-9) autuado em 03/05/2017, CC 154170/MA (2017/0221257-5) autuado em 31/08/2017, AREsp 1377371/MA (2018/0261566-8) autuado em 09/10/2018, CC 169805/MA (2019/0363872-0) autuado em 03/12/2019, CC 209082/MA (2024/0394340-3) autuado em 17/10/2024.

Observações:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade de quem solicitou a certidão, devendo a titularidade ser conferida pela pessoa interessada e destinatária.
- b) A certidão será emitida conforme as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, a pessoa interessada deverá requerer atualização ao órgão julgador.
- c) Os resultados da pesquisa não contemplam os processos com publicidade restrita.



FLS. N°	387
PROC. N°	008 12005
RUBRICA:	<i>He</i>

Superior Tribunal de Justiça

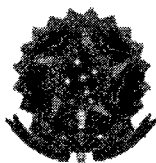
Certidão gerada via internet com validade de noventa dias corridos.

Esta certidão pode ser validada no site do STJ com os seguintes dados:

Número da Certidão: **3752940**

Código de Segurança: **2054.85D2.5B88.2D9F**

Data de geração: **10 de janeiro de 2025, às 19:48:03**



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO

FLS. N° 388
PROC. N° 008 12025
RUBRICA: *Alc.*

CERTIDÃO - SJMA-SERPRO

CERTIFICO, em consulta aos Sistemas Oracle, PJe e JEF Virtual, no âmbito da Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Maranhão, que o advogado **FABIO MELO MAIA, OAB MA6736-A** é patrono nos processos relacionados abaixo, na Seção Judiciária do Maranhão, conforme o(s) relatório(s) anexo(s). É verdade e dou fé. São Luís, Capital do Estado do Maranhão, em 14/01/2025.

Dados processuais das ações encontradas na pesquisa:				
Número do processo	Classe processual	Vara	Autor	Data de autuação
1102326-08.2023.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	13ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE PERI MIRIM	18/12/2023
1093674-02.2023.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	6ª Vara Federal Cível	JOSE MAURICIO CARNEIRO FERNANDES E OUTROS	19/11/2023
1057670-90.2023.4.01.3400	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	13ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE BURITICUPU	13/06/2023
1044166-87.2023.4.01.3700	TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE	13ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE BURITICUPU	13/06/2023
1003910-32.2023.4.01.3400	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	6ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE BURITICUPU	19/01/2023
1062061-95.2022.4.01.3700	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	13ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE BURITICUPU	08/11/2022
1048499-19.2022.4.01.3700	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	11ª Vara Federal de Execução Fiscal	UNIÃO FEDERAL	05/09/2022
1043553-04.2022.4.01.3700	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	13ª Vara Federal Cível	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	15/08/2022
1030648-98.2021.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	13ª Vara Federal Cível	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	05/07/2021
1030304-20.2021.4.01.3700	AÇÃO PENAL	1ª Vara Federal Criminal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	02/07/2021

1053986-38.2020.4.01.3700	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	3ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO DO RIO PRETO	
1053611-37.2020.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	5ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE PEDRO DO ROSÁRIO	09/11/2020
1029391-72.2020.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	13ª Vara Federal Cível	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	30/06/2020
1016916-84.2020.4.01.3700	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	6ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO DO RIO PRETO	31/03/2020
1013138-09.2020.4.01.3700	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	5ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE VIANA	11/03/2020
1013020-33.2020.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	6ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE CÂNDIDO MENDES	10/03/2020
1012754-46.2020.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	3ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE VIANA E OUTROS	09/03/2020
1011044-25.2019.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	5ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE VIANA	16/09/2019
1010498-67.2019.4.01.3700	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	5ª Vara Federal Cível	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	12/09/2019
1004226-57.2019.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	13ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE PERI MIRIM E OUTROS	01/06/2019
1001722-78.2019.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	5ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE PERI MIRIM	26/02/2019
1008123-30.2018.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	6ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE PERI MIRIM E OUTROS	31/12/2018
1005998-89.2018.4.01.3700	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	3ª Vara Federal Cível	FRANCISCO FEITOSA DA SILVA	02/10/2018
1005287-84.2018.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	3ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE VIANA	03/09/2018
1004311-77.2018.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	5ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE VIANA E OUTROS	27/07/2018
1004310-92.2016.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	6ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE VIANA	26/07/2018

1004309- 10.2018.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	13ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE VIANA	26/07/2018 FLS. N° 30 PROC. N° 028 2025 RUBRICA: <i>[assinatura]</i>
1004308- 25.2018.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	3ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE VIANA	26/07/2018
1003100- 40.2017.4.01.3700	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	5ª Vara Federal Cível	JOSE ANTONIO SILVA E OUTROS	26/10/2017
1000700- 53.2017.4.01.3700	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	6ª Vara Federal Cível	DANIEL AUGUSTO SOARES RAMOS	11/05/2017
0005304- 74.2017.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	5ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE GOVERNADOR LUIZ ROCHA E OUTROS	03/02/2017
0000036- 39.2017.4.01.3700	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	3ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO DO RIO PRETO	22/12/2016
0007886- 81.2016.4.01.3700	EXECUÇÃO FISCAL	4ª Vara Federal de Execução Fiscal	UNIÃO FEDERAL	07/03/2016
0110268- 89.2015.4.01.3700	EMBARGOS À EXECUÇÃO	5ª Vara Federal Cível	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE	02/12/2015
0096097- 30.2015.4.01.3700	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	5ª Vara Federal Cível	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E OUTROS	14/11/2015
0084674- 73.2015.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	6ª Vara Federal Cível	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS	24/09/2015
0073555- 18.2015.4.01.3700	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	6ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO	16/06/2015
0035011- 92.2014.4.01.3700	EXECUÇÃO FISCAL	11ª Vara Federal de Execução Fiscal	UNIÃO FEDERAL	30/07/2014
0013120- 15.2014.4.01.3700	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	13ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE COROATÁ	20/03/2014
0054589- 75.2013.4.01.3700	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	8ª Vara Federal Ambiental e Agrária	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS	29/11/2013
0047167- 49.2013.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	6ª Vara Federal Cível	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS	04/10/2013
0039303- 57.2013.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	6ª Vara Federal Cível	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	16/08/2013

0023344-80.2012.4.01.3700	EXECUÇÃO FISCAL	4ª Vara Federal de Execução Fiscal	UNIÃO FEDERAL	11/06/2012 FLS. N° 191 PROC. N° 00913025 RUBRICA: [assinatura]
0014096-90.2012.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	5ª Vara Federal Cível	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	16/04/2012
0009097-94.2012.4.01.3700	CRIMES AMBIENTAIS	8ª Vara Federal Ambiental e Agrária	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	02/03/2012
0007615-14.2012.4.01.3700	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	6ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO MEARIM E OUTROS	29/02/2012
0002924-54.2012.4.01.3700	EXECUÇÃO FISCAL	4ª Vara Federal de Execução Fiscal	UNIÃO FEDERAL	14/01/2012
0021294-18.2011.4.01.3700	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	6ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE VIANA E OUTROS	05/08/2011
0016115-06.2011.4.01.3700	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	3ª Vara Federal Cível	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE	14/06/2011
0016117-73.2011.4.01.3700	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	5ª Vara Federal Cível	FABIO MELO MAIA	14/06/2011
0015980-91.2011.4.01.3700	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	6ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE PEDRO DO ROSÁRIO	08/06/2011
0044211-65.2010.4.01.3700	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	8ª Vara Federal Ambiental e Agrária	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	29/11/2010
0034531-56.2010.4.01.3700	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	6ª Vara Federal Cível	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	13/09/2010
0008670-68.2010.4.01.3700	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	3ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE PEDRO DO ROSÁRIO E OUTROS	10/03/2010
0000109-55.2010.4.01.3700	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	3ª Vara Federal Cível	FABIO MELO MAIA	29/12/2009
0039122-95.2009.4.01.3700	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	5ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE PERI MIRIM	09/12/2009

0008004-04.2009.4.01.3700	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	6ª Vara Federal Cível	FABIO MELO MAIA	24/11/2009
0008005-86.2009.4.01.3700	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	5ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE PENALVA	24/11/2009
0007040-11.2009.4.01.3700	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	6ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE CANTANHEDE	15/10/2009
0003966-46.2009.4.01.3700	REINTEGRAÇÃO/ MANUTENÇÃO DE POSSE	13ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE VIANA	08/06/2009
0000691-89.2009.4.01.3700	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	6ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE PEDRO DO ROSÁRIO	30/01/2009
0006069-60.2008.4.01.3700	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	13ª Vara Federal Cível	MARIA LUCIANA JANSEN COSTA	28/01/2008
0000541-45.2008.4.01.3700	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	5ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO MEARIM	28/01/2008
0003491-71.2001.4.01.3700	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	6ª Vara Federal Cível	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS	26/04/2001
0035023-38.2016.4.01.3700	AÇÃO PENAL	1ª Vara Federal Criminal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	03/10/2016
0034023-03.2016.4.01.3700	AÇÃO PENAL	1ª Vara Federal Criminal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	28/09/2016
0034022-18.2016.4.01.3700	AÇÃO PENAL	1ª Vara Federal Criminal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	28/09/2016
0036109-78.2015.4.01.3700	REPRESENTAÇÃO CRIMINAL	2ª Vara Federal Criminal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	16/04/2015
0021942-56.2015.4.01.3700	AÇÃO PENAL	2ª Vara Federal Criminal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	14/04/2015
0106829-70.2015.4.01.3700	AÇÃO PENAL	2ª Vara Federal Criminal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	24/11/2015
0106758-68.2015.4.01.3700	AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	2ª Vara Federal Criminal	DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL DO MARANHÃO	17/11/2015
0007482-64.2015.4.01.3700	AÇÃO ORDINÁRIA	3ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE COROATÁ	24/02/2015
0007480-94.2015.4.01.3700	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	3ª Vara Federal Cível	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	24/02/2015
0034262-46.2012.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE	3ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE PERI MIRIM	30/08/2012

FLS. N° 192
 PROC. N° 029 12025
 RUBRICA: jto

028995-64.2010.4.01.3700	ADMINISTRATIVA AÇÃO ORDINÁRIA	3ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO MEARIM	12/08/2010
000028-62.2017.4.01.3700	AÇÃO ORDINÁRIA	3ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO DO PRETO	FLS. N° 193 PROC. N° 08.15005 RUBRICA: 22/12/2016
027333-26.2014.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	3ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE PENALVA	20/06/2014
025344-14.2016.4.01.3700	AÇÃO ORDINÁRIA	3ª Vara Federal Cível	FRANCISCA ANTÔNIA LIRA DE SOUSA	13/07/2016
022381-09.2011.4.01.3700	MANDADO DE SEGURANÇA	3ª Vara Federal Cível	INGRIDY VANESSA DOS SANTOS SILVA	22/08/2011
0041164-20.2009.4.01.3700	AÇÃO ORDINÁRIA	3ª Vara Federal Cível	CONSTRUTORA TAPAJÓS LTDA	18/12/2009
0007389-14.2009.4.01.3700	AÇÃO ORDINÁRIA	3ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE PERI MIRIM E OUTRO	26/10/2009
0007206-43.2009.4.01.3700	AÇÃO ORDINÁRIA	3ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE CANTANHEDE	21/10/2009
0005932-44.2009.4.01.3700	AÇÃO ORDINÁRIA	3ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE PERI MIRIM	20/08/2009
0002101-56.2007.4.01.3700	MANDADO DE SEGURANÇA	3ª Vara Federal Cível	NORSEGEL VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA	20/03/2007
0003425-18.2006.4.01.3700	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	3ª Vara Federal Cível	UNIÃO FEDERAL	22/06/2006
0008705-09.2002.4.01.3700	MANDADO DE SEGURANÇA	3ª Vara Federal Cível	NORSEGEL VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA	19/11/2002
0018305-39.2011.4.01.3700	AÇÃO ORDINÁRIA	3ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO MEARIM	12/07/2011
0016116-88.2011.4.01.3700	AÇÃO ORDINÁRIA	3ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE VIANA	14/06/2011
0014356-41.2010.4.01.3700	MANDADO DE SEGURANÇA	3ª Vara Federal Cível	COMPANHIA DE DISTRIBUIÇÃO ARAGUAIA	23/04/2010
008784-70.2011.4.01.3700	AÇÃO ORDINÁRIA	4ª Vara Federal de Execução Fiscal	OSMAR DE JESUS DA COSTA LEAL	29/03/2011
004912-13.2012.4.01.3700	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	4ª Vara Federal de Execução Fiscal	REGINALDO RIOS PEARCE	07/02/2012

063000-73.2014.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	5ª Vara Federal Cível	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	17/12/2014 FLS. N° 194
042169-33.2016.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	5ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE PERI MIRIM	PROC. N° 029.19025 RUBRICA 17/2016
041905-50.2015.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	5ª Vara Federal Cível	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	23/04/2015
029852-71.2014.4.01.3700	AÇÃO ORDINÁRIA	5ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO DO RIO PRETO	27/06/2014
029851-86.2014.4.01.3700	AÇÃO ORDINÁRIA	5ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO DO RIO PRETO	27/06/2014
027149-70.2014.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	5ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE PENALVA	11/06/2014
021903-59.2015.4.01.3700	AÇÃO ORDINÁRIA	5ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO	10/04/2015
021221-75.2013.4.01.3700	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	5ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE COROATÁ	29/05/2013
020445-70.2016.4.01.3700	CAUTELAR INOMINADA	5ª Vara Federal Cível	FRANCISCA ANTÔNIA LIRA DE SOUSA	16/06/2016
0000108-70.2010.4.01.3700	AÇÃO ORDINÁRIA	5ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE ITAIPAIVA DO GRAJAÚ	29/12/2009
0005576-49.2009.4.01.3700	MANDADO DE SEGURANÇA	5ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE PERI MIRIM	10/08/2009
0003824-42.2009.4.01.3700	AÇÃO ORDINÁRIA	5ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE CANTANHEDE	01/06/2009
0000541-45.2008.4.01.3700	AÇÃO ORDINÁRIA	5ª Vara Federal Cível	PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO MEARIM	28/01/2008
0003479-81.2006.4.01.3700	MANDADO DE SEGURANÇA	5ª Vara Federal Cível	NORSEGEL VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA	28/06/2006
0007223-21.2005.4.01.3700	MANDADO DE SEGURANÇA	5ª Vara Federal Cível	NORSEGEL VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA	20/10/2005
0008349-43.2004.4.01.3700	AÇÃO ORDINÁRIA	5ª Vara Federal Cível	JÚLIO CESAR DUARTE CUTRIM	10/11/2004

0015573- 22.2010.4.01.3700	AÇÃO ORDINÁRIA	5ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE PEDRO DO ROSÁRIO	30/04/2010
0014096- 90.2012.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	5ª Vara Federal Cível	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	16/04/2012 ATLS. N° 185 PROC. N° 009/2005 RUBRICA: [assinatura]
0013547- 80.2012.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	5ª Vara Federal Cível	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARUTAPERA	10/04/2012
0012820- 92.2010.4.01.3700	AÇÃO ORDINÁRIA	5ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE CÂNDIDO MENDES	16/04/2010
0011641- 21.2013.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	5ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE PERI MIRIM	19/03/2013
0110268- 89.2015.4.01.3700	EMBARGOS À EXECUÇÃO	5ª Vara Federal Cível	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE	02/12/2015
009241- 34.2013.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	6ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE PERI MIRIM	08/03/2013
008659- 34.2013.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	6ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE PERI MIRIM	27/02/2013
046662- 63.2010.4.01.3700	AÇÃO ORDINÁRIA	6ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE PERI MIRIM	15/12/2010
046519- 74.2010.4.01.3700	AÇÃO ORDINÁRIA	6ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE CÂNDIDO MENDES	17/12/2010
042388- 17.2014.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	6ª Vara Federal Cível	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	02/09/2014
04175- 73.2013.4.01.3700	MANDADO DE SEGURANÇA	6ª Vara Federal Cível	BARBOSA ENGENHARIA LTDA	23/01/2013
029770- 45.2011.4.01.3700	AÇÃO ORDINÁRIA	6ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE PERI MIRIM	14/10/2011
027148- 85.2014.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	6ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE PERI MIRIM	11/06/2014
0008006- 71.2009.4.01.3700	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	6ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE PENALVA E OUTRO	24/11/2009
0008004- 04.2009.4.01.3700	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	6ª Vara Federal Cível	FÁBIO MELO MAIA	24/11/2009
016114- 21.2011.4.01.3700	AÇÃO ORDINÁRIA	6ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE VIANA	14/06/2011
015979- 09.2011.4.01.3700	AÇÃO ORDINÁRIA	6ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE PERI MIRIM	08/06/2011
			FUNDO NACIONAL	

010646-03.2016.4.01.3700	EMBARGOS À EXECUÇÃO	6ª Vara Federal Cível	DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	04/04/2016
021554-42.2004.4.01.3700	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL / OUTROS / JEF	7ª Vara JEF	JOSE GERARDO CAVALCANTE FILHO	26/08/2004 FLE. N° 396 PROC. N° 02915095 RUBRICA: <i>[assinatura]</i> 07/02/2012
04913-95.2012.4.01.3700	EMBARGOS À EXECUÇÃO	11ª Vara Federal de Execução Fiscal	REGINALDO RIOS PEARCE	
0029718-49.2011.4.01.3700	EMBARGOS À EXECUÇÃO	11ª Vara Federal de Execução Fiscal	REGINALDO RIOS PEARCE	07/10/2011
0003204-74.2002.4.01.3700	EXECUÇÃO FISCAL	11ª Vara Federal de Execução Fiscal	COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS	29/05/2002
0076960-62.2015.4.01.3700	AÇÃO ORDINÁRIA	13ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE COROATÁ	02/07/2015
007481-79.2015.4.01.3700	AÇÃO ORDINÁRIA	13ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE COROATÁ	24/02/2015
007479-12.2015.4.01.3700	AÇÃO ORDINÁRIA	13ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE COROATÁ	24/02/2015
047331-14.2013.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	13ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE PENALVA	10/10/2013
047197-84.2013.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	13ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE PENALVA	07/10/2013
011636-96.2013.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	13ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE PERI MIRIM	19/03/2013
015252-89.2007.4.01.3700	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL / OUTROS / JEF	9ª Vara JEF	JARBAS DE SOUSA ALENCAR	05/03/2007
030694-80.2016.4.01.3700	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL / OUTROS / JEF	12ª Vara JEF	FRANCISCA ANTÔNIA LIRA DE SOUSA	04/10/2016

Processos sigilosos ou em segredo de justiça podem não constar nesta certidão.

O referido é verdade e dou fé.



Documento assinado eletronicamente por **Brena Aires Lustosa**, Técnico Judiciário, em 17/01/2025, às 15:35 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **22266624** e o código CRC **80733F23**.

FLS. N°	197
PROC. N°	029 12025
RUBRICA:	<i>gla</i>



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO

FLS. N° 198
PROC. N° 029 12025
RUBRICA: JTB

CERTIDÃO - SJMA-SERPRO

CERTIFICO, em consulta aos Sistemas Oracle, PJe e JEF Virtual, no âmbito da Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Maranhão, que o advogado **JORDEL SALES CHAVES JÚNIOR, OAB MA7807** é patrono nos processos relacionados abaixo, na Seção Judiciária do Maranhão, conforme o(s) relatório(s) anexo(s). É verdade e dou fé. São Luís, Capital do Estado do Maranhão, em 14/01/2025.

Dados processuais das ações encontradas na pesquisa:				
Número do processo	Classe processual	Vara	Autor	Data de autuação
1103186-09.2023.4.01.3700	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	5ª Vara Federal Cível	SANDRO DE JESUS AVELAR SILVA	20/12/2023
1030836-57.2022.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	10ª Vara do JEF	ANA PAULA CARNEIRO SOUSA	21/06/2022
1038408-98.2021.4.01.3700	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	5ª Vara Federal Cível	ANA CLAUDIA TORRES ALBUQUERQUE	18/08/2021
1027439-24.2021.4.01.3700	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	5ª Vara Federal Cível	ANA CLAUDIA TORRES ALBUQUERQUE E OUTROS	15/06/2021
1045459-97.2020.4.01.3700	AÇÃO PENAL	2ª Vara Federal Criminal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	22/09/2020
1041762-68.2020.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	6ª Vara Federal Cível	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	28/08/2020
1006010-35-2020.4.01.3700	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	13ª Vara Federal Cível	ANA CLAUDIA TORRES ALBUQUERQUE	05/02/2020
1014479-07.2019.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	9ª Vara do JEF	RAIMUNDO MARQUES DE OLIVEIRA FILHO	04/10/2019
1007141-16.2018.4.01.3700	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	6ª Vara Federal Cível	CONSTRUTORA ATHENAS LTDA - ME E OUTROS	16/11/2018

1004631-30.2018.4.01.3700	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	6ª Vara Federal Cível	MOISES PINHEIRO CARLOS E OUTROS	10/08/2018
1002211-52.2018.4.01.3700	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	5ª Vara Federal Cível	IVALDO DE CASTRO GARROS E OUTROS	17/04/2018
1000083-93.2017.4.01.3700	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	5ª Vara Federal Cível	DANIEL JOBERT MORAIS BARROS	08/02/2017
0025311-24.2016.4.01.3700	AÇÃO PENAL	2ª Vara Federal Criminal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	15/07/2016
0047541-65.2013.4.01.3700	EXECUÇÃO FISCAL	4ª Vara Federal de Execução Fiscal	UNIÃO FEDERAL	21/10/2013
0039164-08.2013.4.01.3700	EXECUÇÃO FISCAL	4ª Vara Federal de Execução Fiscal	UNIÃO FEDERAL	12/08/2013
0020475-13.2013.4.01.3700	EXECUÇÃO FISCAL	4ª Vara Federal de Execução Fiscal	UNIÃO FEDERAL	09/05/2013
0044514-11.2012.4.01.3700	EXECUÇÃO FISCAL	4ª Vara Federal de Execução Fiscal	UNIÃO FEDERAL	23/11/2012
0038311-33.2012.4.01.3700	EXECUÇÃO FISCAL	4ª Vara Federal de Execução Fiscal	UNIÃO FEDERAL	04/10/2012
0002131-18.2012.4.01.3700	EXECUÇÃO FISCAL	4ª Vara Federal de Execução Fiscal	UNIÃO FEDERAL	13/01/2012
0007553-76.2009.4.01.3700	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	3ª Vara Federal Cível	JORDEL SALES CHAVES JUNIOR	05/11/2009
0002841-77.2008.4.01.3700	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	3ª Vara Federal Cível	RODRIGO JACKSON CAJUEIRO XAVIER	14/04/2008
0056589-48.2013.4.01.3700	LIBERDADE PROVISÓRIA	1ª Vara Federal Criminal	JACKSON ORLANDO BRITO PONTAROLLO	11/12/2013
0056587-78.2013.4.01.3700	LIBERDADE PROVISÓRIA	1ª Vara Federal Criminal	ALTIERES RIBEIRO DE ARAÚJO	11/12/2013
0003353-26.2009.4.01.3700	AÇÃO PENAL	2ª Vara Federal Criminal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	30/04/2009
0009240-49.2013.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	3ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE CAJARI	08/03/2013
0040799-58.2012.4.01.3700	AÇÃO ORDINÁRIA	3ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE SAO VICENTE FERRER	26/10/2012

FLS. N° 189
 PROC. N° 009.19055
 RUBRICA: *[assinatura]*
 17/04/2018

0005097-27.2007.4.01.3700	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	3ª Vara Federal Cível	VINICIUS FERREIRA COSTA GOMES	22/06/2007 FLS. N° 200 PROC. N° 008-1255 RUBRICA: 05/04/2012
0013477-29.2013.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	3ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE CAJARI	
0003449-95.1996.4.01.3700	EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL	4ª Vara Federal de Execução Fiscal	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	13/09/1996
0047541-65.2013.4.01.3700	EXECUÇÃO FISCAL	4ª Vara Federal de Execução Fiscal	FAZENDA NACIONAL	21/10/2013
0044514-11.2012.4.01.3700	EXECUÇÃO FISCAL	4ª Vara Federal de Execução Fiscal	FAZENDA NACIONAL	23/11/2012
009244-86.2013.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	5ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE CAJARI	12/03/2013
009243-04.2013.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	5ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE CAJARI	08/03/2013
028625-51.2011.4.01.3700	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	5ª Vara Federal Cível	RAQUELMA ABREU MUNIZ	03/10/2011
0003468-47.2009.4.01.3700	AÇÃO ORDINÁRIA	5ª Vara Federal Cível	MIRIAN DOS SANTOS SALLES	19/05/2009
0007263-08.2002.4.01.3700	AÇÃO ORDINÁRIA	5ª Vara Federal Cível	CLAUDIO DE SOUSA BATISTA E OUTROS	09/10/2002
0012911-85.2010.4.01.3700	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	5ª Vara Federal Cível	CLAUDIO DE SOUSA BATISTA E OUTROS	04/03/2010
0017675-75.2014.4.01.3700	MANDADO DE SEGURANÇA	6ª Vara Federal Cível	EDDY MARCOS DA SILVEIRA E OUTRO	04/04/2014
0003696-22.2009.4.01.3700	MANDADO DE SEGURANÇA	13ª Vara Federal Cível	MARIA RITA MATOS COSTA	26/05/2009
0019878-15.2011.4.01.3700	AÇÃO ORDINÁRIA	13ª Vara Federal Cível	CELIA MAIA BRITO	22/07/2011
0013476-44.2013.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	13ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE CAJARI	05/04/2013
0013475-59.2013.4.01.3700	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	13ª Vara Federal Cível	MUNICÍPIO DE CAJARI	05/04/2013
0029377-62.2007.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	7ª Vara do JEF	LUZANIRA GONÇALVES PINHEIRO	10/08/2007
0028398-61.2011.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	7ª Vara do JEF	CELIA MAIA BRITO	30/09/2011

0022727- 52.2014.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	7ª Vara do JEF	ANTÔNIA FERNANDES MENDES	16/05/2014
				FLS. N° 501 PROC. N° 02912005 RUBRICA: 5/6
0032252- 05.2007.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	9ª Vara do JEF	MARGARIDA COSTA DE SÁ	20/08/2007
0032251- 20.2007.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	9ª Vara do JEF	GRACINDA NUNES DE CARVALHO	20/08/2007
0032250- 35.2007.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	9ª Vara do JEF	MARIA RIBEIRO DO ROSÁRIO	20/08/2007
0032249- 50.2007.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	9ª Vara do JEF	MARIA AGUIAR DOS REIS	20/08/2007
0032248- 65.2007.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	9ª Vara do JEF	ROMILDA BARBOSA SOUSA CAXIAS	20/08/2007
0032246- 95.2007.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	9ª Vara do JEF	JOSE MARIA DE SOUSA	20/08/2007
0032245- 13.2007.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	9ª Vara do JEF	MARIA JOSE COSTA RABELO	21/08/2007
0032244- 28.2007.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	9ª Vara do JEF	JOANA FARIA BALDEZ	21/08/2007
0032243- 43.2007.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	9ª Vara do JEF	MARIA DO LIVRAMENTO FERREIRA DA SILVA	21/08/2007
0032242- 58.2007.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	9ª Vara do JEF	MARIA INÊS ALVES SIQUEIRA	21/08/2007
0032239- 06.2007.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	9ª Vara do JEF	NAZARE BENEDITA DI NASCIMENTO SANTOS	21/08/2007
0032237- 36.2007.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	9ª Vara do JEF	FRANCISCO BALDEZ DOS SANTOS	21/08/2007
0032236- 51.2007.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	9ª Vara do JEF	MARIA DE NAZARE VINHAIS	21/08/2007
0032235- 66.2007.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	9ª Vara do JEF	MARIA PEREIRA DE SOUSA	21/08/2007
0032234- 81.2007.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	9ª Vara do JEF	DOMINGAS BAZILIA MIRANDA DINIZ	21/08/2007
0032232- 14.2007.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	9ª Vara do JEF	JOÃO MENDES DE SOUSA	21/08/2007
0029396- 68.2007.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	9ª Vara do JEF	JULIANA SOUSA DOS REIS	10/08/2007

0029389-76.2007.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	9ª Vara do JEF	AUGUSTA DE ASSUNÇÃO	10/08/2007
0029387-09.2007.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	9ª Vara do JEF	MARIA DE ASSUNÇÃO	10/08/2007
0029386-24.2007.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	9ª Vara do JEF	FRANCISCA REIS BATISTA	10/08/2007
0029383-69.2007.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	9ª Vara do JEF	MARIA GUERRA DA LUZ FERREIRA	10/08/2007
0029381-02.2007.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	9ª Vara do JEF	BENEDITO DOS SANTOS RAMOS	10/08/2007
0029359-41.2007.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	9ª Vara do JEF	MARIA PEREIRA CUNHA	10/08/2007
0029358-56.2007.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	9ª Vara do JEF	MARIA DOS SANTOS DE SOUSA	10/08/2007
0028499-64.2012.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	9ª Vara do JEF	MARIA LUCIA RODRIGUES FONSECA	13/08/2012
0027699-31.2015.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	9ª Vara do JEF	JUDITE ALMEIDA	09/04/2015
0020639-85.2007.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	9ª Vara do JEF	MARIA LOURDES MARQUES SILVA	28/05/2007
0020638-03.2007.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	9ª Vara do JEF	BENEDITA DE JESUS DOS SANTOS	28/05/2007
0015415-25.2014.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	9ª Vara do JEF	MARIA DO SOCORRO SILVA FRANCO	02/04/2014
0032247-80.2007.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	10ª Vara do JEF	JOSE RIBAMAR FERREIRA DOS REIS	20/08/2007
0015272-36.2014.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	10ª Vara do JEF	FERNANDO ROSA	02/04/2014
0032241-73.2007.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	12ª Vara do JEF	CECILIA FERREIRA DA SILVA	21/08/2007
0032240-88.2007.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	12ª Vara do JEF	NEUZILA DA SILVA FERREIRA SOUZA	21/08/2007

0032238- 21.2007.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	12ª Vara do JEF	MARIA RAIMUNDA COELHO MENDONÇA	FLS. N° <u>203</u> PROC. N° <u>009 2025</u> RUBRICA: <u>[assinatura]</u>
				21/08/2007
0032233- 96.2007.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	12ª Vara do JEF	MARIA ELCIR SILVA DE SOUZA	21/08/2007
0029388- 91.2007.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	12ª Vara do JEF	DELZIDA LINS DA SILVA	10/08/2007
0029382- 84.2007.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	12ª Vara do JEF	FRANCISCA SODRE DA COSTA	10/08/2007
0029380- 17.2007.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	12ª Vara do JEF	MANOEL QUITERIO BATISTA	10/08/2007
0029379- 32.2007.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	12ª Vara do JEF	ALTIVA RAMOS DE OLIVEIRA	10/08/2007
0029357- 71.2007.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	12ª Vara do JEF	MANOEL DA CRUZ DE OLIVEIRA	22/08/2007
0020640- 70.2007.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	12ª Vara do JEF	JOSE PEREIRA DO NASCIMENTO	28/05/2007
0000110- 69.2012.4.01.3700	PROCEDIMENTO DO JEF	12ª Vara do JEF	ELINE CHAVES	09/01/2012

Processos sigilosos ou em segredo de justiça podem não constar nesta certidão.

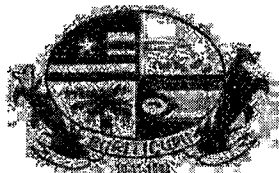
O referido é verdade e dou fé.



Documento assinado eletronicamente por Brena Aires Lustosa, Técnico Judiciário, em 17/01/2025, às 15:00 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador 22288488 e o código CRC 828CF91F.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP- 65.393-000, Centro - Buriticupu/MA

BURITICUPU/MA
Proc. 009/2021
138
11/12/21

FLS. Nº 204
PROC. Nº 009/2021
RUBRICA: *At*

CONTRATO Nº 20210144/2021
TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0504001/2021

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA E
A EMPRESA CHAVES & MAIA ADVOGADOS
ASSOCIADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA A
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA.**

O MUNICÍPIO DE BURITICUPU, através da Prefeitura Municipal de BURITICUPU, inscrita no C.N.P.J. (ME) sob o nº 01.612.525/0001-40, com sede na Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro - Buriticupu/MA, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Chefe de Gabinete/Ordernador de Despesa Sr. Afonso Barros Batista, portador do CPF nº 187.086.923-20, identidade nº 93490/986 SEIUS/MA, através da portaria nº 026/2021, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ sob o nº 20.083.811/0001-53, sediada Praça José Sarney, nº 70, Centro, Coroa/MA - CEP: 65.415-000, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. Fábio Melo Maia, brasileiro, portador do CPF nº 605.917.812-03, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente CONTRATO, resultante do procedimento licitatório na modalidade de Tomada de Preço, constantes dos autos nº TP-006-2021, com a finalidade de reger a relação de direitos e obrigações entre a PREFEITURA e a CONTRATADA, nos termos dispostos na Lei 8.666, de 21.06.93 e suas alterações, e segundo as cláusulas e condições seguintes:

TÍTULO I - DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - Constitui objeto deste Contrato a prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica à Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA, conforme especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - O(s) serviço(s), especificações, quantidades e preços encontram-se definidos na Tomada de Preços Tomada de Preços nº 006/2021.

TÍTULO II - DOS DOCUMENTOS CONTRATUAIS E DA ORDEM DE PREVALÊNCIA

CLÁUSULA TERCEIRA - Fazem parte deste Contrato, independentemente de transcrição e anexação, e terão plena validade, salvo naquilo que por este instrumento tenha sido modificado, os documentos abaixo relacionados, na seguinte ordem de prevalência:

Parágrafo Primeiro - Edital de Licitações Tomada de Preços nº 006/2021 e seus anexos.

Parágrafo Segundo - Proposta da CONTRATADA e seus Anexos nos termos expressamente aceitos pela PREFEITURA.

Parágrafo Terceiro - Ocorrendo qualquer dúvida de interpretação ou divergência deste Contrato com quaisquer dos documentos mencionados no "caput" desta cláusula, ou destes últimos entre



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU-MÁ
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.193-000, Centro - Buriticupu/MA

se prevalecerá em primeiro lugar, este Contrato; depois, os referidos documentos na ordem em que estão nomeados.

TÍTULO III - DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA QUARTA - Os serviços deverão ser executados no Município de Buriticupu/MA, através de visitas periódicas, bem como de acordo com o estabelecido no Projeto Básico.

CLÁUSULA QUINTA - Não será admitida a subcontratação, em nenhuma fase dos serviços objeto deste Contrato.

TÍTULO IV - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

CLÁUSULA SEXTA - Caberá a CONTRATANTE:

- Fornecer ao Contratado, na medida em que forem surgindo, a relação dos lugares e processos que deverão ser objeto dos serviços contratados com antecedência necessária para elaboração da defesa;
- Fornecer ao Contratado o devido instrumento de mandato e/ou subsistenciamento necessário para a prestação dos serviços contratados;
- Encaminhar ao Contratado, no prazo acordado, as informações e documentos necessários para a prestação dos serviços contratados;
- Encaminhar ao Contratado, no prazo acordado, os comprovantes de recolhimentos de custas e depósito recursal necessários à condução dos processos de interesse da Contratante;
- Encaminhar ao Contratado, no prazo acordado, recursos necessários para o pagamento de eventuais despesas (custas, emolumentos judiciais), pertinentes aos processos que se encontram sob sua responsabilidade;
- Reembolsar o Contratado, no prazo máximo de 1 (um) mês contados da apresentação do documento hábil, das despesas diretamente relacionadas à execução dos serviços contratados referentes à hospedagem, alimentação e transporte e/ou combustível, no caso de deslocamento;
- Realizar pagamento mensal até o dia 10 do mês seguinte ao da prestação dos serviços.

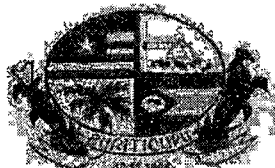
TÍTULO V - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA SÉTIMA - Caberá a CONTRATADA:

- Elaborar pareceres e manifestações jurídicas solicitadas formalmente, dentro dos prazos acordados, considerada a complexidade do tema;
- Acompanhar, diariamente, o Diário da Justiça as publicações referentes aos processos de interesse da Contratante que estejam sob seu patrocínio e neles interpor os recursos cabíveis, deixando de fazê-lo somente quando expressamente autorizado pela Contratante;
- Acompanhar nos Cartórios e/ou Secretarias das varas dos tribunais o desenvolvimento dos processos de interesse da Contratante que estejam sob seu patrocínio;

RUBRICADA
Proc. Nº 009 1205
Pub. 289

FLS. Nº 205
PROC. Nº 009 1205
RUBRICA: *Fla*



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.193-000, Centro - Buriticupu/MA

d) Encaminhar, quando instado a tanto, relatório detalhado dos serviços prestados e demais atos processuais de relevor;

e) Solicitar, em tempo hábil, as informações, documentos e providências de responsabilidade da Contratante e necessárias a boa condução dos processos de seu interesse;

f) Comunicar imediatamente à Contratante qualquer fato que impeça ou dificulte o bom andamento dos serviços contratados;

g) Protocolar e elaborar, dentro do prazo legal, os pedidos e manifestações necessárias a defesa dos interesses da Contratante;

CLÁUSULA OITAVA - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todos os direitos trabalhistas dos empregados contratados, inclusive o cumprimento de normas atinentes à saúde, higiene e segurança do trabalho;

CLÁUSULA NONA - Disponibilizar todos os recursos necessários à conclusão dos serviços;

CLÁUSULA DÉCIMA - Arcar com as despesas de mobilização e desmobilização de materiais, quando for o caso;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A CONTRATADA não poderá, salvo prévia e expressa autorização por escrito da PREFEITURA, ceder o Contrato ou parte dele, bem como a qualquer título, transferir benefícios ou interesse do mesmo, sendo ainda vedado a subempreitadas;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Arcar com todos os impostos e taxas incidentes sobre os serviços;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Assumir integral responsabilidade pela adoção de todas as medidas de segurança necessárias à execução dos serviços, objeto deste Contrato, e será a única responsável pelos acidentes que porventura venham a ocorrer com seu pessoal ou terceiros, inclusive pelos danos materiais oriundos dos mesmos;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Os serviços que se fizerem necessário serão de responsabilidade da Contratada;

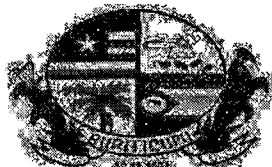
TÍTULO VI - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - A CONTRATADA executará os serviços objeto do presente Contrato, rigorosamente de acordo com os termos deste instrumento e seus anexos;

TÍTULO VII - DO PREÇO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Os preços contratados são aqueles discriminados neste Contrato, conforme Proposta da CONTRATADA, nos termos expressamente aceitos pela PREFEITURA;

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Fica estabelecido que os preços acima contemplem todos os custos diretos ou indiretos relacionados com a perfeita e completa execução dos serviços, objeto deste Contrato;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPA/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-48

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro - Buriticupa/MA

BRASILICUPA/MA
Proc. 0351009/2021
16
100

FLS. Nº 207
PROC. Nº 009 / 2025
RUBRICA: *etc*

CLÁUSULA DECIMA OITAVA - Os preços fixados para a aquisição do objeto deste contrato são fixos e irrevogáveis, ressalvadas as hipóteses previstas na cláusula Décima Nona do presente instrumento.

CLÁUSULA DECIMA NONA - Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, procedendo-se a revisão em razão de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ocorrendo o desequilíbrio econômico financeiro do contrato, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do art. 65, inciso II, alínea d, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, mediante comprovação documental e requerimento expresso da contratada.

TÍTULO VIII - DOS QUANTITATIVOS E VALORES

CLÁUSULA VIGÉSIMA - O valor total desta contratação é de R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais).

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE DE	QUANTID	VALOR	VALOR TOTAL
		ADE	ADE	UNITÁRIO	
01	Contratação de sociedade advocatícia para prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica junto a Justiça Federal em 1º e 2º graus.	MES	9	R\$ 12.000,00	R\$ 108.000,00

TÍTULO IX - DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - Os recursos orçamentários correspondentes a esta contratação estão no orçamento de 2021.

PODER: 02 - PODER EXECUTIVO

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

UNIDADE: 00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

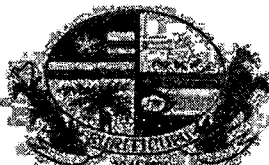
FUNÇÃO PROGRAMÁTICA: 04.123.0002.2008.0000 - MANUTENÇÃO E FUNC. DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

TÍTULO X - DO FATURAMENTO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - Os documentos de cobrança serão os a seguir discriminados:

a) Nota Fiscal/Faturas emitidas pela CONTRATADA.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPUM/MA
CNPJ Nº 01.612.575/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro - Buriticupu/MA

RUBRICADO EM
10/01/2023
RUB. 11/2023

FLS. Nº 208
PROC. Nº 009/2023
RUBRICA: 7/2

TÍTULO XI - DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

CLÁUSULA VIGESIMA TERCEIRA - Os pagamentos dos serviços serão efetuados conforme definidos pela CONTRATANTE, mediante a apresentação da Fatura/Nota Fiscal, conferida e atestada pela CONTRATANTE, em conformidade com o Anexo I.

§ 1º Os serviços serão realizados a critério da Contratante com base no projeto básico aprovado, contados a partir do início efetivo dos serviços, considerando os serviços efetivamente realizados e concluídos satisfatoriamente no período. Entendem-se como serviços concluídos satisfatoriamente aqueles formalmente aprovados pela Contratada dentro do prazo estipulado.

§ 2º O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de Nota Fiscal/fatura, acompanhada da respectiva Ordem de Serviços e das certidões de regularidade fiscal. Prova de regularidade relativa a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Seguridade Social; Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS; Prova de regularidade relativa à Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); Certidão Negativa de Débitos e Dívida Ativa Estadual e Municipal, diretamente na conta que o fornecedor apresentar no ato da contratação, para o que deverá, na oportunidade, informar o nome do Banco e número da agência e conta corrente onde deverá ocorrer o crédito, não sendo permitidas alterações futuras sem a anuência das partes interessadas.

§ 3º Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela CONTRATANTE, não serão considerados como inadimplemento contratual.

§ 4º O prazo será realizado conforme Anexo I apresentado pela empresa em conformidade com a Proposta. Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA, todos os trabalhos contratados estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização, a qualquer hora, e em toda a área abrangida pelo serviço prestado.

CLÁUSULA VIGESIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS - A qualquer tempo a Contratante poderá exigir quaisquer obrigações legais impostas pela legislação trabalhista e normas atinentes ao trabalho.

§ 1º Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do CONTRATO deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

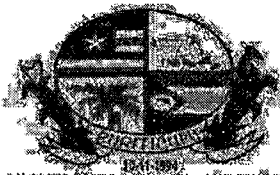
§ 2º A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com o CONTRATO.

§ 3º Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA, todos os trabalhos contratados estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização, a qualquer hora, e em toda a área abrangida pelo serviço, por pessoas devidamente credenciadas.

§ 4º A CONTRATANTE se fará presente no local dos serviços por seu(s) fiscal(is) credenciado(s) ou por Comissão Fiscal.

§ 5º A Fiscalização compete o acompanhamento e amplo controle da execução dos serviços até a sua conclusão.

TÍTULO XII - DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPARA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro - Buriticupara/MA

RECEBIMOS
R\$ 050.760,10
27/3
2021

FLS. Nº 209
PROC. Nº 009/2025
RUBRICA: *[assinatura]*

CLAUSULA VIGESIMA QUINTA: Em caso de atraso no pagamento efetuado pelo CONTRATANTE da fatura apresentada pela CONTRATADA, esta fará jus a compensação financeira na forma de atualização monetária do respectivo valor, na qual poderá incidir juros moratórios a taxa de 6% (seis por cento) ao ano, equivalente ao índice de 0,0001644, pro rata die.

PARAGRAFO UNICO - Caso o pagamento devido seja antecipado pelo CONTRATANTE, o respectivo montante poderá sofrer desconto proporcional, nas mesmas condições estabelecidas na Cláusula Nona.

TITULO XIII - DO PRAZO E VIGENCIA DO CONTRATO

CLAUSULA VIGESIMA SEXTA - O presente contrato terá vigência até 31/12/2021, contados da assinatura deste instrumento. Conforme prevê o art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, a prestação de serviços a ser executada de forma contínua, poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas a obtenção de preços e condições mais vantajosas à Administração Pública, limitada a sessenta meses. Portanto, desde que haja interesse de ambas as partes em prorrogar o contrato por esta licitação desenvolvido, e, seja notório o real desenvolvimento da qualidade de ensino implantada no município, nada obsta por esta prática.

CLAUSULA VIGESIMA SETIMA - O presente Contrato vigorará até 31 de Dezembro de 2021 e partir da data de sua assinatura.

TITULO XIV - DA MULTA E PENALIDADE

CLAUSULA VIGESIMA OITAVA - Atrasos não justificados no prazo de execução dos serviços sujeitarão a CONTRATADA a multas de 0,16% (dezesseis décimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor total da Fatura, até o limite de 10 (dez) dias, podendo a referida multa ser deduzida de qualquer faturamento ou crédito da CONTRATADA oriundo deste Instrumento Contratual.

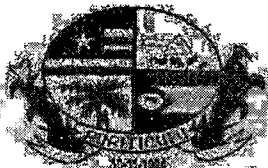
Parágrafo Primeiro - Quando o valor da multa ultrapassar o período estabelecido acima, a PREFEITURA, a seu exclusivo critério, se reserva o direito de rescindir, unilateralmente, este Instrumento e aplicar as penalidades previstas em lei.

Parágrafo Segundo - A inexecução total ou parcial deste Contrato sujeitará o Contratado à aplicação de sanções Administrativas, previstas nos incisos I e IV do artigo 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

TITULO XV - DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR

CLAUSULA VIGESIMA NONA - As partes não serão responsáveis pela não execução total ou parcial de suas obrigações desde que essa falta resulte, comprovadamente, de fato cujo efeito não é possível evitar ou impedir. Essa exoneração de responsabilidade produzirá efeitos nos termos do Parágrafo Único do Artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo Primeiro - No caso de uma das partes se achar impossibilitada de cumprir alguma de suas obrigações, por motivo de força maior, deverá informar esse fato à outra parte, por escrito e com aviso de recepção, no máximo até 10 (dez) dias contados da data em que ela tenha tomado conhecimento do evento.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro - Buriticupu/MA

BURITICUPU/MA
Proc. 050/1001/2021
Fls. 294
Data 14/05/2021

FLS. Nº 230
PROC. Nº 029 19055
RUBRICA: *da*

Parágrafo Segundo - A comunicação de que trata o Parágrafo Primeiro deverá conter a caracterização dos serviços e as justificativas do impedimento que alegar, fornecendo à outra parte, com a maior brevidade, todos os elementos comprobatórios e de informação, atestados periciais e certificados, bem como comunicado todos os elementos novos sobre a evolução dos fatos ou eventos verificados e invocados, particularmente sobre as medidas tomadas ou preconizadas para reduzir as consequências desses fatos ou eventos, e sobre as possibilidades de retomar, no todo ou em parte, o cumprimento de suas obrigações contratuais.

TÍTULO XVI - DA RESCISÃO

CLAUSULA TRIGESIMA - A inexecução, total ou parcial, deste contrato ensejará a sua rescisão, nos termos dos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, e no Edital de Licitação em epígrafe.

Parágrafo Primeiro - A rescisão será determinada por ato unilateral e comunicada por escrito à CONTRATADA, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLAUSULA TRIGESIMA PRIMEIRA - No caso de rescisão do Contrato, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades deste instrumento e às consequências descritas no Artigo 80 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

TÍTULO XVII - DA PUBLICIDADE

CLAUSULA TRIGESIMA SEGUNDA - Este Contrato entrará em vigor após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial, cabendo ao CONTRATANTE mandar providenciar esta publicação no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados a partir do quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura.

TÍTULO XVIII - DA LEGISLAÇÃO

CLAUSULA TRIGESIMA TERCEIRA - O presente Contrato rege-se pela Legislação Brasileira, e os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93 e suas alterações, demais legislação, jurisprudência e doutrinas aplicáveis à espécie, e a legislação sobre o Plano Real.

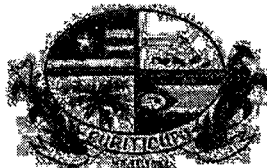
TÍTULO XIX - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CLAUSULA TRIGESIMA QUARTA - As cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato somente poderão ser alteradas por meio de Termo Aditivo.

Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

TÍTULO XX - DA DISPOSIÇÃO FINAL

CLAUSULA TRIGESIMA QUINTA - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões de quantidades de serviços até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, em decorrência da eventual variação das quantidades dos serviços constantes da Planilha Contratual de Quantidades e Preços, bem como em razão dos serviços extras que porventura se façam necessários.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro - Buriticupu/MA

BURITICUPU/MA
Proc. Nº 028/2025
Rubrica: *Até*

FLS. Nº 231

PROC. Nº 028/2025

RUBRICA: *Até*

TÍTULO XXI - DO FORO

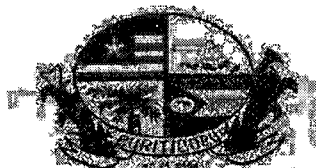
CLAUSULA TRIGESIMA SEXTA - As partes integrantes elegem o Foro da Cidade de Buriticupu/MA, para solução de qualquer questão oriunda do presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente Contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, e para um só efeito.

Buriticupu/MA, 22 de Junho de 2024.

Prefeitura Municipal de Buriticupu - MA
Sr. Afonso Barros Batista
Chefe de Gabinete / Ordenador de Despesa
CONTRATANTE

CHAVES & MAIA ADVOCADOS ASSOCIADOS
CNPJ nº 20.003.811/0001-53
CONTRATADA



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro - Buriticupu/MA

FLS. N° 212

PROC. N° 008.12035

RUBRICADA

CONTRATO Nº 20210141/2021
TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0504001/2021

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA E
A EMPRESA CHAVES & MAIA ADVOGADOS
ASSOCIADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA A
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA.**

O MUNICÍPIO DE BURITICUPU, através da Prefeitura Municipal de BURITICUPU, inscrita no C.N.P.J. (ME) sob o nº 01.612.525/0001-40, com sede na Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro - Buriticupu/MA, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Chefe de Gabinete/Ordenador de Despesa Sr. Aluísio Barros Barista, portador do CPF nº 187.086.922-20, identificada nº 934967986 SEIES/MA, através da portaria nº 025/2021, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ sob o nº 20.003.811/0001-53, sediada Praça José Sarney, nº 70, Centro, Coroatá/MA - CEP: 65.415-000, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. Fabio Melo Maia, brasileiro, portador do CPF nº 605.917.812-04, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente CONTRATO, resultante do procedimento licitatório na modalidade de Tomada de Preço, constantes dos autos nº TP-006-2021, com a finalidade de reger a relação de direitos e obrigações entre a PREFEITURA e a CONTRATADA, nos termos dispostos na Lei 8.666, de 21.06.93 e suas alterações, e segundo as cláusulas e condições seguintes:

TÍTULO I - DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - Consiste o objeto deste Contrato a prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica à Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA, conforme especificações constantes no Anexo I, parte integrante deste Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - Os(s) serviço(s), especificações, quantidades e preços encontram-se definidos na Tomada de Preços Tomada de Preços nº 006/2021.

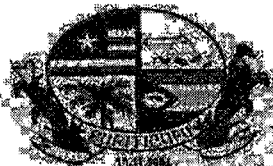
TÍTULO II - DOS DOCUMENTOS CONTRATUAIS E DA ORDEM DE PREVALÊNCIA

CLÁUSULA TERCEIRA - Fazem parte deste Contrato, independentemente de transcrição e anexação, e terão plena validade, salvo naquilo que por este instrumento tenha sido modificado, os documentos abaixo relacionados, na seguinte ordem de prevalência:

Parágrafo Primeiro - Edital de Licitação Tomada de Preços nº 006/2021 e seus anexos;

Parágrafo Segundo - Proposta da CONTRATADA e seus Anexos nos termos expressamente aceitos pela PREFEITURA;

Parágrafo Terceiro - Ocorrendo qualquer dúvida de interpretação, ou divergência deste Contrato com quaisquer dos documentos mencionados no "caput" desta cláusula, ou destes últimos entre



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPA/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Ramundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro - Buriticupa/MA

Se prevalecerá em primeiro lugar, este Contrato, depois, os referidos documentos na ordem em que estão nomeados.

FLS. Nº 203

PROC. Nº 009.12025

RUBRICA: *[assinatura]*

TÍTULO III - DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

CLAUSULA QUARTA - Os serviços deverão ser executados no Município de Buriticupa/MA através de visitas periódicas, bem como de acordo com o estabelecido no Projeto Básico.

CLAUSULA QUINTA - Não será admitida a subcontratação, em nenhuma fase dos serviços objeto deste Contrato.

TÍTULO IV - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

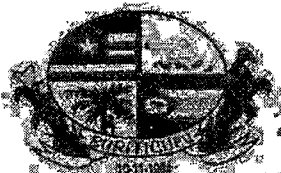
CLAUSULA SEXTA - Cabe à CONTRATANTE:

- Fornecer ao Contratado, na medida em que forem surgindo, a relação dos litígios e processos que deverão ser objeto dos serviços contratados com antecedência necessária para elaboração da defesa;
- Fornecer ao Contratado o devido instrumento de mandato e/ou substabelecimento necessário para a prestação dos serviços contratados;
- Encaminhar ao Contratado, no prazo acordado, as informações e documentos necessários para a prestação dos serviços contratados;
- Encaminhar ao Contratado, no prazo acordado, os comprovantes de recolhimentos de custas e depósito recursal necessários à condução dos processos de interesse da Contratante;
- Encaminhar ao Contratado, no prazo acordado, recursos necessários para o pagamento de eventuais despesas (custas, emolumentos judiciais), pertinentes aos processos que se encontram sob sua responsabilidade;
- Reembolsar o Contratado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da apresentação do documento hábil, das despesas diretamente relacionadas à execução dos serviços contratados referentes a hospedagem, alimentação e transporte e/ou combustível, no caso de deslocamento;
- realizar pagamento mensal até o dia 10 do mês seguinte ao da prestação dos serviços.

TÍTULO V - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLAUSULA SÉTIMA - Cabe à CONTRATADA:

- Elaborar pareceres e manifestações jurídicas solicitadas formalmente, dentro dos prazos estipulados, considerada a complexidade do tema;
- Acompanhar, diariamente, o Diário da Justiça as publicações referentes aos processos de interesse da Contratante que estejam sob seu patrocínio e neles interpor os recursos cabíveis, deixando de fazê-lo somente quando expressamente autorizado pela Contratante;
- Acompanhar nos Cartórios e/ou Secretarias das varas dos tribunais o desenvolvimento dos processos de interesse da Contratante que estejam sob seu patrocínio;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPA/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro - Buriticupa/MA

II) Encaminhar, quando instado a tanto, relatório detalhado dos serviços prestados e demais atos processuais de relevo;

c) Solicitar, em tempo hábil, as informações, documentos e providências de responsabilidade da Contratante e necessárias à boa condução dos processos de seu interesse;

d) Comunicar, imediatamente à Contratante, qualquer fato que impeça ou dificulte o bom andamento dos serviços contratados;

e) Proporcionar e elaborar, dentro do prazo legal, as petições e manifestações necessárias à defesa dos interesses da Contratante;

CLÁUSULA OITAVA - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todos os direitos trabalhistas dos empregados contratados, inclusive o cumprimento de normas atinentes à saúde, higiene e segurança do trabalho.

CLÁUSULA NONA - Disponibilizar todos os recursos necessários à conclusão dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA - Arcar com as despesas de mobilização e desmobilização de materiais, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A CONTRATADA não poderá, salvo prévia e expressa autorização por escrito da PREFEITURA, ceder o Contrato ou parte dele, bem como a qualquer título, transferir benefícios ou interesse do mesmo, sendo ainda vedado a subempreendidos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Arcar com todos os impostos e taxas incidentes sobre os serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Assumir integral responsabilidade pela adoção de todas as medidas de segurança necessárias à execução dos serviços objeto deste Contrato, e será a única responsável pelos acidentes que porventura venham a ocorrer com seu pessoal ou terceiros, inclusive pelos danos materiais oriundos dos mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Os serviços que se fizerem necessários serão de responsabilidade da Contratada.

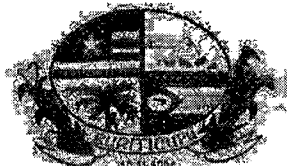
TÍTULO VI - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - A CONTRATADA executará os serviços objeto do presente Contrato, rigorosamente de acordo com os termos deste Instrumento e seus anexos.

TÍTULO VII - DO PREÇO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Os preços contratados são aqueles discriminados neste Contrato, conforme Proposta da CONTRATADA, nos termos expressamente aceitos pela PREFEITURA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Fica estabelecido que os preços acima contemplam todos os custos diretos ou indiretamente relacionados com a perfeita e completa execução dos serviços objeto deste Contrato.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPUNA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro - Buriticupu/MA

BURITICUPUNA
Proc. 009.100/2025
264

FLS. Nº 235

PROC. Nº 009.100/25

RUBRICA: *Atu*

CLÁUSULA DECIMA OITAVA - Os preços fixados para a aquisição do objeto deste contrato são fixos e irrevogáveis, ressalvadas as hipóteses previstas na cláusula Decima Nona do presente instrumento.

CLÁUSULA DECIMA NONA - Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, procedendo-se a revisão em razão de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada nos termos do Art. 65, inciso II, alínea c, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, mediante comprovação documental e reconhecimento expresso da contratada.

TÍTULO VIII - DOS QUANTITATIVOS E VALORES

CLÁUSULA VIGÉSIMA - O valor total desta contratação é de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE DE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Contratação de sociedade advocatícia para prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica administrativa junto as Secretarias Municipais e seus órgãos.	MÊS	9	R\$ 6.000,00	R\$ 54.000,00

TÍTULO IX - DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - Os recursos orçamentários correspondentes a esta contratação estão no orçamento de 2021.

PODER: 02 - PODER EXECUTIVO

ORÇÃO: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

UNIDADE: 00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

FUNÇÃO PROGRAMÁTICA: 04.122.0002.2008.0000 - MANUTENÇÃO E FUNC. DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

TÍTULO X - DO FATURAMENTO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - Os documentos de cobrança serão os a seguir discriminados:

a) Nota Fiscal/Faturas emitidas pela CONTRATADA.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURTICUPOMA
ENPM Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro - Burticupu/MA

FLS. Nº 236

PROC. Nº 008/2005

RUBRICA: *[assinatura]*

TÍTULO XI - DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

CLAUSULA VIGESIMA TERCEIRA - Os pagamentos dos serviços serão efetuados conforme definidos pela CONTRATANTE, mediante a apresentação da Fatura/Nota Fiscal, conferida e atestada pela CONTRATANTE, em conformidade com o Anexo I.

§ 1º Os serviços serão realizados, a critério da Contratante, com base no projeto básico aprovado, contados a partir do início efetivo dos serviços, considerando os serviços efetivamente realizados e concluídos satisfatoriamente no período. Entendem-se como serviços concluídos satisfatoriamente aqueles formalmente aprovados pela Contratada dentro do prazo estipulado.

§ 2º O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de Nota Fiscal/datura acompanhada da respectiva Ordem de Serviços e das certidões de regularidade fiscal: Prova de regularidade relativa a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Seguridade Social; Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS; Prova de regularidade relativa a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); Certidão Negativa de Débitos e Dívida Ativa Estadual e Municipal, diretamente na conta que o fornecedor apresentar no ato da contratação, para o que deverá, na oportunidade, informar o nome do Banco e número da agência e conta corrente onde deverá ocorrer o crédito, não sendo permitidas alterações futuras sem a anuência das partes interessadas.

§ 3º Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e atestados pela CONTRATANTE, não serão considerados como inadimplemento contratual.

§ 4º O prazo será realizado conforme Anexo I apresentado pela empresa em conformidade com a Proposta. Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA, todos os trabalhos contratados estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização, a qualquer hora, e em toda a área abrangida pelo serviço prestado.

CLAUSULA VIGESIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS - A qualquer tempo a Contratante poderá exigir quaisquer obrigações legais impostas pela legislação trabalhista e normas atinentes ao trabalho.

§ 1º Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do CONTRATO deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

§ 2º A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte, os serviços executados em desconformidade com o CONTRATO.

§ 3º Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA, todos os trabalhos contratados estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização, a qualquer hora, e em toda a área abrangida pelo serviço, por pessoas devidamente credenciadas.

§ 4º A CONTRATANTE se fará presente no local dos serviços por seu(s) fiscal (is) credenciado(s) ou por Comissão Fiscal.

§ 5º A fiscalização compete o acompanhamento e amplo controle da execução dos serviços, até a sua conclusão.

TÍTULO XII - DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPUNA
CNPJ Nº 01.612.515/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro - Buriticupu/MA

BURITICUPUNA
PRO. 050/2021
RUB. 269
JUP

FLS. Nº 252

PROC. Nº 008/2025

RUBRICA: TE

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: Em caso de atraso no pagamento efetuado pelo CONTRATANTE da fatura apresentada pela CONTRATADA, esta fará jus à compensação financeira na forma de atualização monetária de respectivo valor, na qual poderá incidir juros moratórios à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, equivalente ao índice de 0,0001644, "pro rata die".

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso o pagamento devido seja antecipado pelo CONTRATANTE, o respectivo montante poderá sofrer desconto proporcional nas mesmas condições estabelecidas na Cláusula Nona.

TÍTULO XIII - DO PRAZO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: O presente contrato terá vigência até 31/12/2021, contados da assinatura deste instrumento. Conforme prevê o art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, a prestação de serviços a ser executada de forma contínua, poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas a obtenção de preços e condições mais vantajosas à Administração Pública, limitada a sessenta meses. Portanto, desde que haja interesse de ambas as partes em prorrogar o contrato por esta licitação desenvolvido, e, seja notório o real desenvolvimento da qualidade de ensino implantada no município, nada obsta por esta prática.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA: O presente Contrato vigorará até 31 de Dezembro de 2021 a partir da data de sua assinatura.

TÍTULO XIV - DA MULTA E PENALIDADE

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA: Atrasos não justificados no prazo de execução dos serviços sujeitarão a CONTRATADA a multas de 0,16% (dezesseis décimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor total da fatura, até o limite de 10 (dez) dias, podendo a referida multa ser deduzida de qualquer faturamento ou crédito da CONTRATADA oriundo deste Instrumento Contratual.

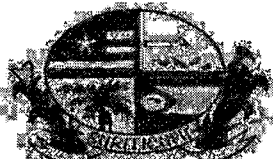
Parágrafo Primeiro: Quando o valor da multa ultrapassar o período estabelecido acima, a PREFEITURA, a seu exclusivo critério, se reserva o direito de rescindir, unilateralmente, este instrumento e aplicar as penalidades previstas em lei.

Parágrafo Segundo: A inexecução total ou parcial deste Contrato sujeitará o Contratado, à aplicação de sanções Administrativas, previstas nos incisos I a IV do artigo 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

TÍTULO XV - DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA: As partes não serão responsáveis pela não execução total ou parcial de suas obrigações desde que essa falta resulte, comprovadamente, de fato cujo efeito não é possível evitar ou impedir. Essa exoneração de responsabilidade produzirá efeitos nos termos do Parágrafo Único do Artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo Primeiro: No caso de uma das partes se achar impossibilitada de cumprir alguma de suas obrigações, por motivo de força maior, deverá informar esse fato à outra parte, por escrito.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPUMA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro - Buriticupuma/MA

e com aviso de recepção, no máximo até 10 (dez) dias contados da data em que ela tenha tomado conhecimento do evento.

Parágrafo Segundo: A comunicação de que trata o Parágrafo Primeiro deverá conter a caracterização dos serviços e as justificativas do impedimento que alegar, fornecendo a outra parte, com a maior brevidade, todos os elementos comprobatórios e de informação, atestados periciais e certificados, bem como comunicando todos os elementos novos sobre a evolução dos fatos no evento verificados e invocados, particularmente sobre as medidas tomadas ou preconizadas para reduzir as consequências desses fatos ou eventos, e sobre as possibilidades de retomar, no todo ou em parte, o cumprimento de suas obrigações contratuais.

TÍTULO XVI - DA RESCISÃO

CLAUSULA TRIGESIMA - A execução total ou parcial deste contrato ensejará a sua rescisão, nos termos dos arts. 72 a 80 da Lei nº 8.666/93, e no Edital de licitação em epígrafe.

Parágrafo Primeiro - A rescisão será determinada por ato unilateral e comunicada por escrito a CONTRATADA, nos casos enumerados nos incisos I a VII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLAUSULA TRIGESIMA PRIMEIRA - No caso de rescisão do Contrato, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades deste Instrumento e às consequências descritas no Artigo 80 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

TÍTULO XVII - DA PUBLICIDADE

CLAUSULA TRIGESIMA SEGUNDA - Este Contrato entrará em vigor após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial, cabendo ao CONTRATANTE mandar providenciar esta publicação no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados a partir do quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura.

TÍTULO XVIII - DA LEI APLICÁVEL

CLAUSULA TRIGESIMA TERCEIRA - O presente Contrato reger-se-á pela Legislação Brasileira, e os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93 e suas alterações, demais legislação, jurisprudência e doutrinas aplicáveis à espécie, e a legislação sobre o Plano Real.

TÍTULO XIX - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CLAUSULA TRIGESIMA QUARTA - As cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato somente poderão ser alteradas por meio de Termo Aditivo.

Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

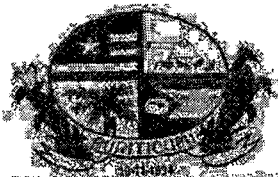
TÍTULO XX - DA DISPOSIÇÃO FINAL

CLAUSULA TRIGESIMA QUINTA - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões de quantitativos de serviços até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, em decorrência da

FLS. Nº 28

PROC. Nº 029.12025

RUBRICA: *[assinatura]*



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-48


Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro - Buriticupu/MA.
eventual variação das quantidades dos serviços constantes da Planilha Contratual de Quant
e Peças, bem como em razão dos serviços extras que porventura se façam necessários.

TÍTULO XXI - DO FORO


CLAUSULA TRIGESIMA SEXTA - As partes integrantes elegem o Foro da Cidade de Buriticupu/MA, para solução de qualquer questão oriunda do presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, e para um só efeito.


Buriticupu/MA, 22 de Junho de 2021.




Prefeitura Municipal de Buriticupu - MA
Sr. Afonso Barros Batista
Chefe de Gabinete / Ordenador de Despesa
CONTRATANTE



CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ sob o nº 20.003.841/0001-53
CONTRATADA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
BURITICUPU/MA, 22 de Junho de 2021
Proc. Nº 008.1205
Rubrica: 

FLS. Nº 239
PROC. Nº 008.1205
RUBRICA: 



BURITICUPU, MA
Proc. N° 009/2021
Fls. 222
Rubrica: [assinatura]

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ N° 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, n° 01, CEP: 65.393-000, Centro - Buriticupu/MA

FLS. N° 222
PROC. N° 009/2021
RUBRICA: [assinatura]

CONTRATO N° 20210147/2021
TOMADA DE PREÇOS N° 006/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0504001/2021

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA E
A EMPRESA CHAVES & MAIA ADVOGADOS
ASSOCIADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA À
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA.**

O MUNICÍPIO DE BURITICUPU, através da Prefeitura Municipal de BURITICUPU, inscrita no C.N.P.J. (ME) sob o n° 01.612.525/0001-40, com sede na Rua São Raimundo, n° 01, CEP: 65.393-000, Centro - Buriticupu/MA, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Chefe de Gabinete/Ordenador de Despesa Sr. Afonso Barros Batista, portador do CPF n° 187.086.922-20, identidade n° 934907986 SEJUS/MA, através da portaria n° 026/2021, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ sob o n° 20.003.811/0001-53, sediada Praça José Sarney, n° 70, Centro, Coroatá/MA - CEP: 65.415-000, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. Fabio Melo Maia, brasileiro, portador do CPF n° 605.917.812-04, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente CONTRATO, resultante do procedimento licitatório na modalidade de Tomada de Preço, constantes dos autos n° TP-006-2021, com a finalidade de reger a relação de direitos e obrigações entre a PREFEITURA e a CONTRATADA, nos termos dispostos na Lei 8.666, de 21.06.93 e suas alterações, e segundo as cláusulas e condições seguintes:

TÍTULO I - DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - Constitui objeto deste Contrato a prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica à Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA, conforme especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - Os serviços, especificações, quantidades e preços encontram-se definidos na Tomada de Preços Tomada de Preços n° 006/2021.

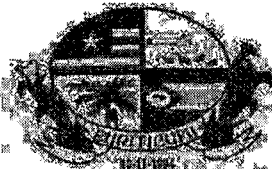
TÍTULO II - DOS DOCUMENTOS CONTRATUAIS E DA ORDEM DE PREVALÊNCIA

CLÁUSULA TERCEIRA - Fazem parte deste Contrato, independentemente de transcrição e anexação, e terão plena validade, salvo naquilo que por este instrumento tenha sido modificado, os documentos abaixo relacionados, na seguinte ordem de prevalência:

Parágrafo Primeiro - Edital de Licitações Tomada de Preços n° 006/2021 e seus anexos;

Parágrafo Segundo - Proposta da CONTRATADA e seus Anexos nos termos expressamente aceitos pela PREFEITURA;

Parágrafo Terceiro - Ocorrendo qualquer dúvida de interpretação, ou divergência deste Contrato com quaisquer dos documentos mencionados no "caput" desta cláusula, ou destes últimos entre



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPA/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 91, CEP: 65.393-000, Centro - Buriticupu/MA

Se, prevalecer em primeiro lugar, este Contrato, depois, os referidos documentos na ordem em que estão nomeados.

RUBRICADA: MA
Proc. 029/2025
RUB: [assinatura]

FLS. Nº 21

PROC. Nº 029/2025

RUBRICA: [assinatura]

TÍTULO III - DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA QUARTA - Os serviços deverão ser executados no Município de Buriticupu/MA, através de visitas periódicas, bem como de acordo com o estabelecido no Projeto Básico.

CLÁUSULA QUINTA - Não será admitida a subcontratação, em nenhuma fase dos serviços objeto deste Contrato.

TÍTULO IV - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

CLÁUSULA SEXTA - Caberá a CONTRATANTE:

a) Fornecer ao Contratado, na medida em que forem surgindo, a relação dos litígios e processos que deverão ser objeto dos serviços contratados com antecedência necessária para elaboração da defesa;

b) Fornecer ao Contratado o devido instrumento de mandato e/ou substabelecimento necessário para a prestação dos serviços contratados;

c) Encaminhar ao Contratado, no prazo acordado, as informações e documentos necessários para a prestação dos serviços contratados;

d) Encaminhar ao Contratado, no prazo acordado, os comprovantes de recolhimentos de custas e depósito recursal necessários à condução dos processos de interesse da Contratante;

e) Encaminhar ao Contratado, no prazo acordado, recursos necessários para o pagamento de eventuais despesas (custas, emolumentos judiciais), pertinentes aos processos que se encontram sob sua responsabilidade;

f) Reembolsar o Contratado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da apresentação do documento hábil, das despesas diretamente relacionadas à execução dos serviços contratados referentes a hospedagem, alimentação e transporte e/ou combustível, no caso de deslocamento;

g) realizar pagamento mensal até o dia 10 do mês seguinte ao da prestação dos serviços.

TÍTULO V - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA SÉTIMA - Caberá a CONTRATADA:

a) Elaborar pareceres e manifestações jurídicas solicitadas formalmente, dentro dos prazos anelados, considerando a complexidade do tema;

b) Acompanhar, diariamente, o Diário da Justiça as publicações referentes aos processos de interesse da Contratante que estejam sob seu patrocínio e neles interpor os recursos cabíveis, deixando de fazê-lo somente quando expressamente autorizado pela Contratante;

c) Acompanhar nos Cartórios e/ou Secretarias das Varas dos tribunais o desenvolvimento dos processos de interesse da Contratante que estejam sob seu patrocínio;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.611.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro - Buriticupu/MA.

BURITICUPU/MA
Proc. 05.11007/2021
Fls. 244
RUBRICA: *[assinatura]*

FLS. Nº 222
PROC. Nº 00412005
RUBRICA: *[assinatura]*

d) Encaminhar, quando instado a tanto, relatório detalhado dos serviços prestados e demais atos processuais de relevo;

e) Solicitar, em tempo hábil, as informações, documentos e providências de responsabilidade da Contratante e necessárias à boa condução dos processos de seu interesse;

f) Comunicar, imediatamente, à Contratante, qualquer fato que impeça ou dificulte o bom andamento dos serviços contratados;

g) Protocolar e elaborar, dentro do prazo legal, as petições e manifestações necessárias à defesa dos interesses da Contratante;

CLAUSULA OITAVA - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todos os direitos trabalhistas dos empregados contratados, inclusive o cumprimento de normas atinentes à saúde, higiene e segurança do trabalho;

CLAUSULA NONA - Disponibilizar todos os recursos necessários à conclusão dos serviços;

CLAUSULA DÉCIMA - Arcar com as despesas de mobilização e desmobilização de materiais, quando for o caso;

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A CONTRATADA não poderá, salvo prévia e expressa autorização por escrito da PREFEITURA, ceder o Contrato ou parte dele, bem como a qualquer título, transferir benefícios ou interesse do mesmo, sendo ainda vedada a subempreitada;

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Arcar com todos os impostos e taxas incidentes sobre os serviços;

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Assumir integral responsabilidade pela adoção de todas as medidas de segurança necessárias à execução dos serviços objeto deste Contrato, e será a única responsável pelos acidentes que porventura venham a ocorrer com seu pessoal ou terceiros, inclusive pelos danos materiais oriundos dos mesmos;

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - Os serviços que se fizerem necessário serão de responsabilidade da Contratada;

TÍTULO VI - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

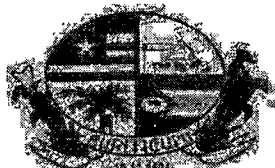
CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - A CONTRATADA executará os serviços objeto do presente Contrato, rigorosamente de acordo com os termos deste instrumento e seus anexos;

TÍTULO VII - DO PREÇO

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - Os preços contratados são aqueles discriminados neste Contrato, conforme Proposta da CONTRATADA, nos termos expressamente aceitos pela PREFEITURA;

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Fica estabelecido que os preços abaixo contemplam todos os custos diretos ou indiretamente relacionados com a perfeita e completa execução dos serviços objeto deste Contrato;

[assinatura]



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
ENPJ Nº 01.612-515/0001-40

Rua São Raimundo, nº 91, CEP: 65.393-000, Centro - Buriticupu/MA

BURITICUPU/MA
Proc. 0.501/001-2021
Fls. 238
Rubrica

FLS. Nº 223

PROC. Nº 00412005

RUBRICA

CLÁUSULA DECIMA OITAVA - Os preços fixados para a aquisição do objeto deste contrato são fixos e irrevogáveis, ressalvadas as hipóteses previstas na cláusula Decima Nona do presente instrumento;

CLÁUSULA DECIMA NONA - Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, procedendo-se a revisão em razão de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas;

PARÁGRAFO ÚNICO - Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do art. 65, inciso II, alínea d, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, mediante comprovação documental e requerimento expresso da contratada;

TÍTULO VII - DOS QUANTITATIVOS E VALORES

CLÁUSULA VIGÉSIMA - O valor total desta contratação é de R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais).

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE DE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	Contratação de sociedade advocatícia para prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica junto a Justiça do Trabalho em 1ª e 2ª graus.	MES	9	R\$ 9.000,00	R\$ 81.000,00

TÍTULO IX - DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - Os recursos orçamentários correspondentes a esta contratação estão no orçamento de 2021;

PODER: 02 - PODER EXECUTIVO

ORÇAO: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

UNIDADE: 00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

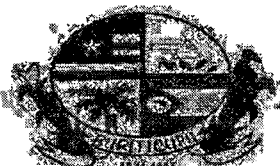
FUNÇÃO PROGRAMÁTICA: 84.122.0002.2002.0000 - MANUTENÇÃO E FUNC. DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

TÍTULO X - DO FATURAMENTO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - Os documentos de cobrança serão os a seguir discriminados:

a) Nota Fiscal/Faturas emitidas pela CONTRATADA.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro - Buriticupu/MA

BURITICUPU/MA
02/01/2024
224
RUBRICA: *[assinatura]*

FLS. Nº 224

PROC. Nº 029/2023

RUBRICA: *[assinatura]*

TÍTULO XI - DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

CLAUSULA VIGESIMA TERCEIRA - Os pagamentos dos serviços serão efetuados conforme definidos pela CONTRATANTE, mediante a apresentação da Fatura/Nota Fiscal, conferida e atestada pela CONTRATANTE, em conformidade com o Anexo I.

§ 1º Os serviços serão realizados, a critério da Contratante, com base no projeto básico aprovado, contados a partir do início efetivo dos serviços, considerando os serviços efetivamente realizados e concluídos satisfatoriamente no período. Entendem-se como serviços concluídos satisfatoriamente aqueles formalmente aprovados pela Contratada dentro do prazo estipulado.

§ 2º O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de Nota Fiscal/fatura, acompanhada da respectiva Ordem de Serviços e das certidões de regularidade fiscal; Prova de regularidade relativa a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Seguridade Social; Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS; Prova de regularidade relativa à Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); Certidão Negativa de Débitos e Dívida Ativa Estadual e Municipal, diretamente na conta que o fornecedor apresentar no ato da contratação, para o que deverá, na oportunidade, informar o nome do Banco e número da agência e conta corrente onde deverá ocorrer o crédito, não sendo permitidas alterações futuras sem a anuência das partes interessadas.

§ 3º Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela CONTRATANTE, não serão considerados como inadimplemento contratual.

§ 4º O prazo será realizado conforme Anexo I apresentado pela empresa em conformidade com a Proposta. Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA, todos os trabalhos contratados estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização, a qualquer hora, e em toda a área abrangida pelo serviço prestado.

CLAUSULA VIGESIMA QUARTA: DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS - A qualquer tempo a Contratante poderá exigir quaisquer obrigações legais impostas pela legislação trabalhista e normas atinentes ao trabalho.

§ 1º Quaisquer exigências da Fiscalização inerentes ao objeto do CONTRATO deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

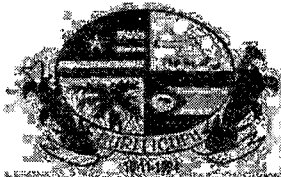
§ 2º A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com o CONTRATO.

§ 3º Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA, todos os trabalhos contratados estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização, a qualquer hora, e em toda a área abrangida pelo serviço, por pessoas devidamente credenciadas.

§ 4º A CONTRATANTE se fará presente no local dos serviços por seu(s) fiscal(is) credenciado(s) ou por Comissão Fiscal.

§ 5º A Fiscalização compete o acompanhamento e amplo controle da execução dos serviços, até a sua conclusão.

TÍTULO XII - DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.325/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro - Buriticupu/MA

CLAUSULA VIGESIMA QUINTA: Em caso de atraso no pagamento efetuado pelo CONTRATANTE da fatura apresentada pela CONTRATADA, esta fará jus à compensação financeira na forma de atualização monetária do respectivo valor, na qual poderá incidir juros moratórios a taxa de 6% (seis por cento) ao ano, equivalente ao índice de 0.0001644 "pro rata die".

PARÁGRAFO ÚNICO: Caso o pagamento devido seja antecipado pelo CONTRATANTE, o respectivo montante poderá sofrer desconto proporcional, nas mesmas condições estabelecidas na Cláusula Nona.

TÍTULO XIII - DO PRAZO E VIGENCIA DO CONTRATO

CLAUSULA VIGESIMA SEXTA: O presente contrato terá vigência até 31/12/2021, contados da assinatura deste instrumento. Conforme prevê o art. 37, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, a prestação de serviços a ser executada de forma contínua, poderá ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas à Administração Pública, limitada a sessenta meses. Portanto, desde que haja interesse de ambas as partes em prorrogar o contrato por esta licitação desenvolvido, e seja notório o real desenvolvimento da qualidade de ensino implantada no município, nada obsta por esta prática.

CLAUSULA VIGESIMA SÉTIMA: O presente Contrato vigorará até 31 de Dezembro de 2021 a partir da data de sua assinatura.

TÍTULO XIV - DA MULTA E PENALIDADE

CLAUSULA VIGESIMA OITAVA: Atrasos não justificados no prazo de execução dos serviços sujeitarão a CONTRATADA a multas de 0,16% (dezesseis décimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor total da fatura, até o limite de 10 (dez) dias, podendo a referida multa ser deduzida de qualquer faturamento ou crédito da CONTRATADA oriundo deste instrumento Contratual.

Parágrafo Primeiro: Quando o valor da multa ultrapassar o período estabelecido acima, a PREFEITURA, a seu exclusivo critério, se reserva o direito de rescindir, unilateralmente, este Instrumento e aplicar as penalidades previstas em lei.

Parágrafo Segundo: A inexecução total ou parcial deste Contrato sujeitará o Contratado, a aplicação de sanções Administrativas, previstas nos incisos I a IV do artigo 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

TÍTULO XV - DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR

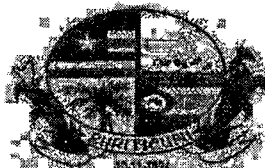
CLAUSULA VIGESIMA NONA: As partes não serão responsáveis pela não execução total ou parcial de suas obrigações desde que essa falta resulte, comprovadamente, de fato cujo efeito não é possível evitar ou impedir. Essa exoneração de responsabilidade produzirá efeitos nos termos do Parágrafo Único do Artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo Primeiro: No caso de uma das partes se achar em impossibilidade de cumprir alguma de suas obrigações, por motivo de força maior, deverá informar esse fato à outra parte, por escrito e com aviso de recepção, no máximo até 10 (dez) dias contados da data em que ela tenha tomado conhecimento do evento.

PREFEITURA DE BURITICUPU/MA
Bilhete nº 0504001/2021
RUBRICA

FLS. Nº 225
PROC. Nº 009/2025
RUBRICA: *[assinatura]*

[assinatura]



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro - Buriticupu/MA

Fls. 050/001
278

FLS. Nº 226
PROC. Nº 00912025
RUBRICANTE

Parágrafo Segundo - A comunicação de que trata o Parágrafo Primeiro deverá conter a caracterização dos serviços e as justificativas do impedimento que alegar, fornecendo a outra parte, com a maior brevidade, todos os elementos comprobatórios e de informação atestados, periciais e certificados, bem como comunicando todos os elementos novos sobre a evolução dos fatos ou eventos verificados e invocados, particularmente sobre as medidas tomadas ou preconizadas para reduzir as consequências desses fatos ou eventos e sobre as possibilidades de reformar, no todo ou em parte, o cumprimento de suas obrigações contratuais.

TÍTULO XVI - DA RESCISÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - A inexecução, total ou parcial, deste contrato ensejará a sua rescisão, nos termos dos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, e no Edital de licitação em epígrafe.

Parágrafo Primeiro - A rescisão será determinada por ato unilateral e comunicada por escrito à CONTRATADA, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - No caso de rescisão do Contrato, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades deste instrumento e às consequências descritas no Artigo 80 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

TÍTULO XVII - DA PUBLICIDADE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - Este Contrato entrará em vigor após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial, cabendo ao CONTRATANTE mandar providenciar esta publicação no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados a partir do quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura.

TÍTULO XVIII - DA LEGISLAÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - O presente Contrato rege-se pela Legislação Brasileira e os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93 e suas alterações, demais legislação, jurisprudência e doutrinas aplicáveis à espécie, e à legislação sobre o Plano Real.

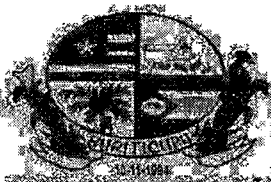
TÍTULO XIX - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - As cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato somente poderão ser alteradas por meio de Termo Aditivo.

Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

TÍTULO XX - DA DISPOSIÇÃO FINAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões de quantitativos de serviços até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, em decorrência da eventual variação das quantidades dos serviços constantes da Planilha Contratual de Quantidades e Preços, bem como em razão dos serviços extras que porventura se façam necessários.



RUBRICADO
Proc. N° 02919025
Fls. N° 227
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ N° 01.612.515/0001-40

Rua São Raimundo, n° 01, CEP: 65.393-000, Centro - Buriticupu/MA

FLS. N° 227
PROC. N° 02919025
RUBRICA

TÍTULO XXI - DO FORO

CLAUSULA TRIGESIMA SEXTA - As partes integrantes elegem o Foro da Cidade de Buriticupu/MA, para solução de qualquer questão oriunda do presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente Contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, e para um só efeito.

Buriticupu/MA, 22 de Junho de 2021.

Prefeitura Municipal de Buriticupu - MA
Sr. Afonso Barros Batista
Chefe de Gabinete / Ordenador de Despesa
CONTRATANTE

CHAVES & MAIA ADVOCADOS ASSOCIADOS
CNPJ sob o n° 20.003.811/0001-53
CONTRATADA



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA

CNPJ nº 01.612.515/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro - Buriticupu/MA

BURITICUPU/MA
Proc. nº 029.12025
280
Jup

FLS. Nº 228

PROC. Nº 029.12025

RUBRICA: *Ala*

CONTRATO Nº 20210143/2021

TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0504001/2021

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA E
A EMPRESA CHAVES & MAIA ADVOGADOS
ASSOCIADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA A
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA.**

O MUNICÍPIO DE BURITICUPU, através da Prefeitura Municipal de BURITICUPU, inscrita no C.N.P.J. (ME) sob o nº 01.612.515/0001-40, com sede na Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro - Buriticupu/MA, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Chefe de Gabinete/Ordenador de Despesa Sr. Afonso Barros Batista, portador do CPF nº 187.086.922-20, Identidade nº 934907986 SEIUS/MA, através da portaria nº 026/2021, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ sob o nº 20.003.811/0001-53, sediada Praça José Sarney, nº 70, Centro, Caracatá/MA - CEP: 65.415-000, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. Fabio Melo Maia, brasileiro, portador do CPF nº 605.917.812-04, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente CONTRATO, resultante do procedimento licitatório na modalidade de Tomada de Preços constantes dos autos nº TP-006-2021, com a finalidade de reger a relação de direitos e obrigações entre a PREFEITURA e a CONTRATADA, nos termos dispostos na Lei 8.666, de 21.06.93 e suas alterações, e segundo as cláusulas e condições seguintes:

TÍTULO I - DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - Constitui objeto deste Contrato a prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica à Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA, conforme especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - O(s) serviço(s), especificações, quantidades e preços encontram-se definidos na Tomada de Preços Tomada de Preços nº 006/2021.

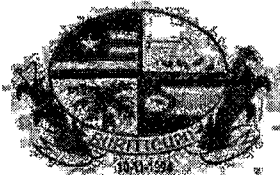
TÍTULO II - DOS DOCUMENTOS CONTRATUAIS E DA ORDEM DE PREVALÊNCIA

CLÁUSULA TERCEIRA - Fazem parte deste Contrato, independentemente de transcrição e anexação, e terão plena validade, salvo naquilo que por este instrumento tenha sido modificado, os documentos abaixo relacionados, na seguinte ordem de prevalência:

Parágrafo Primeiro - Edital de Licitação Tomada de Preços nº 006/2021 e seus anexos;

Parágrafo Segundo - Proposta da CONTRATADA e seus Anexos nos termos expressamente aceitos pela PREFEITURA;

Parágrafo Terceiro - Ocorrendo qualquer dúvida de interpretação, ou divergência deste Contrato com quaisquer dos documentos mencionados no "caput" desta cláusula, ou destes últimos entre



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

BURITICUPU/MA
P.O. 050/001
1381
RUB. JLP

FLS. Nº 529

PROC. Nº 009 12025

RUBRICA: JLP

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.392-000, Centro - Buriticupu/MA.
se, prevalecerá em primeiro lugar, este Contrato, depois, os referidos documentos na ordem em que assim nomeados.

TÍTULO III - DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA QUARTA - Os serviços deverão ser executados no Município de Buriticupu/MA, através de visitas periódicas, bem como de acordo com o estabelecido no Projeto Básico.

CLÁUSULA QUINTA - Não será admitida a subcontratação, em nenhuma fase dos serviços objeto deste Contrato.

TÍTULO IV - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

CLÁUSULA SEXTA - Cabe à CONTRATANTE:

a) Fornecer ao Contratado, na medida em que forem surgindo, a relação dos litígios e processos que deverão ser objeto dos serviços contratados com antecedência necessária para elaboração da defesa;

b) Fornecer ao Contratado o devido instrumento de mandato e/ou substabelecimento necessário para a prestação dos serviços contratados;

c) Encaminhar ao Contratado, no prazo acordado, as informações e documentos necessários para a prestação dos serviços contratados;

d) Encaminhar ao Contratado, no prazo acordado, os comprovantes de recolhimentos de custas e depósito recursal necessários à condução dos processos de interesse da Contratante;

e) Encaminhar ao Contratado, no prazo acordado, recursos necessários para o pagamento de eventuais despesas (custas, emolumentos judiciais), pertinentes aos processos que se encontram sob sua responsabilidade;

f) Reembolsar o Contratado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da apresentação do documento hábil, das despesas diretamente relacionadas à execução dos serviços contratados referentes a hospedagem, alimentação e transporte e ou combustível, no caso de deslocamento;

g) Realizar pagamento mensal até o dia 10 do mês seguinte ao da prestação dos serviços.

TÍTULO V - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA SÉTIMA - Cabe à CONTRATADA:

a) Elaborar pareceres e manifestações jurídicas solicitadas formalmente, dentro dos prazos anotados, considerada a complexidade do tema;

b) Acompanhar, diariamente, o Diário da Justiça as publicações referentes aos processos de interesse da Contratante que estejam sob seu patrocínio e interpor os recursos cabíveis, deixando de fazê-lo somente quando expressamente autorizado pela Contratante;

c) Acompanhar nos Cartórios e/ou Secretarias das varas dos tribunais o desenvolvimento dos processos de interesse da Contratante que estejam sob seu patrocínio;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro - Buriticupu/MA

BURITICUPU/MA
Proc. 0504001/2023
Fls. 282
RUBRICA

FLS. Nº 230
PROC. Nº 0504001/2023
RUBRICA: *[assinatura]*

d) Encaminhar, quando instado a tanto, relatório detalhado dos serviços prestados e demais atos processuais de relevos;

e) Solicitar, em tempo hábil, as informações, documentos e providências de responsabilidade da Contratante e necessárias à boa condução dos processos de seu interesse;

f) Comunicar imediatamente à Contratante, qualquer fato que impeça ou dificulte o bom andamento dos serviços contratados;

g) Protocolar e elaborar, dentro do prazo legal, as petições e manifestações necessárias à defesa dos interesses da Contratante;

CLÁUSULA OITAVA - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todos os direitos trabalhistas dos empregados contratados, inclusive o cumprimento de normas afinentes à saúde, higiene e segurança do trabalho;

CLÁUSULA NONA - Disponibilizar todos os recursos necessários à conclusão dos serviços;

CLÁUSULA DÉCIMA - Arcar com as despesas de mobilização e desmobilização de materiais, quando for o caso;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A CONTRATADA não poderá, salvo prévia e expressa autorização por escrito da PREFEITURA, ceder o Contorno ou parte dele, bem como a qualquer título, transferir benefícios ou interesse do mesmo, sendo ainda, vedado a subempreitada;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Arcar com todos os impostos e taxas incidentes sobre os serviços;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Assumir integral responsabilidade pela adoção de todas as medidas de segurança necessárias à execução dos serviços, objeto deste Contrato, e será a única responsável pelos acidentes que porventura venham a ocorrer com seu pessoal ou terceiros, inclusive pelos danos materiais oriundos dos mesmos;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Os serviços que se fizerem necessário serão de responsabilidade da Contratada;

TÍTULO VI - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

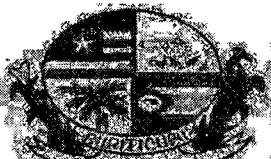
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - A CONTRATADA executará os serviços objeto do presente Contrato, rigorosamente de acordo com os termos deste Instrumento e seus anexos;

TÍTULO VII - DO PREÇO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Os preços contratados são aqueles discriminados neste Contrato, conforme Proposta da CONTRATADA, nos termos expressamente aceitos pela PREFEITURA;

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Fica estabelecido que os preços abaixo contemplem todos os custos direta ou indiretamente relacionados com a perfeita e completa execução dos serviços, objeto deste Contrato;

[assinatura]



BURITICUPU/MA
Rm. 050/001/2021
28/07
Ass. [Signature]

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.825/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro - Buriticupu/MA

FLS. Nº 231
PROC. Nº 003/2020
RUBRICA: [Signature]

CLAUSULA DECIMA OITAVA - Os preços fixados para a aquisição do objeto deste contrato são fixos e irrevogáveis, ressalvadas as hipóteses previstas na cláusula Décima Nona do presente instrumento.

CLAUSULA DECIMA NONA - Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, procedendo-se a revisão em razão do fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas.

PARAGRAFO UNICO - Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do art. 65, inciso II, alínea d, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, mediante comprovação documental e requerimento expresso da contratada.

TÍTULO VIII - DOS QUANTITATIVOS E VALORES

CLAUSULA VIGESIMA - O valor total desta contratação é de R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais).

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE DE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	Contratação de sociedade advocatícia para prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica junto à Justiça Estadual em 1º e 2º graus.	MES	9	R\$ 12.000,00	R\$ 108.000,00

TÍTULO IX - DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

CLAUSULA VIGESIMA PRIMEIRA - Os recursos orçamentários correspondentes a esta contratação estão no orçamento de 2021.

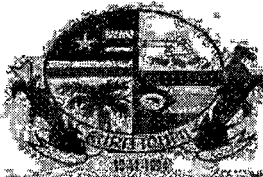
PODER: 02 - PODER EXECUTIVO
ORGAO: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
UNIDADE: 00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
FUNÇÃO PROGRAMÁTICA: 04.122.0003.2005.0000 - MANUTENÇÃO E FUNC. DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

TÍTULO X - DO FATURAMENTO

CLAUSULA VIGESIMA SEGUNDA - Os documentos de cobrança serão os a seguir discriminados:

a) Nota Fiscal/Faturas emitidas pela CONTRATADA.

[Signature]



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPA/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro - Buriticupu/MA

BURITICUPA/MA
RUE 055/400
RUB 284
RUB

FLS. Nº 232

PROC. Nº 009/2025

RUBRICA: *etc*

TÍTULO XI - DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - Os pagamentos dos serviços serão efetuados conforme definidos pela CONTRATANTE, mediante a apresentação da Fatura/Nota Fiscal, conferida e atestada pela CONTRATANTE, em conformidade com o Anexo I.

§ 1º Os serviços serão realizados a critério da Contratante com base no projeto básico aprovado, contados a partir do início efetivo dos serviços, considerando os serviços efetivamente realizados e concluídos satisfatoriamente no período. Entendem-se como serviços concluídos satisfatoriamente aqueles formalmente aprovados pela Contratada dentro do prazo estipulado.

§ 2º O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de Nota Fiscal/fatura, acompanhada da respectiva Ordem de Serviços e das condições de regularidade fiscal: Prova de regularidade relativa a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Seguridade Social; Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS; Prova de regularidade relativa a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); Certidão Negativa de Débitos e Dívida Ativa Estadual e Municipal, diretamente na conta que o fornecedor apresentar no ato da contratação, para o que deverá, na oportunidade, informar o nome do Banco e número da agência e conta corrente onde deverá ocorrer o crédito, não sendo permitidas alterações futuras sem a presença das partes interessadas.

§ 3º Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela CONTRATANTE, não serão considerados como inadimplemento contratual.

§ 4º O prazo será realizado conforme Anexo I apresentado pela empresa em conformidade com a Proposta. Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA, todos os trabalhos contratados estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização, a qualquer hora e em toda a área abrangida pelo serviço prestado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS - A qualquer tempo a Contratante poderá exigir quaisquer obrigações legais impostas pela legislação trabalhista e normas atinentes ao trabalho.

§ 1º Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do CONTRATO deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

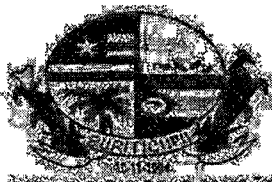
§ 2º A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com o CONTRATO.

§ 3º Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA, todos os trabalhos contratados estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização, a qualquer hora e em toda a área abrangida pelo serviço, por pessoas devidamente credenciadas.

§ 4º A CONTRATANTE se fará presente no local dos serviços por seu(s) fiscal (is) credenciado(s) ou por Comissão Fiscal.

§ 5º A fiscalização compete o acompanhamento e amplo controle da execução dos serviços, até a sua conclusão.

TÍTULO XII - DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro - Buriticupu/MA.

BURITICUPU
Proc. 023/001
123
11/11/2021
11/11/2021

FLS. Nº 533
PROC. Nº 023/2021
RUBRICA

CLAUSULA VIGESIMA QUINTA: Em caso de atraso no pagamento efetuado pelo CONTRATANTE da fatura apresentada pela CONTRATADA, esta fará jus à compensação financeira na forma de atualização monetária do respectivo valor, na qual poderá incidir juros moratórios a taxa de 6% (seis por cento) ao ano, contatante ao índice de 0,0001644, pro rata die.

PARAGRAFO UNICO: Caso o pagamento devido seja antecipado pelo CONTRATANTE, o respectivo montante poderá sofrer desconto proporcional, nas mesmas condições estabelecidas na Cláusula Nona.

TITULO XIII - DO PRAZO E VIGENCIA DO CONTRATO

CLAUSULA VIGESIMA SEXTA: O presente contrato terá vigência até 31/12/2021, contados da assinatura deste instrumento. Conforme prevê o art. 37, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, a prestação de serviços a ser executada de forma contínua, poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas à Administração Pública, limitada a sessenta meses. Portanto, desde que haja interesse de ambas as partes em prorrogar o contrato por esta licitação desenvolvido, e, seja notório o real desenvolvimento da qualidade de ensino implantada no município, nada obsta por esta praxe.

CLAUSULA VIGESIMA SETIMA: O presente Contrato vigorará até 31 de Dezembro de 2021 a partir da data de sua assinatura.

TITULO XIV - DA MULTA E PENALIDADE

CLAUSULA VIGESIMA OITAVA: Atrasos não justificados no prazo de execução dos serviços sujeitarão a CONTRATADA a multas de 0,16% (dezesseis décimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor total da fatura, até o limite de 10 (dez) dias, podendo a referida multa ser deduzida de qualquer faturamento ou crédito da CONTRATADA oriundo deste instrumento Contratual.

Parágrafo Primeiro: Quando o valor da multa ultrapassar o período estabelecido acima, a PREFEITURA, a seu exclusivo critério, se reserva o direito de rescindir, unilateralmente, este instrumento e aplicar as penalidades previstas em lei.

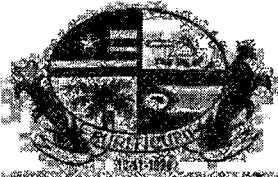
Parágrafo Segundo: A inexecução total ou parcial deste Contrato sujeitará o Contratado à aplicação de sanções Administrativas, previstas nos incisos I a IV do artigo 27 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

TITULO XV - DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR

CLAUSULA VIGESIMA NONA: As partes não serão responsáveis pela não execução total ou parcial de suas obrigações desde que essa falta resulte, comprovadamente, de fato cujo efeito não é possível evitar ou impedir. Essa exoneração de responsabilidade produzirá efeitos nos termos do Parágrafo Único do Artigo 391 do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo Primeiro: No caso de uma das partes se achar em impossibilidade de cumprir alguma de suas obrigações, por motivo de força maior, deverá informar esse fato a outra parte, por escrito e com aviso de recepção, no máximo até 10 (dez) dias contados da data em que ela tenha tomado conhecimento do evento.

[Handwritten signature]



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPA/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro - Buriticupu/MA

BURITICUPA/MA
Proc. 028/2021
284
HUB

FLS. Nº 234

PROC. Nº 028/2021

RUBRICA: *[assinatura]*

Parágrafo Segundo. - A comunicação de que trata o Parágrafo Primeiro deverá conter a caracterização dos serviços e as justificativas do impedimento que alegar, fornecendo a outra parte, com a maior brevidade, todos os elementos comprobatórios e de informação, atestados, periciais e certificados, bem como comunicando todos os elementos novos sobre a evolução dos fatos ou eventos verificados e invocados, particularmente sobre as medidas tomadas ou preconizadas para reduzir as consequências desses fatos ou eventos, e sobre as possibilidades de retomar, no todo ou em parte, o cumprimento de suas obrigações contratuais.

TÍTULO XVI - DA RESCISÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA. - A execução, total ou parcial, deste contrato ensejara a sua rescisão, nos termos dos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, e no Edital de licitação em epígrafe.

Parágrafo Primeiro. - A rescisão será determinada por ato unilateral e comunicada por escrito à CONTRATADA, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA. - No caso de rescisão do Contrato, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades deste Instrumento e às consequências descritas no Artigo 80 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

TÍTULO XVII - DA PUBLICIDADE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA. - Este Contrato entrará em vigor após a publicação do seu extrato na imprensa Oficial, cabendo ao CONTRATANTE mandar providenciar esta publicação no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados a partir do quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura.

TÍTULO XVIII - DA LEGISLAÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA. - O presente Contrato reger-se-á pela Legislação Brasileira, e os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93 e suas alterações, demais legislação, jurisprudência e doutrinas aplicáveis à espécie, e a legislação sobre o Plano Real.

TÍTULO XIX - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA. - As Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato somente poderão ser alteradas por meio de Termo Aditivo.

Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

TÍTULO XX - DA DISPOSIÇÃO FINAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA. - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões de quantidades de serviços até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, em decorrência da eventual variação das quantidades dos serviços constantes da Planilha Contratual de Quantidades e Preços, bem como em razão dos serviços extras que porventura se façam necessários.

[assinatura]



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPUMA
CNPJ Nº 01.612.575/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro - Buriticupu/MA

BURITICUPU/MA
Proc. Nº 009.12025
Fls. 235
H00

FLS. Nº 235

PROC. Nº 009.12025

RUBRICA: *[assinatura]*

TÍTULO XXI DO FORO

CLAUSULA TRIGESIMA SEXTA - As partes integrantes elegem o Foro da Cidade de Buriticupu/MA para solução de qualquer questão oriunda do presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente Contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, e para um só efeito.

Buriticupu/MA, 22 de Junho de 2021.

Prefeitura Municipal de Buriticupu - MA
Sr. Afonso Barros Batista
Chefe de Gabinete / Ordenador de Despesa
CONTRATANTE

CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ sob o nº 24.003.811/0001-53
CONTRATADA



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

BURITICUPU/MA
Proc. 0304001/2021
Fls. 091
Rub. [assinatura]

FLS. Nº 236
PROC. Nº 009/2025
RUBRICA: [assinatura]

TERMO DE ADITAMENTO

2º (SEGUNDO) TERMO DE
ADITAMENTO AO CONTRATO Nº
20210144/2021, NOS TERMOS DA
LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

O MUNICÍPIO DE BURITICUPU, através da Prefeitura Municipal de Buriticupu, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob o nº 01.612.525/0001-40, com sede na Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Chefe de Gabinete / Ordenador de Despesa Sr. Afonso Barros Batista, portador do CPF nº 187.086.922-20, identidade nº 934907986 SEJUS/MA, através da portaria nº 026/2021, doravante denominada contratante, e a empresa CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ sob o nº 20.003.811/0001-53, sediada Praça José Sarney, nº 70, Centro, Coroatá/MA – CEP: 65.415-000, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. Fabio Melo Maia, brasileiro, portador do CPF nº 605.917.812-04, doravante denominada contratada, acordam e assinam o presente Termo de Aditamento, referente ao Contrato nº. 20210144/2021, sob as seguintes cláusulas e condições, que será regido pela Lei 8.666/93, Instrução e demais legislações aplicáveis.

Cláusula Primeira – Do Objeto

O presente Termo de Aditamento tem por objeto a prorrogação de prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, com fundamentação legal no art. 57, inciso II c/c §2º da Lei nº 8.666/93, conforme previsto em cláusula vigésima sexta do contrato original.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADEDE	QUANT.	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
4	Contratação de sociedade advocatícia para prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica junto a Justiça Federal em 1º e 2º graus.	MÊS	12	R\$ 12.000,00	R\$ 144.000,00

Cláusula Segunda– Do Prazo de Vigência

O presente Termo de Aditamento entra em vigência a partir do dia 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, perfazendo 12 (doze) meses.

Cláusula Terceira – Da Dotação

[assinatura]

[assinatura]



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

BURITICUPU/MA
Proc. 0304001/2021
Fis. 645
Rub. WJ

FLS. Nº 237
PROC. Nº 009 1205
RUBRICA: JLB

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PROJETO / ATIVIDADE: 04.122.0002.2008 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 OUTROS SERV. DE TERC. PESSOA JURÍDICA


Cláusula Quarta – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo de Aditamento.

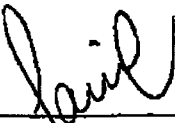
Cláusula Quinta – Da Publicação e do Registro

A eficácia do presente Termo de Aditamento fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração.

Buriticupu/MA, 29 de dezembro de 2022.



MUNICÍPIO DE BURITICUPU/MA
Afonso Barros Batista
Ordenador de Despesas
CONTRATANTE



CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ nº 20.003.811/0001-53
CONTRATADA



BURITICUPU-MA
Proc. 0507001/2021
Fls. 646
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40
Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

FLS. Nº 238
PROC. Nº 029/2005
RUBRICA: 216

2º (SEGUNDO) TERMO DE ADITAMENTO REFERENTE AO CONTRATO 20210144/2021. PARTES: Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA através do Gabinete do Prefeito e a empresa: **CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no CNPJ sob o nº 20.003.811/0001-53 **ESPÉCIE:** Termo de Aditamento de prazo do Contrato Supracitado. **OBJETO:** Prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica à Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA, durante o exercício de 2023. **DA VIGÊNCIA:** O presente termo de Aditamento entrará em vigência a partir do dia 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, pelo período de 12 (doze) meses. Valor do termo aditivo: **R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais).** **DA DOTAÇÃO:** **ÓRGÃO:** 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 04 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO **PROJETO / ATIVIDADE:** 04.122.0002.2008 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO **CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA:** 3.3.90.39.00 OUTROS SERV. DE TERC. PESSOA JURÍDICA. **BASE LEGAL:** O objeto deste termo está em consonância com a Lei 8.666/93, Art. 57, inciso II c/c § 2º. **Signatários:** Pela contratante, Sr. Afonso Barros Batista, pela contratada, Sr. Fabio Melo Maia.

Buriticupu/MA, 28 de dezembro de 2022.


Afonso Barros Batista
Chefe de Gabinete
Ordenador de Despesas



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA

CNPJ Nº 01.612.525/0001-40
Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

BURITICUPU-MA
Proc. 0204001/2021
Fls. 001
Rub. 111

FLS. Nº 239
PROC. Nº 029/2021
RUBRICA: 116

TERMO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO

1. Trata-se de designação de servidor para acompanhamento e fiscalização da execução de contratação, nos termos do art. 67 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993.
2. Fica designado (a) servidor abaixo indicado para exercer a função de fiscal do contrato celebrado entre a Prefeitura Municipal de Buriticupu - MA e a empresa **CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no CNPJ sob o nº 20.003.811/0001-53, conforme se segue:

FISCAL DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20210144/2021
NOME: MARIA DE ALMEIDA SOUSA
CPF: 003.468.693-23
FUNÇÃO: COORDENADORA DE COMPRAS

REFERENTE:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0504001/2021
FISCAL DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20210144/2021
TOMADA DE PREÇO 006/2021
OBJETO: Prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica à Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA.
DATA DE ASSINATURA: 28/12/2022
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2023

3. Compete ao fiscal do contrato o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento do objeto ou da prestação do serviço, a fim de que as normas que regulam o instrumento contratual sejam devidamente observadas, anotando em registro próprio todas as ocorrências e reportando-se à autoridade competente quando necessária providência pertinente àquela.

Buriticupu/MA, 28 de dezembro de 2022

AFONSO BARROS BATISTA
CHEFE DE GABINETE/ORDENADOR DE DESPESA

GABINETE DO PREFEITO - TERMO DE ADITAMENTO - EXTRATO DE TERMO DE ADITAMENTO: EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO/2022**EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO**

2º (SEGUNDO) TERMO DE ADITAMENTO REFERENTE AO CONTRATO 20210144/2021. PARTES: Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA através do Gabinete do Prefeito e a empresa: **CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no CNPJ sob o nº 20.003.811/0001-53 **ESPÉCIE:** Termo de Aditamento de prazo do Contrato Supracitado. **OBJETO:** Prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica à Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA, durante o exercício de 20 23. **DA VIGÊNCIA:** O presente termo de Aditamento entrará em vigência a partir do dia 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, pelo período de 12 (doze) meses. Valor do termo aditivo: **R\$ 144.000,00** (cento e quarenta e quatro mil reais). **DA DOTAÇÃO: ÓRGÃO:** 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 04 01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO **PROJETO / ATIVIDADE:** 04.122.0002.2008 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO **CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA:** 3.3.90.39.00 OUTROS SERV. DE TERC. PESSOA JURÍDICA. **BASE LEGAL:** O objeto deste termo está em consonância com a Lei 8.666/93, Art. 57, inciso II c/c § 2º. **Signatários:** Pela contratante, Sr. Afonso Barros Batista, pela contratada, Sr. Fabio Melo Maia.

Buriticupu/MA, 29 de dezembro de 2022.

Afonso Barros Batista
Chefe de Gabinete
Ordenador de Despesas

FLS. N° 590
PROC. N° 029/2022
RUBRICA: *[assinatura]*

BURITICUPU-MA
Proc. 054991/2021
Fls. 101
Rub. *[assinatura]*





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

BURITICUPU/MA
Proc. 0504001/2021
Fls. 563
Rub. 1111

FLS: N° 261
PROC. N° 009/2021
RUBRICA: 1111

TERMO DE ADITAMENTO

2º (SEGUNDO) TERMO DE
ADITAMENTO AO CONTRATO Nº
20210141/2021, NOS TERMOS DA
LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

O MUNICÍPIO DE BURITICUPU, através da Prefeitura Municipal de Buriticupu, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob o nº 01.612.525/0001-40, com sede na Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Chefe de Gabinete / Ordenador de Despesa Sr. Afonso Barros Batista, portador do CPF nº 187.086.922-20, identidade nº 934907986 SEJUS/MA, através da portaria nº 026/2021, doravante denominada contratante, e a empresa CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ sob o nº 20.003.811/0001-53, sediada Praça José Sarney, nº 70, Centro, Coroatá/MA – CEP: 65.415-000, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. Fabio Melo Maia, brasileiro, portador do CPF nº 605.917.812-04, doravante denominada contratada, acordam e assinam o presente Termo de Aditamento, referente ao Contrato nº. 20210141/2021, sob as seguintes cláusulas e condições, que será regido pela Lei 8.666/93, Instrução e demais legislações aplicáveis.

Cláusula Primeira – Do Objeto

O presente Termo de Aditamento tem por objeto a prorrogação de prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, com fundamentação legal no art. 57, inciso II c/c §2º da Lei nº 8.666/93, conforme previsto em cláusula vigésima sexta do contrato original.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE DE	QUANT.	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de sociedade advocatícia para prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica administrativa junto as Secretarias Municipais e seus órgãos.	MÊS	12	R\$ 6.000,00	R\$ 72.000,00

Cláusula Segunda – Do Prazo de Vigência

O presente Termo de Aditamento entra em vigência a partir do dia 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, perfazendo 12 (doze) meses.

Handwritten signatures and initials



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

BURITICUPU/MA
Proc. 0504001/2021
Fls. 568
Rub. *[assinatura]*

FLS. Nº 242

PROC. Nº 009 / 2022

RUBRICA *[assinatura]*

Cláusula Terceira – Da Dotação

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PROJETO / ATIVIDADE: 04.122.0002.2008 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 OUTROS SERV. DE TERC. PESSOA JURÍDICA

Cláusula Quarta – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo de Aditamento.

Cláusula Quinta – Da Publicação e do Registro

A eficácia do presente Termo de Aditamento fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração.

Buriticupu/MA, 29 de dezembro de 2022.

MUNICÍPIO DE BURITICUPU/MA
Afonso Barros Batista
Ordenador de Despesas
CONTRATANTE

CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ nº 20.003.811/0001-53
CONTRATADA



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40
Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

BURITICUPU-MA
Proc. 0.504001/2021
Fls. 569
Rub. [assinatura]

FLS. Nº 243
PROC. Nº 009 1205
RUBRICA: [assinatura]

EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO

2º (SEGUNDO) TERMO DE ADITAMENTO REFERENTE AO CONTRATO 20210141/2021. PARTES: Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA através do Gabinete do Prefeito e a empresa: **CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no CNPJ sob o nº 20.003.811/0001-53 **ESPÉCIE:** Termo de Aditamento de prazo do Contrato Supracitado. **OBJETO:** Prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica à Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA, durante o exercício de 2023. **DA VIGÊNCIA:** O presente termo de Aditamento entrará em vigência a partir do dia 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, pelo período de 12 (doze) meses. Valor total do termo aditivo: 72.000,00 (setenta e dois mil reais). **DA DOTAÇÃO: ÓRGÃO:** 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 04 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO **PROJETO / ATIVIDADE:** 04.122.0002.2008 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO **CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA:** 3.3.90.39.00 OUTROS SERV. DE TERC. PESSOA JURÍDICA **BASE LEGAL:** O objeto deste termo está em consonância com a Lei 8.666/93, Art. 57, inciso II c/c § 2º. **Signatários:** Pela contratante, Sr. Afonso Barros Batista, pela contratada, Sr. Fabio Melo Maia.

Buriticupu/MA, 28 de dezembro de 2022.


Afonso Barros Batista
Chefe de Gabinete
Ordenador de Despesas



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

FLS. Nº 244

PROC. Nº 009.1.2025

RUBRICA: *[assinatura]*

BURITICUPU-MA
Proc. 0504001/2021
Fls. 330
Rub. *[assinatura]*

TERMO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO

1. Trata-se de designação de servidor para acompanhamento e fiscalização da execução de contratação, nos termos do art. 67 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993.
2. Fica designado (a) servidor abaixo indicado para exercer a função de fiscal do contrato celebrado entre a Prefeitura Municipal de Buriticupu - MA e a empresa **CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no CNPJ sob o nº 20.003.811/0001-53, conforme se segue:

FISCAL DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20210141/2021

NOME: MARIA DE ALMEIDA SOUSA

CPF: 003.468.693-23

FUNÇÃO: COORDENADORA DE COMPRAS

REFERENTE:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0504001/2021

FISCAL DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20210141/2021

TOMADA DE PREÇO 006/2021

OBJETO: Prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica à Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA.

DATA DE ASSINATURA: 28/12/2022

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2023

3. Compete ao fiscal do contrato o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento do objeto ou da prestação do serviço, a fim de que as normas que regulam o instrumento contratual sejam devidamente observadas, anotando em registro próprio todas as ocorrências e reportando-se à autoridade competente quando necessária providência pertinente àquela.

Buriticupu/MA, 28 de dezembro de 2022

AFONSO BARROS BATISTA
CHEFE DE GABINETE/ORDENADOR DE DESPESA

GABINETE DO PREFEITO - TERMO DE ADITAMENTO - EXTRATO DE TERMO DE ADITAMENTO: EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO/2022**EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO**

2º (SEGUNDO) TERMO DE ADITAMENTO REFERENTE AO CONTRATO 20210141/2021. PARTE DA RUBRICA
Municipal de Buriticupu/MA através do Gabinete do Prefeito e a empresa: **CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no CNPJ sob o nº 20.003.811/0001-53 **ESPÉCIE:** Termo de Aditamento de prazo do Contrato Supracitado. **OBJETO:** Prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica à Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA, durante o exercício de 20 23. **DA VIGÊNCIA:** O presente termo de Aditamento entrará em vigência a partir do dia 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, pelo período de 12 (doze) meses. Valor total do termo aditivo: 72.000,00 (setenta e dois mil reais). **DA DOTAÇÃO:** **ÓRGÃO:** 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 04 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO **PROJETO / ATIVIDADE:** 04.122.0002.2008 **MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA:** 3.3.90.39.00 OUTROS SERV. DE TERC. PESSOA JURÍDICA **BASE LEGAL:** O objeto deste termo está em consonância com a Lei 8.666/93, Art. 57, inciso II c/c § 2º. **Signatários:** Pela contratante, Sr. Afonso Barros Batista, pela contratada, Sr. Fabio Melo Maia.

Buriticupu/MA, 29 de dezembro de 2022.

Afonso Barros Batista
Chefe de Gabinete
Ordenador de Despesas

BURITICUPU-MA
Proc. 02049001/2021
Fls. 111
Rub. 111

Assinado eletronicamente por: Joao Carlos Teixeira da Silva - CPF: ***.597.343-** em 30/12/2022 23:37:15 - IP com n°: 10.0.0.181
Autenticação em: www.buriticupu.ma.gov.br/diariooficial.php?id=889





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

BURITICUPU, MA
Proc. 0504001/2021
Fls. 052
Rub. [assinatura]

FLS. Nº 246
PROC. Nº 00913035
RUBRICA: [assinatura]

TERMO DE ADITAMENTO

2º (SEGUNDO) TERMO DE
ADITAMENTO AO CONTRATO Nº
20210143/2021, NOS TERMOS DA
LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

O MUNICÍPIO DE BURITICUPU, através da Prefeitura Municipal de Buriticupu, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob o nº 01.612.525/0001-40, com sede na Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Chefe de Gabinete / Ordenador de Despesa Sr. Afonso Barros Batista, portador do CPF nº 187.086.922-20, identidade nº 934907986 SEJUS/MA, através da portaria nº 026/2021, doravante denominada contratante, e a empresa CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ sob o nº 20.003.811/0001-53, sediada Praça José Sarney, nº 70, Centro, Coroatá/MA – CEP: 65.415-000, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. Fabio Melo Maia, brasileiro, portador do CPF nº 605.917.812-04, doravante denominada contratada, acordam e assinam o presente Termo de Aditamento, referente ao Contrato nº. 20210143/2021, sob as seguintes cláusulas e condições, que será regido pela Lei 8.666/93, Instrução e demais legislações aplicáveis.

Cláusula Primeira – Do Objeto

O presente Termo de Aditamento tem por objeto a prorrogação de prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, com fundamentação legal no art. 57, inciso II c/c §2º da Lei nº 8.666/93, conforme previsto em cláusula vigésima sexta do contrato original.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADEDE	QUANT.	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
3	Contratação de sociedade advocatícia para prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica junto a Justiça Estadual em 1º e 2º graus.	MÊS	12	R\$ 12.000,00	R\$ 144.000,00

Cláusula Segunda– Do Prazo de Vigência

O presente Termo de Aditamento entra em vigência a partir do dia 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, perfazendo 12 (doze) meses.

Cláusula Terceira – Da Dotação

[assinatura]



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

BURITICUPU/MA
Proc. 0304001/2021
Fis. 053
Rub. 111

FLS. N° 342

PROC. N° 009.1.2025

RUBRICA: [assinatura]

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PROJETO / ATIVIDADE: 04.122.0002.2008 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 OUTROS SERV. DE TERC. PESSOA JURÍDICA

Cláusula Quarta – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo de Aditamento.

Cláusula Quinta – Da Publicação e do Registro

A eficácia do presente Termo de Aditamento fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração.

Buriticupu/MA, 29 de dezembro de 2022.

MUNICÍPIO DE BURITICUPU/MA

Afonso Barros Batista
Ordenador de Despesas
CONTRATANTE

CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS

CNPJ nº 20.003.811/0001-53

CONTRATADA



BURITICUPU-MA
Proc. 0504001/2021
Fls. 654
Rub. [assinatura]

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40
Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

FLS. Nº 248
PROC. Nº 009 12025
RUBRICA: [assinatura]

EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO

2º (SEGUNDO) TERMO DE ADITAMENTO REFERENTE AO CONTRATO 20210143/2021. PARTES: Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA através do Gabinete do Prefeito e a empresa: **CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no CNPJ sob o nº 20.003.811/0001-53 **ESPÉCIE:** Termo de Aditamento de prazo do Contrato Supracitado. **OBJETO:** Prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica à Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA, durante o exercício de 2023. **DA VIGÊNCIA:** O presente termo de Aditamento entrará em vigência a partir do dia 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, pelo período de 12 (doze) meses. Valor do termo aditivo: **R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais).** **DA DOTAÇÃO:** **ÓRGÃO:** 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 04 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO **PROJETO / ATIVIDADE:** 04.122.0002.2008 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO **CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA:** 3.3.90.39.00 OUTROS SERV. DE TERC. PESSOA JURÍDICA **BASE LEGAL:** O objeto deste termo está em consonância com a Lei 8.666/93, Art. 57, inciso II c/c § 2º. **Signatários:** Pela contratante, Sr. Afonso Barros Batista, pela contratada, Sr. Fabio Melo Maia.

Buriticupu/MA, 28 de dezembro de 2022.


Afonso Barros Batista
Chefe de Gabinete
Ordenador de Despesas



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA
CNPJ Nº 01.612.525/0001-40

Rua São Raimundo, nº 01, CEP: 65.393-000, Centro – Buriticupu/MA

BURITICUPU-MA
Proc. 0504001/2021
Fls. 655
Rub. [assinatura]

FLS. Nº 249
PROC. Nº 009/2025
RUBRICA: [assinatura]

TERMO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO

1. Trata-se de designação de servidor para acompanhamento e fiscalização da execução de contratação, nos termos do art. 67 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993.
2. Fica designado (a) servidor abaixo indicado para exercer a função de fiscal do contrato celebrado entre a Prefeitura Municipal de Buriticupu - MA e a empresa **CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no CNPJ sob o nº 20.003.811/0001-53, conforme se segue:

FISCAL DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20210143/2021

NOME: MARIA DE ALMEIDA SOUSA

CPF: 003.468.693-23

FUNÇÃO: COORDENADORA DE COMPRAS

REFERENTE:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0504001/2021

FISCAL DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20210143/2021

TOMADA DE PREÇO 006/2021

OBJETO: Prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica à Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA.

DATA DE ASSINATURA: 28/12/2022

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2023

3. Compete ao fiscal do contrato o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento do objeto ou da prestação do serviço, a fim de que as normas que regulam o instrumento contratual sejam devidamente observadas, anotando em registro próprio todas as ocorrências e reportando-se à autoridade competente quando necessária providência pertinente àquela.

Buriticupu/MA, 28 de dezembro de 2022

AFONSO BARROS BATISTA
CHEFE DE GABINETE, ORDENADOR DE DESPESA

GABINETE DO PREFEITO - TERMO DE ADITAMENTO - EXTRATO DE TERMO DE ADITAMENTO: EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO /2022**EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO**

2º (SEGUNDO) TERMO DE ADITAMENTO REFERENTE AO CONTRATO 20210143/2021. PARTES: Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA através do Gabinete do Prefeito e a empresa: **CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no CNPJ sob o nº 20.003.811/0001-53 **ESPÉCIE:** Termo de Aditamento de prazo do Contrato Supracitado. **OBJETO:** Prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica à Prefeitura Municipal de Buriticupu/MA, durante o exercício de 20 23. **DA VIGÊNCIA:** O presente termo de Aditamento entrará em vigência a partir do dia 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, pelo período de 12 (doze) meses. Valor do termo aditivo: R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais). **DA DOTAÇÃO: ÓRGÃO:** 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 04 01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO **PROJETO / ATIVIDADE:** 04.122.0002.2008 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO **CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA:** 3.3.90.39.00 OUTROS SERV. DE TERC. PESSOA JURÍDICA **BASE LEGAL:** O objeto deste termo está em consonância com a Lei 8.666/93, Art. 57, inciso II c/c § 2º. **Signatários:** Pela contratante, Sr. Afonso Barros Batista, pela contratada, Sr. Fabio Melo Maia.

Buriticupu/MA, 29 de dezembro de 2022.

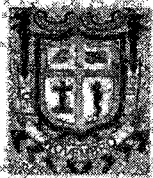
Afonso Barros Batista
Chefe de Gabinete
Ordenador de Despesas

BURITICUPU-MA
Proc. 050499/2022
Fls. 100
Rub. 111

FLS. N.º 250

PROC. N.º 009 1205

RUBRICA: *AB*



PREFEITURA MUNICIPAL DE COROATÁ - MA
PRAÇA JOSÉ SARNEY, 159 - CENTRO
CNPJ: 06.331.110/0001-12

FLS. N° 251
PROC. N° 009.12005
RUBRICA: *He*

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Declaramos por meio deste para os devidos fins legais de direito que a sociedade civil **CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, CNPJ nº 20.003.811/0001-53, executou os serviços de assessoria, consultoria e procuradoria jurídicas contratados através das concorrências nº 007/2014 e 001/2015 de maneira satisfatória, cumprindo com todas as responsabilidades, não restando nada que o desabone.

Tecnicamente, atestamos ainda que os serviços descritos nas concorrências acima de 2014 se encontram concluídos e os de 2015 em execução, atendendo ainda às especificações e exigências de acordo com os respectivos projetos básicos e normas técnicas, de forma criteriosa e satisfatória.

Coroatá (MA), 14 de agosto de 2015.


MANOEL DA CRUZ PONTE

Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

(ato por delegação de competência – Decreto Municipal nº 17/2013 de 18/01/2013)



CÂMARA MUNICIPAL DE
**SÃO BENEDITO
DO RIO PRETO**

FLS. N° 252
PROC. N° 009/2025
RUBRICA: *[assinatura]*

**ESTADO DO MARANHÃO
SÃO BENEDITO DO RIO PRETO
CÂMARA MUNICIPAL**

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a empresa **CHAVES & MAIA Advogados e Associados**, com sede na Praça José Sarney, nº 70, Centro, Coroatá-MA, inscrito no CNPJ nº 20.003.811/0001-53, executou, satisfatoriamente, serviços de assessoria e consultoria jurídica de interesse da Câmara Municipal de São Benedito do Rio Preto, através do contrato nº 005/2023- INEX 01/2023 aditivado para o exercício de 2024 por meio de termo aditivo.

Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

São Benedito do Rio Preto - MA, 20 de Dezembro de 2024.

[assinatura]
Ver. José dos Santos Sousa
Presidente

[assinatura]

PALÁCIO JURACY MAGALHÃES
São Benedito do Rio Preto - MA
Rua 25 de março, 85 | Centro | CEP: 65440-000
CNPJ: 11.915.882/0001-22
e-mail: cont@sb2011@gmail.com

COROATA

ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COROATA

PRAÇA JOSÉ SARNEY, 152 - CENTRO

CNPJ Nº. 06.331.110/0001-12

FLS. N° 253

PROC. N° 009/2005

RUBRICA: *Alc*

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Prefeitura Municipal de Coroata, ATESTA para os devidos fins de direito que o Escritório CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS, com endereço na Praça José Sarney, nº 70, Centro, Coroata/MA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.003.811/0001-53, executa serviços jurídicos de atuação consultiva e contenciosa com atendimento personalizado à Prefeitura Municipal de Coroata, através do contrato nº 182/2015/PMC/MA.

Os serviços são realizados dentro das especificações contratadas e as partes cumprem rigorosamente suas obrigações contratuais, não havendo nenhuma pendência de realização física ou financeira com relação ao objeto do contrato.

Desta forma, a Prefeitura Municipal de Coroata certifica que os serviços prestados pelo Escritório CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS, são de qualidade e segurança ao município.

Coroata (MA), 21 de junho de 2016.

Elías Gomes de Moura Neto
ELIAS GOMES DE MOURA NETO


Procurador Geral do Município

Jan

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para todos os fins de direito, e em especial para constituir documento idôneo de habilitação junto a entidades e órgãos de Administração Pública em geral, que a empresa **CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no CNPJ do Ministério da Fazenda sob o número 20.003.811/0001-53, estabelecida em PRAÇA JOSÉ SARNEY, 70 - CENTRO - COROATA - MA, CEP: 65.415-000, **DEMONSTROU IDONEIDADE E CAPACIDADE TÉCNICA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADVOCACIA, ASSESSORIA E CONSULTORIA**, fazendo-o com eficiência, responsabilidade e respeito aos dispositivos legais pertinentes.

Itaipava do Grajaú (MA), 11 de Dezembro de 2018.


Alessandro Cristiano Oliveira Castro
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
de Itaipava do Grajaú - MA

AV. DEPUTADO MERCIAL LIMA DE ARRUDA, 01 - CENTRO, ITAIPAVA DO GRAJAÚ - MA
E-mail: itaipavamelhorparatodos@hotmail.com

Just

CÂMARA MUNICIPAL DE PERI MIRIM
ESTADO DO MARANHÃO

FLS. N° 253

PROC. N° 009.1205

RUBRICA: *da*


ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA


A Câmara Municipal de Peri Mirim, na pessoa de sua presidente Luzitelmá Penha, ATESTA para os devidos fins de direito que o Escritório CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS, com endereço na Praça José Sarney, nº 70, Centro, Corcoba/MA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.003.811/0001-53, executou serviços de assessoria e consultoria jurídica de interesse da Câmara Municipal de Peri Mirim, através do contrato nº 09/PP/04/2017.

Os serviços são realizados dentro das especificações contratadas e as partes cumprem rigorosamente suas obrigações contratuais, não havendo nenhuma pendência de realização física ou financeira com relação ao objeto do contrato.

Desta forma, a Câmara Municipal de Peri Mirim certifica que os serviços prestados pelo Escritório CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS, são de qualidade e segurança.

Peri Mirim (MA), 10 de janeiro de 2018.


Município de Peri-Mirim-MA
Câmara Municipal de Peri Mirim
Sr. Luzitelmá Penha
Contratante



Penha



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRÂNDIA
CNPJ: 41.611.872/0001-73

FLS. N° 256
PROC. N° 009/2025
RUBRICA: *fls*

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Câmara Municipal de Palmeirândia, CNPJ: 41.611.872/0001-73, sediada na Av. João Pinheiro, s/n, Bairro Belira, Palmeirândia - MA CEP: 65.238-000, E-mail: cmppalmeirandia@gmail.com, atesta para os devidos fins de capacidade técnica que a empresa CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS inscrita no CNPJ: 20.003.811/0001-53, sediada na Praça José Sarney, N 70, Bairro Centro, CEP 65.415-000 - Coroatá - MA, executou os serviços de Consultoria Técnica e Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Palmeirândia - MA, celebrado através do Contrato N° 160622/2022 e processo administrativo N° 01062201/2022, conforme as características abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
1	Contratação de Pessoa Jurídica especializada na Prestação de Serviços de Consultoria Técnica e Assessoria Jurídica para atender as necessidades da Câmara Municipal de Palmeirândia/MA.	Mes	12
DESCRIÇÃO			
a)	representar em juízo ou fora dele a Câmara Municipal nas ações em que esta for Autora, Ré ou Interessada, acompanhando o andamento do processo e prestando a assistência jurídica necessária e adequada;		
b)	analisar e executar as atividades de consultoria e assessoramento em assuntos jurídicos ou judiciais, emitindo pareceres sobre questões de natureza regimental, constitucional, pública, civil e administrativa no âmbito da Câmara Municipal;		
c)	examinar e opinar sobre anteprojetos de normas e atos oficiais internos da Câmara Municipal ou de interesse desta;		
d)	propor o estabelecimento de normas legais ou regulamentos que envolvam matéria ligada à atividade fim do Poder Legislativo;		
e)	manifestar-se sobre o cumprimento de ordens e sentenças judiciais;		
f)	elaborar peças técnicas na área jurídica, defendendo os interesses da Câmara;		
g)	assistir a Câmara na elaboração e interpretação de contratos, convênios e outros instrumentos legais;		
h)	realizar estudos específicos sobre temas e problemas de interesse da Câmara;		
i)	prestar informações e esclarecimentos sobre legislação e normas no âmbito da Administração Pública;		
j)	compilar e organizar informações relativas a legislação, doutrina e jurisprudência de interesse da Câmara;		
k)	acompanhar e assessorar as reuniões legislativas e audiências públicas, emitindo pareceres, quando solicitado;		
l)	assessorar as Comissões, emitindo pareceres jurídicos a respeito das matérias sujeitas a exame;		
m)	verificar a legalidade das proposições apresentadas, dos projetos oriundos do Executivo, dos elaborados pelo Legislativo, antes da apreciação pelo Plenário e orientar a Mesa Diretora sobre eventuais medidas a serem tomadas;		
n)	examinar e opinar em questões relativas a direitos, vantagens, deveres e obrigações do pessoal da Câmara;		

Endereço: Av. João Pinheiro, s/n, Bairro Belira, Palmeirândia - MA CEP: 65.238-000

E-mail: cmppalmeirandia@gmail.com

Página 1 de 2

fls



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRÂNDIA
CNPJ: 41.611.872/0001-73

FLS. N° 557
PROC. N° 028 / 2025
RUBRICA: nta

Palmeirândia/MA, 30 de dezembro de 2022.

Dayssa Pereira Campos
Dayssa Pereira Campos
Presidente da Câmara

Endereço: Av. José Pinheiro, s/n, Bairro Beltra, Palmeirândia - MA CEP: 65.238-000
E-mail: cmppalmeirandia@gmail.com
Página 2 de 2

Dayssa

Tribunal de Contas do Estado do Maranhão

SACOP - Sistema de Acompanhamento de Contratações Públicas

MURAL DE CONTRATOS

TRIBUNAL DE CONTAS

21/01/2025 1:59 AM

Filho relacionado

Ente
Nº contrato
Data assinatura
Valor

Unidade
Nº processo
Objeto
Código funcional

Zona Financeira

Buriticupu	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DE BURITICUPU	202107141/2021	05/04/01/2021	22/06/2021	CHAVES &emp: MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS	20003811000153	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA À PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA	R\$ 54.000,00/0000
Buriticupu	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DE BURITICUPU	202107142/2021	05/04/01/2021	22/06/2021	CHAVES &emp: MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS	20003811000153	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA À PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA	R\$ 81.000,00/0000
Buriticupu	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DE BURITICUPU	202107143/2021	05/04/01/2021	22/06/2021	CHAVES &emp: MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS	20003811000153	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA À PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA	R\$ 108.000,00/0000
Buriticupu	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DE BURITICUPU	202107144/2021	05/04/01/2021	22/06/2021	CHAVES &emp: MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS	20003811000153	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA À PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU/MA	R\$ 108.000,00/0000
Vitoria	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DE VITORIA	355 / 2020	00/10/04/2020	23/08/2020	CHAVES &emp: MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS	20003811000153	Contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria em licitações e contratos administrativos da Secretaria Municipal de Administração	R\$ 47.600,00/0000
Itaipava do Graú	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DE ITAIPAVA DO GRAU	01/02/2019/PP009 / 2019	01/27/03/0001/2019	02/05/2019	CHAVES &emp: MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS	20003811000153	Contratação de serviços de assessoria e consultoria jurídica para atender as necessidades do município	R\$ 55.100,00/0000
São Domingos do Azeitão	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS DE SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO	002 / 2019	08/016 / 2019	07/01/2019	CHAVES &emp: MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS	20003811000153	prestação de serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica para exercício de 2019, neste Município de São Domingos do Azeitão	R\$ 89.840,00/0000
São Domingos do Azeitão	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO	002 / 2019	10/016 / 2019	07/01/2019	CHAVES &emp: MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS	20003811000153	prestação de serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica para exercício de 2019, neste Município de São Domingos do Azeitão	R\$ 81.480,00/0000

São Domingos do Azulão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO	02/2019	00.019/2018	07/01/2019	CHAVES & AMP. MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS	20003811000153	prestação de serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica para exercício de 2019, neste Município de São Domingos do Azulão	R\$ 58.200,000000
São Domingos do Azulão	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO	02/2019	00.019/2018	07/01/2019	CHAVES & AMP. MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS	20003811000153	prestação de serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica para exercício de 2019, neste Município de São Domingos do Azulão	R\$ 48.500,000000
São Domingos do Azulão	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E RECURSOS HUMANOS DE SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO	04/2019	00.019/2018	07/01/2019	CHAVES & AMP. MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS	20003811000153	prestação de serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica para exercício de 2019, neste Município de São Domingos do Azulão	R\$ 69.800,000000
São Domingos do Azulão	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO	04/2019	00.019/2018	07/01/2019	CHAVES & AMP. MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS	20003811000153	prestação de serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica para exercício de 2019, neste Município de São Domingos do Azulão	R\$ 81.400,000000
São Domingos do Azulão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO	04/2019	00.019/2018	07/01/2019	CHAVES & AMP. MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS	20003811000153	prestação de serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica para exercício de 2019, neste Município de São Domingos do Azulão	R\$ 58.200,000000
São Domingos do Azulão	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO	04/2019	00.019/2018	07/01/2019	CHAVES & AMP. MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS	20003811000153	prestação de serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica para exercício de 2019, neste Município de São Domingos do Azulão	R\$ 48.500,000000
Coroatã	CHEFE DE GABINETE DO MUNICÍPIO DE COROATã	16/2016	23/19/2016	15/07/2016	CHAVES & AMP. MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS	20003811000153	Contratação de serviços de advogado para prestação de serviços jurídicos de atuação consultiva e contenciosa com atendimento personalizado a Prefeitura Municipal de Coroatã	R\$ 343.000,000000
Coroatã	CHEFE DE GABINETE DO MUNICÍPIO DE COROATã	16/2016	11/07/2015	16/06/2016	CHAVES & AMP. MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS	20003811000153	CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS DE ATUAÇÃO CONSULTIVA E CONTENCIOSA COM ATENDIMENTO PERSONALIZADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE COROATã	R\$ 357.000,000000

TOTAL: 16

CONTRATO 0427001/2022

Ente: Morrois

Entidade Licitante: PREFEITURA MUNICIPAL -
05.489.935/0001-05

ID Procedimento: IN0012022

ID Contrato: IN0427001

Número Contrato/Ano: 0427001/2022

Cpf Cnpj: 20.003.817/0001-53

Número Processo/Ano: 788/2022

Data Assinatura: 27/04/2022

Data Início: 27/04/2022

Data Fim: 31/12/2022

Valor: R\$ 163.200,00

Status: Informação aceita

Objeto:

Contratação de escritório de advocacia para prestação de serviços técnicos especializados, sob a forma de patrocínio administrativo e judicial, em caráter de exclusividade, na defesa em processos legítimos em âmbito estadual e federal, sobretudo em Tribunais, incluindo órgãos administrativos como Receita Federal e Estadual, e demais medidas processuais que se fizerem necessária.

Procedimento

Ente: Morrois

Entidade Licitante: PREFEITURA MUNICIPAL -
05.489.935/0001-05

Número Processo/Ano: 788/2022

Número Procedimento/Ano: 1/2022

Data Publicação:

Número Lei/Ano: 6556/1993

Procedimento: IN - Inexigibilidade

Critério:

Finalidade: 4 - Aquisição de serviços

Sistema Pregão:

Data Adeção:

Regime Execução: 1 - Empreitada por preço global

Valor Estimado: -

Data Sessão:

CPE Autoridade: 291.408.463-34

Sanção Contratado

Entidade Contratante	Contratado	Tipo	Data Início	Data Fim	Amplitude
		Sem data			

Total Sanções: 0

Alteração Contratual

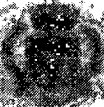
Entidade Contratante	Cpf Autoridade	Tipo Termo	Data Início	Data Fim	Valor
PREFEITURA MUNICIPAL		0	04/07/2022	31/12/2022	R\$ 120.000,00

Total Alteração Contratual: 1

Substitutivo Contrato

Entidade Contratante	Contratado	Id Contrato Pncp	Valor
		Sem data	

Total Substitutivo Contrato: 0



MORROS



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 0427001/2022

Processo Administrativo nº 788/2022

Inexigibilidade nº 001/2022

FLS. Nº 265

PROC. Nº 029/2022

RUBRICADO

Pelo presente Termo de Contrato de Prestação de Serviços, regido pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores e art. 3º-A da Lei nº 14.039/2020, que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE MORROS**, através da Secretaria Municipal de Administração, planejamento e recursos humanos, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita sob o CNPJ nº 05.489.935/0001-05, com endereço à Av. Rio Una, s/n, Centro - Morros/MA, representado pelo Secretário Municipal de Administração, o Sr. George Pinho Carvalho, brasileiro, agente político, portador do CPF nº 291.408.463-34, doravante denominado **CONTRATANTE** e a **CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, pessoa jurídica de direito privado, sociedade simples, inscrita no CNPJ sob o nº 20.003.811/0001-53, com sede à Pç. José Sarney, nº 70, Centro, CEP: 65.415-000, Coratá/MA, neste ato Fabio Melo Maia, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/MA sob o nº 6736A, com base na Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, celebram o presente Contrato mediante as cláusulas e condições seguintes:

O MUNICÍPIO DE MORROS- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita sob o CNPJ nº 05.489.935/0001-05, com endereço à Av. Rio Una, s/n, Centro - Morros/MA, representado pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos, o Sr. George Pinho Carvalho brasileiro, agente político, portador do CPF nº 291.408.463-34, doravante denominado **CONTRATANTE** e a **CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, pessoa jurídica de direito privado, sociedade simples, inscrita no CNPJ sob o nº 20.003.811/0001-53, com sede à Pç. José Sarney, nº 70, Centro, CEP: 65.415-000, Coratá/MA, neste ato representada por seu sócio, Sr. Fabio Melo Maia, brasileiro, casado, regularmente inscrito na OAB/MA sob o nº 6736A, doravante **CONTRATADO**, amparada pelas promoções integrantes do Processo Administrativo nº 788/2022 Inexigibilidade de Licitação nº 001/2022, resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviços regido pelo art. 25 II, c/c art. 13, inciso III.



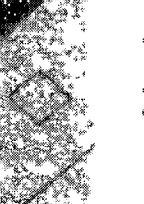
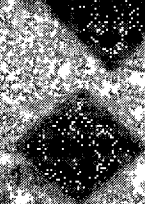
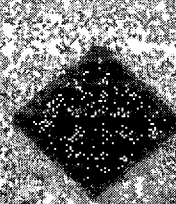
MORROS, 20 de maio de 2022.

CNPJ: 05.489.935/0001-05

Secretaria Municipal de Administração
Av. Rio Una, nº 72, Morros/MA

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Federal nº 8.666/93 e art. 39-A da Lei nº 14.039/2020 conforme as cláusulas e condições seguintes:

FLS. Nº 262
PROC. Nº 009.12025
RUBRICA: *Atu*

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Contratação de escritório de advocacia para prestação de serviços técnicos especializados, sob a forma de patrocínio administrativo e judicial, em caráter de exclusividade, na defesa em processos litigiosos em âmbito estadual e federal, sobretudo em Tribunais, incluindo órgãos administrativos como Receita Federal e Estadual, e demais medidas processuais que se fizerem necessárias para salvar e guardar os direitos e interesses do contratante, para tanto todos os atos que se fizerem necessários à plena defesa dos direitos do Município de Morros/MA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O valor global do presente contrato é de R\$ 163.200,00 (cento e sessenta e três mil e duzentos reais), a serem pagos em parcelas iguais, mensais e sucessivas, correspondentes a R\$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais), com vencimento até o dia dez do mês subsequente ao da execução dos serviços pactuados por este instrumento.

2.2. O cronograma de desembolso será realizado de forma mensal, a partir do início da prestação dos serviços, nos termos da alínea "b", inciso XIV, do art. 40, da Lei Federal nº 8.666/93.

2.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.4. Os valores previstos nesta cláusula somente poderão ser pagos pela CONTRATANTE mediante apresentação de Notas Fiscais de Serviços devidamente atestadas pela Secretaria Municipal requisitante e da apresentação de certidões de regularidade fiscal, conforme exigido neste contrato.

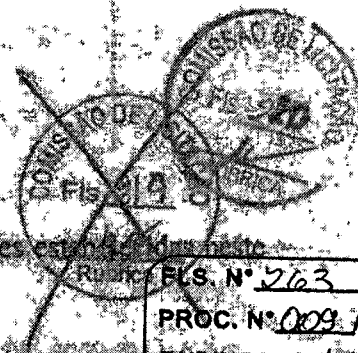
CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. O regime de execução adotado nesta contratação é o de empreitada por preço global.

3.2. A contratada ficará sujeita às seguintes condições:

3.2.1. Dar prioridade à Prefeitura Municipal de MORROS/MA, para as solicitações dos serviços contratados.

3.2.2. A cumprir fielmente os prazos processuais respectivos.



3.2.3. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência do presente contrato é de 27 de Abril de 2022 a 31 de Dezembro de 2022.

4.2. Após o término da vigência do prazo inicial deste contrato, o presente contrato poderá ser prorrogado, nos termos do Art. 57, inciso II, mediante apostilamento ou termo aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que atendidos todos os requisitos abaixo:

4.2.1. Os serviços foram prestados regularmente;

4.2.2. Não aplicação de punições de natureza pecuniária por 3 (três) vezes ou mais;

4.2.3. A Administração ainda tenha interesse na realização dos serviços;

4.2.4. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e

4.2.5. Concordância expressa da CONTRATADA pela prorrogação.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação da nota fiscal, até o décimo dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, consoante cláusula 2ª, observando:

5.1.1. O pagamento será efetuado após a prestação dos serviços, que será aferida mediante realização das medições, na forma prevista no Projeto Básico, mediante assinatura de Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada, acompanhada da respectiva Ordem de Serviço e das certidões de regularidade fiscal: Certidão Conjunta Negativa, ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa, de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União e Previdência Social, conforme Portaria RFB nº 1751, de 02 de outubro de 2014; Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante; Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto a Dívida Ativa do Estado; Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativa à atividade econômica, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante; Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto a Dívida Ativa do Município; Certificado de Regularidade de Situação do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

O pagamento será efetuado diretamente na conta que o fornecedor apresentar em sua proposta.

5.1.2. O pagamento será feito em favor da empresa contratada, através de ordem bancária na sua conta corrente, após assinatura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, emitido pela Secretaria Requisitante.

5.1.3. A Contratada deverá apresentar a respectiva Nota Fiscal/Fatura à Secretaria Requisitante, acompanhada das Certidões listadas no subitem 5.1.1, acima.

5.1.4. A Nota Fiscal/Fatura será conferida e aceita pela comissão ou servidor responsável pelo Recebimento.

5.1.5. O pagamento será efetuado após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA.

5.1.6. Não serão efetuados quaisquer pagamentos à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação em virtude de penalidades impostas ou inadimplência contratual, inclusive, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou à atualização monetária.

5.1.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP

em que:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = \frac{1}{360}$ $I = \frac{6/100}{360}$ $I = 0,00016438$

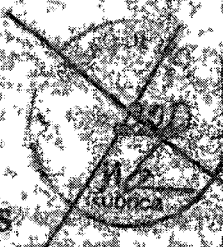
I = taxa percentual anual no valor de 6%.

5.1.8. O cronograma de desembolso será realizado de forma mensal, pelo período de vigência do presente instrumento de contrato, e partir do início da prestação dos serviços, nos termos da alínea "b", inciso XIV, do art. 40, da Lei Federal nº 8.666/93.

5.1.9. O CONTRATANTE efetuará o pagamento no valor acima descrito, que deverá ser creditado na conta corrente da CONTRATADA sob o nº 467-7, Agência 1080-4, BANCO BRADESCO, dando tudo por bom firme e válido.



MORROS



CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

6.1. O valor deste contrato poderá ser reajustado, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

FLS. N° 265
PROC. N° 009/2025
RUBRICA: *Alc*

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. A Despesa com a execução do objeto do presente contrato, será atendida pela dotação orçamentária, constante do exercício de 2022, a saber:

2 PREFEITURA MUNICIPAL DE MORROS
02 PODER EXECUTIVO
02 04 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
02 04 000 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
02 Judiciário
02 061 Ação Judiciária
02 061 0003 GESTÃO DA POLÍTICA ADMINISTRATIVA
02 061 361 0003 2007 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIV. JURÍDICAS DA PGM
Classificação Econômica: 3.3.90.35.00 Serviços De Consultoria
Fonte: 1.500,00

CLÁUSULA OITAVA - DAS GARANTIAS

8.1. A Contratada responsabiliza-se pela prestação dos serviços ora contratados e, também, pelo recolhimento de impostos, taxas e seguros, e, principalmente, no cumprimento dos prazos de entrega dos mesmos.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis:

- I - Advertências;
- II - Multa;
- III - Suspensão temporária para licitar e contratar com a contratante;
- IV - Declaração de inidoneidade.

9.2. A penalidade de advertência será aplicada em caso de falta ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causarem prejuízo à contratante e será publicada na imprensa oficial (art. 6º, XIII, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores).

9.3. A contratada sujeitar-se-á a multa de 0,3% (três décimas por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, cobrada em dobro a partir do 31º (trigesimo primeiro) dia de atraso, considerado o prazo estabelecido para entrega/execução deste contrato.

Handwritten signatures and stamps



MUNICÍPIO DE MORROS
CAMPUS JARDIM E TRAVESSAS

FLS. N° 266
PROC. N° 001/2025
RUBRICA: *ste*



9.4. No caso de atraso na meta/execução deste contrato por mais de 30 (trinta) dias, poderá a contratante, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a seu exclusivo critério, rescindir o contrato, podendo, inclusive, aplicar penalidades de impedimento da contratada em participar de licitações públicas realizadas pela contratante por um prazo de até 05 (cinco) anos.

9.5. As multas previstas nos incisos do subitem 9.1 desta cláusula são aplicáveis simultaneamente ao desconto previsto neste instrumento, sem prejuízo, ainda, de outras cominações previstas neste instrumento.

9.6. A multa será descontada do valor da fatura, cobrada diretamente da contratada ou ainda judicialmente.

9.7. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a contratante, pelo prazo de 05 (cinco) anos, será publicada na imprensa oficial (art. 6º, XIII, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores) e poderá ser aplicada nos seguintes casos mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à contratante:

9.7.1. Reincidência em descumprimento de prazo contratual;

9.7.2. Descumprimento total ou parcial de obrigação contratual;

9.7.3. Rescisão do contrato;

9.8. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta ao a contratada:

9.8.1. Descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos à contratante;

9.8.2. Sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

9.8.3. Tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

9.9. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 9.1 desta cláusula, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do item 9.1 desta cláusula.

9.10. As penalidades de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade, aplicadas pela contratante, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da contratada, serão publicadas na imprensa oficial (art. 6º, XIII, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores).

9.11. A penalidade de declaração de inidoneidade, implica na impossibilidade da contratada de se relacionar com a contratante.

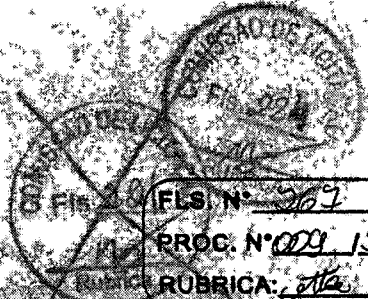
9.12. A falta de mão-de-obra qualificada para execução deste contrato, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

Geno *Amel*

www.morros.mg.gov.br
CNPJ: 06.439.032/0001-05
Cidade Administrativa Municipal
Praça da Liberdade, nº 97, Morros/MA



MUNICÍPIO DE MORROS
RUA DO COMÉRCIO, Nº 97, MORROS/MA



CLÁUSULA DECIMA - DOS CASOS DE RESCISÃO

10.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejara sua rescisão observada, para tanto, a disposição da sessão V da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO

11.1 - O presente contrato está vinculado ao processo de Inexigibilidade nº. 001/2022, Processo Administrativo nº. 613/2022.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICADA

12.1 - O presente contrato está regulado pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.1 - O Contratante se obriga a fornecer todos os dados para a publicidade de forma resumida do presente contrato na imprensa oficial nos prazos estabelecidos em Lei.

13.2 - O Contratante se obriga neste ato a efetuar o pagamento dos serviços ora pactuados no valor e no prazo estabelecido neste contrato.

13.3 - O Contratante se obriga neste ato a seguir as orientações técnicas da Contratada e fornecer todas as informações e documentos solicitados, respeitando, para tanto, os prazos estabelecidos.

13.4 - O Contratante se obriga a participar previamente a Contratada de todas as decisões que envolver as ações administrativas e judiciais que fazem parte do objeto.

13.5 - Permitir acesso de representantes credenciados da CONTRATADA às suas dependências, com o propósito de execução dos serviços contratados.

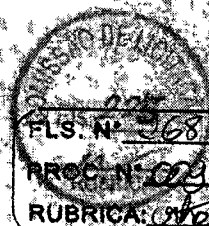
13.6 - Efetuar os pagamentos à CONTRATADA de acordo com as condições estipuladas no Contrato e emitir termo de aceitação dos serviços executados no documento de cobrança respectivo ou recusá-lo, por meio de manifestação formal, com motivação e fundamentação para justificar esta decisão.

13.7 - Promover o acompanhamento, a ampla fiscalização e auditar, sempre que julgar necessário, todos os documentos, inclusive os de natureza contábil, referentes aos serviços executados por sua conta e sob o poder da CONTRATADA.

13.8 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham ser solicitados pela CONTRATADA, relativos aos serviços contratados.



MUNICÍPIO DE MORROS



FLS. N° 225

PROC. N° 003/130755

RUBRICA: [assinatura]

13.9. Fornecer toda a documentação necessária para a realização dos estudos e levantamentos técnicos, contratos, acordos e demais instrumentos que possam auxiliar no desenvolvimento dos trabalhos descritos no Projeto Básico;

13.10. Cumprir fielmente o futuro CONTRATO, respeitando e observando suas cláusulas, zelando sempre com o adimplemento do que for devido à CONTRATADA, em seus vencimentos corretos;

13.11. Nos casos de demanda judicial, custear no prazo hábil, os valores para preparos, depósitos recursais, pagamento de custas emolumentos e outros necessários ao andamento das ações que estiverem sob o patrocínio do CONTRATADO.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Apenas após informação e autorização da contratada poderá a CONTRATANTE executar decisões concernentes ao objeto do contrato.

14.2. Após o devido processo legal, se ficar comprovada culpa ou dolo na execução do contrato por parte da Contratada será de sua responsabilidade indenizar os danos causados.

14.3. Correrão por conta da Contratada quaisquer tributos, taxas ou preços públicos porventura devidos, em decorrência da execução do contrato.

14.4. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas e previdenciários, fiscais e comerciais que poderão resultar da execução do contrato.

14.5. A Contratada assume inteira responsabilidade pela prestação dos serviços objeto do contrato.

14.6. A Contratada é obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em licitação.

14.7. Deverá manter a CONTRATADA ciente quanto aos atos processuais nas ações que compreendem o objeto do presente contrato.

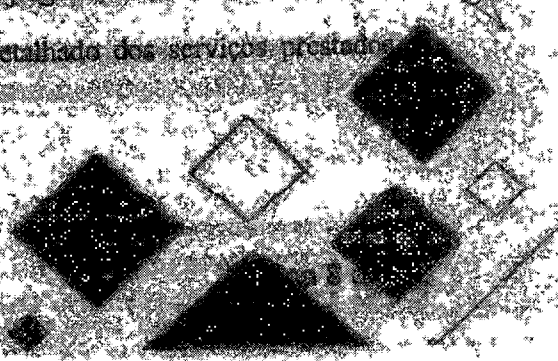
14.8. ajuizar e/ou manter as ações previstas na cláusula primeira deste contrato, e eventuais recursos delas decorrentes;

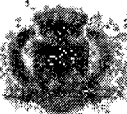
14.9. acompanhar o trâmite das ações previstas na cláusula primeira deste contrato, e eventuais recursos delas decorrentes, até o seu trânsito em julgado;

14.10. encaminhar, quando for o caso, relatório detalhado dos serviços prestados, e demais atos processuais de relevo;

MUNICÍPIO DE MORROS
CNPJ 05.459.881/0001-05
Secretaria Administrativa Municipal
Rua das Flores, nº 97, Morros, MA

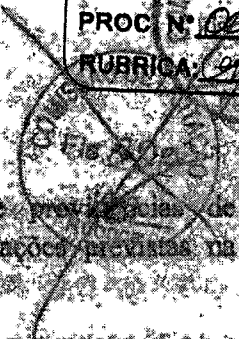
Assinatura





PREFEITURA MUNICIPAL DE
MORROS
COMUNIDADE DO PIAUÍ

FLS. N° 269
PROC. N° 024/2005
RUBRICA: [assinatura]



14.11. solicitar, em tempo hábil, as informações, documentos e providências de responsabilidade do Contratante e necessárias a boa condução das ações previstas na cláusula primeira deste contrato e eventuais recursos delas decorrentes;

14.12. comunicar, imediatamente o Contratante, qualquer fato que impeça ou dificulte o bom andamento dos serviços contratados;

14.13. Executar fielmente o objeto dentro do melhor padrão de qualidade, de forma que os serviços a serem executados mantenham todas as especificações técnicas, atendendo as exigências do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, Tribunal de Contas da União e demais normas pertinentes, cumprindo todas as especificações estabelecidas no processo de inexigibilidade de licitação;

14.15. Executar os serviços, através de mão de obra especializada, na forma preestabelecida neste instrumento, observadas as especificações técnicas e condições, inclusive com as prescrições do Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos, respondendo civil e criminalmente, pelas consequências de sua inobservância total ou parcial;

14.16. Fornecer mão-de-obra profissional qualificada e habilitada;

14.17. Assumir todas as despesas relativas a pessoal e quaisquer outras oriundas, derivadas ou conexas com o contrato, tais como: salários, encargos sociais e trabalhistas e eventuais passivos, impostos, alimentação do seu pessoal, deslocamentos de funcionários, equipamentos de proteção individual e coletiva, tributos, seguros, taxas e serviços, licenças em repartições públicas, registros, autenticações do contrato, etc., e ficando, ainda, para todos os efeitos legais, declarada pela contratada a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e a contratante;

14.18. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas decorrentes de impostos, despesas com mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, seguros e outras despesas que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços objeto desta instrumento;

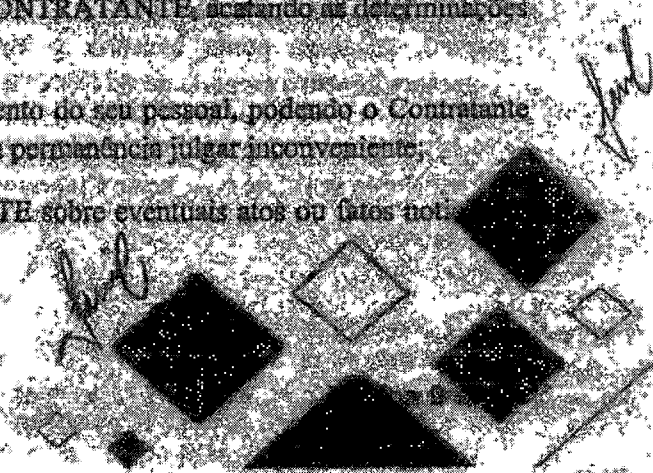
14.19. Utilizar de forma privativa e confidencial, os documentos fornecidos pelo CONTRATANTE para a execução do Contrato;

14.20. Submeter-se a fiscalização por parte do CONTRATANTE, acatando as determinações e especificações contidas neste Termo;

14.21. Responsabilizar-se pelo bom comportamento do seu pessoal, podendo o Contratante exigir a imediata substituição de profissional cuja permanência julgar inconveniente;

14.22. Prestar esclarecimentos a CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independente de solicitação;

www.morros.ma.gov.br
CNPJ 06.498.915/0001-05
Centro Administrativo Municipal
Avenida Rio Una, N° 97, Morros/MA





MORROS
CONDOMÍNIO E TRAFEGO

FLS. N° 230

PROC. N° 009 0095

RUBRICA: *me*



14.23. Os serviços contratados, caso não satisfaçam a Fiscalização da CONTRATANTE, serão impugnados, cabendo à Contratada todo o ônus decorrente de sua re-execução direta, além das responsabilidades contratuais;

14.24. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme estabelece o art. 65, da Lei n° 8.666/93 e alterações;

14.25. Emitir Nota Fiscal de Serviços para qualquer recebimento a ser pago pela CONTRATANTE;

14.26. Responsabilizar-se por eventuais danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento da Administração;

14.27. Assumir integral responsabilidade pela direção e supervisão dos trabalhos garantindo a execução dos serviços de acordo com as condições ajustadas;

14.28. Comunicar verbalmente, de imediato, e confirmar por escrito a CONTRATANTE a ocorrência de qualquer fato impeditivo dos serviços;

14.29. Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente ou por seus empregados ou prepostos, à contratante ou a terceiros;

14.30. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços objeto do presente termo, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas processo de inexigibilidade, ficando claro que a ação ou omissão total ou parcial da fiscalização da CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à execução dos serviços;

14.31. Manter, durante todo o período de vigência da contratação, todas as condições e qualificações exigidas no processo de inexigibilidade de licitação;

14.32. Promover a execução do serviço dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

14.33. Comunicar imediatamente à Contratante quaisquer alterações ocorridas no endereço, e-mail, telefone, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência e pagamento da CONTRATADA;

14.34. Em nenhuma hipótese poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente Contrato;



MORROS



FLS. N° 221
PROC. N° 001/2025
RUBRICA: ALB

14.35. Desde já a CONTRATADA indeniza a Contratante, a desconta o valor correspondente aos danos ou prejuízos citados acima diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa;

14.36. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto a CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato;

14.37. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do(s) Fiscal(is) do Contrato e do Gestor do Contrato inerentes à execução do objeto contratual;

14.38. Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, devendo saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

14.39. Ajuizar a ação prevista na cláusula primeira deste contrato e eventuais recursos dela decorrentes;

14.40. Acompanhar o trâmite das ações previstas na cláusula primeira e eventuais recursos delas decorrentes, até o seu trânsito em julgado;

14.41. Encaminhar, quando instado a tanto, relatório detalhado dos serviços prestados e demais atos processuais de relevo;

14.42. Solicitar, em tempo hábil, as informações, documentos e providências de responsabilidade do contratante e necessárias à boa condução da ação prevista na cláusula primeira, e eventuais recursos dela decorrentes;

14.43. Comunicar, imediatamente o contratante, qualquer fato que impeça ou dificulte o bom andamento dos serviços contratados;

14.44. O contratado deverá manter, ao longo do processo, registro perante a Ordem dos Advogados do Brasil, na forma da Lei nº 8.906/94 (Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil - EOAB), de acordo com as condições adiante estabelecidas;

14.45. O Contratado deverá possuir estrutura mínima que viabilize a boa prestação dos serviços, notadamente dispor de escritório instalado, com possibilidade de comunicação por meio telefone/fax e internet, e deve possuir em seus quadros funcionais 3 ou mais advogados, além de equipe de apoio;

14.46. Constituem direitos da contratada perceber o valor ajustado na forma e prazos convenencionados;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

15.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada para esse fim.

15.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.4. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste contrato.

15.5. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar a autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual a produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

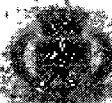
15.6. A conformidade dos serviços deverá ser verificada juntamente ao documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas.

15.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

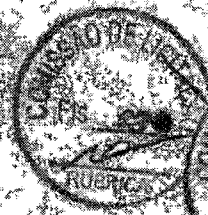
15.8. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejara a aplicação de sanções administrativas, previstas no Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.9. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.10. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto, utilizando o Instrumento de Medição de Resultado, ou outro instrumento substituto.



MORROS



FLS. N° 273
PROC. N° 008.005
RUBRICA: *[assinatura]*

avaliação da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o recebimento do pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.11. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.12. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer a CONTRATADA a correção das falhas, falhas e irregularidades constatadas.

15.13. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.14. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.15. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.16. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.17. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.18. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente ao documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido no Projeto Básico e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

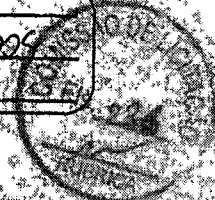


MORROS

FLS. N° 279

PROC. N° 009/2022

RUBRICA: *etc*



15.19. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

16.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

em que:

EM - Encargos moratórios;

N - Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP - Valor da parcela em atraso;

I - Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{1}{360} \times \frac{6}{100} \times 1 = 0,00016438$$

I - taxa percentual anual no valor de 6%.

16.2. Caso o pagamento devido seja antecipado pelo CONTRATANTE, o respectivo montante sofrerá desconto proporcional nas mesmas condições estabelecidas no subitem anterior.

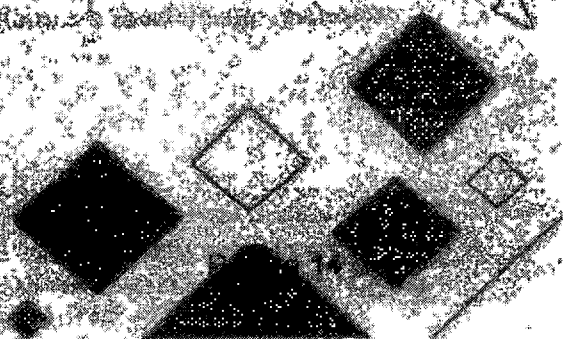
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

17.1. Obriga-se a CONTRATADA a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas processo de inexigibilidade de licitação nº 001/2022 e neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA TROCA EVENTUAL DE DOCUMENTOS

18.1. A troca eventual de documentos entre a contratante e a contratada, será realizada através de protocolo.

18.1.1. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos.





MORROS



FLS. N° 225
PROC. N° 004.2025
RUBRICA: etc

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

19.1 Este Contrato entrará em vigor após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial, cabendo ao CONTRATANTE mandar providenciar esta publicação no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados a partir do quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1. Para dirimir qualquer dúvida oriunda do presente contrato, fica eleito o foro da Comarca de Morros/MA.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente contrato em duas vias datilografadas todas de igual forma e teor, contratante e contratada, na presença de duas testemunhas, a tudo presentes.

MORROS (MA), 27 de Abril de 2022.

George Pinho Carvalho

Secretaria Municipal de Administração, planejamento
e recursos humanos

CNPJ: 05.489.935/0001-05

George Pinho Carvalho

CPF: 291.408.463-34

CONTRATANTE

[Signature]

CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS

CNPJ: 20.803.811/0001-33

Felipe Melo Maia

OAB/MA n° 6736A

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

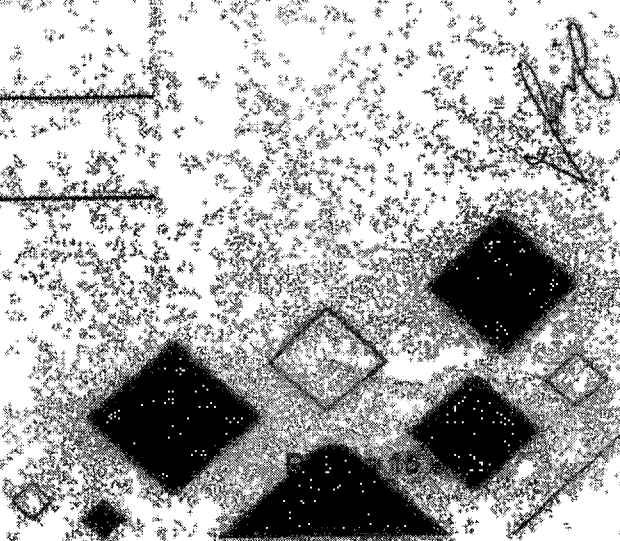
01. _____

CPT N° _____

02. _____

CPF N° _____

www.morros.ma.gov.br
CNPJ: 05.489.935/0001-05
Governo Administrativo Municipal
Avenida Rio Una, 21, 97, Morros/MA





FLS. N° 276

PROC. N° 009/19025

RUBRICA: *[assinatura]*

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPAVA DO GRAJAÚ - MA
CNPJ: 01.612.546/0001-66

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01.1201.0008/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2018

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM

DATA: 01/02/2018

HORÁRIO: 16:00 HORAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001.14032018/PP0102018

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPAVA
DO GRAJAÚ - MA E A EMPRESA CHAVES
& MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS CNPJ:
20.003.811/0001-53, PARA O FIM QUE
ESPECIFICA.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPAVA DO GRAJAÚ**, CNPJ nº 01.612.546/0001-66 localizada na Av. Deputado Mercial Lima De Arruda, 01 - Centro - ITAIPAVA DO GRAJAÚ - MA, deste ato representa, pelo Prefeito Municipal, Sr. João Gonçalves de Lima Filho, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e do outro lado da empresa **CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS** CNPJ: 20.003.811/0001-53, Endereço PCA DRº JOSE SARNEY, nº 70 centro COROATÁ - MA - CEP 65.415-000, neste ato representado pelo procurador legal o Senhor **FABIO MELO MAIA** - OAB/MA 6736-A, portador do CPF nº 605.917.812-04, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 01.1201.0008/2018, e proposta apresentada, que passam a integrar este instrumento, independente de transcrição, na parte em que com este não conflitar, resolvem de comum acordo, celebrar o presente Contrato, regido pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços de assessoria e consultoria jurídica para atender as necessidades do município, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

CLAUSULA II - DO PRAZO DE VIGENCIA

**AV. DEPUTADO MERICIAL LIMA DE ARRUDA, 01 - CENTRO,
ITAIPAVA DO GRAJAÚ - MA.**

E-mail: itaipavamelhorparatodos@hotmail.com

[assinatura]



FLS. N° 577
PROC. N° 009.12025
RUBRICA: *[assinatura]*

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPAVA DO GRAJAÚ - MA
CNPJ: 01.612.546/0001-66

2.1. O prazo de vigência será da data de sua assinatura pelo período de 11 (onze) meses, podendo ser prorrogado a critério da contratante nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLAUSULA III - PAGAMENTO E COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

3.1. Pela perfeita execução do objeto licitado, a Contratante efetuará o pagamento do preço proposto pela licitante vencedora, mensalmente, em moeda corrente, mediante ordem bancária, até a data do vencimento, atestados os serviços pela Administração, desde que não haja fato impeditivo provocado pela licitante vencedora;

3.2. O prazo de vencimento da fatura mensal deverá ser fixado em uma única data, preferencialmente no dia até o dia 10 (dez) de cada mês;

3.3. A fatura mensal deverá discriminar as alíquotas dos impostos e contribuições inclusos no preço;

3.4. O número do CNPJ, constante da fatura, deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação da licitação que comportará este Termo de Referência;

3.5. Ocorrendo erros na fatura ou circunstâncias que impeçam a liquidação das despesas, a licitante vencedora será oficialmente comunicada pela Administração, e a partir daquela data o pagamento ficará suspenso até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. O prazo para pagamento iniciará-se após a regularização da situação e reapresentação da fatura;

3.6. Caso a identificação de cobrança indevida ocorra após o pagamento da fatura, o fato será informado à licitante vencedora para que seja efetuada a devolução do valor correspondente no próximo documento de cobrança;

3.7. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

CLAUSULA IV - DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

4.1. Os serviços deverão ser prestados em estrita conformidade com o Anexo I e Termo de Referência, disposto no anexo VIII.

CLAUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1. A licitante vencedora CONTRATADA obrigará-se a prestar os serviços, objeto da presente licitação, bem como:

1. Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços ora contratados;

AV. DEPUTADO MERCIAL LIMA DE ARRUDA, 01 - CENTRO,
ITAIPAVA DO GRAJAÚ - MA.
E-mail: itaipavamelhorparatados@hotmail.com

[assinatura]



FLS. N° 278
PROC. N° 009/2025
RUBRICA: <i>ita</i>

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPAVA DO GRAJAÚ - MA
CNPJ: 01.612.546/0001-66

- II. Atender às solicitações para sanar falhas ou quaisquer problemas na prestação dos serviços contratados, que porventura venham a ocorrer, devendo solucioná-las em até 24 (vinte e quatro) horas;
- III. Entregar, mensalmente na Sede da Administração, a fatura do serviço e respectivo detalhamento dos serviços prestados;
- IV. Não divulgar nem fornecer dados ou informações obtidas em razão do contrato, nem utilizar o nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPAVA DO GRAJAÚ/MA para fins comerciais ou campanha publicitária, salvo com a autorização prévia e formal da Presidente.

CLAUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. O CONTRATANTE obrigará-se a:

- a) permitir acesso dos empregados da CONTRATADA, devidamente identificados, às suas dependências para execução de serviços referentes ao objeto previsto neste Termo, quando necessários;
- b) prestar as informações e os esclarecimentos relativos objeto deste Termo, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- c) assegurar-se da boa qualidade na prestação de serviços pela CONTRATADA;
- d) fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, inclusive quanto a não interrupção dos serviços prestados;
- e) acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços e do contrato;
- f) efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

CLAUSULA VII - DO VALOR MÁXIMO

7.1. Valor máximo mensal R\$ 9.200,00 (nove mil e duzentos reais)

7.2 Valor máximo pelo período de 11(onze) meses: R\$ 101.200,00 (cento e um mil e duzentos reais)

Item	Objeto da licitação	Meses	Valor mensal	Valor anual
1	Execução dos serviços de assessoria e consultoria jurídica englobando as seguintes tarefas:			
	a. Serviços de Consultoria Técnica e Assessoria Jurídica na defesa dos interesses do Município perante os órgãos da Justiça Estadual, Federal e Trabalhista			

AV. DEPUTADO MERCIAL LIMA DE ARRUDA, 01 - CENTRO,
ITAIPAVA DO GRAJAÚ - MA
E-mail: itaipavamelhorparatodos@hotmail.com

Handwritten signature



FLS. N° 279

PROC. N° 009/2005

RUBRICA: ita

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPAVA DO GRAJAÚ - MA
CNPJ: 01.612.546/0001-66

	b. Assessoria e consultoria de serviços advocatícios em geral, mediante representação e defesa dos interesses do município de Itaipava do Grajaú e suporte ao quadro de assessores e secretariados do município, podendo acompanhar, intervir ou promover todas as ações de interesse do município, com os respectivos incidentes e recursos, em sede administrativa e judicial, em primeira, segunda e instâncias superiores.			
	<u>Primeira Instância:</u> Comarca de Grajaú, Vara do Trabalho em Grajaú, Seção Judiciária do Maranhão (São Luís/MA);	11	9.200,00	R\$ 101.200,00
	<u>Segunda Instância:</u> Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (São Luís/MA); Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (São Luís/MA);			
	Tribunal Regional Federal de 1ª Região (Brasília/DF);			
	<u>Instância Superior:</u> Superior Tribunal Federal; Superior Tribunal de Justiça; Tribunal Superior do Trabalho.			

CLAUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente Pregão ou deixar de cumprir as obrigações assumidas, ficará sujeita às penalidades previstas no art. 7º, da Lei nº 10.520/2002, bem como, as dos arts. 86 e 87, da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

- a) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor homologado por atraso injustificado na prestação dos serviços, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002;
- b) pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:
 - b.1) advertência;
 - b.2) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor homologado;

AV. DEPUTADO MERCIAL LIMA DE ARRUDA, 01 - CENTRO,
ITAIPAVA DO GRAJAÚ - MA

E-mail: itaipavamelhorparatodos@hotmail.com



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPAVA DO GRAJAÚ - MA
CNPJ: 01.612.546/0001-66

b.3) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
b.4) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

CLÁUSULA IX - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

9.1 As alterações necessárias ao fiel cumprimento do objeto deste contrato, serão efetuadas na forma e condições do Art. 65 da Lei 8.666/93, e alterações posteriores, formalizadas previamente por Termo Aditivo.

CLÁUSULA X - DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 Para fazer face as despesas decorrentes da execução da presente Licitação, serão utilizados recursos nas dotações orçamentárias abaixo, constante do orçamento vigente:

03 - SECRETARIA M. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. PATRIM. E FINANÇAS

04.122.0052.2007.0000 Manutenção da Sec. de Administração Plan. Patrimônio e Finanças

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 3.3.90.39.00

CLÁUSULA XI - DA RESPONSABILIDADE CIVIL

11.1 A CONTRATADA responderá por perdas e danos que vier a sofrer a CONTRATANTE, ou terceiros, razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, da CONTRATADA ou de seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais, a que estiver sujeita.

CLÁUSULA XII - DA RESCISÃO

A inexecução, total ou parcial, deste Contrato ensejará a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Constituem motivos para rescisão de pleno direito do presente Contrato, as hipóteses elencadas no art. 78 da Lei 8.666/93.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A rescisão do presente Contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos

AV. DEPUTADO MERCIAL LIMA DE ARRUDA, 01 - CENTRO,

ITAIPAVA DO GRAJAÚ - MA.

E-mail: itaipavamalhorparatodos@hotmail.com

João



FLS. N° 281
PROC. N° 009/2025
RUBRICA: *[assinatura]*

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPAVA DO GRAJAÚ - MA
CNPJ: 01.612.546/0001-66

enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei n.º 8.666/93, devendo ser procedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade superior.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - Este Contrato poderá ser rescindido por convenção das partes, sem qualquer sanção ou penalidade, reduzido a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

SUBCLÁUSULA QUARTA - Fica ainda assegurado a CONTRATANTE, o direito a rescisão unilateral deste Contrato independentemente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial, nos seguintes casos:

- a) Para atender o interesse e conveniência administrativa, mediante comunicação à Contratada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, desde que seja efetuado o pagamento do produto efetivamente entregue até a data da rescisão;
- b) descumprimento de qualquer determinação da CONTRATANTE, feita em base contratual;
- c) transferência do objeto deste Contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem autorização prévia e expressa da CONTRATANTE;
- d) desatendimento das determinações regulares de representantes que forem designados pela CONTRATANTE para acompanhar, na qualidade de fiscal, a entrega do objeto;
- e) cometimento reiterado de falhas causadas na entrega do objeto.

CLÁUSULA XIII - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

13.1. O presente contrato poderá ser rescindido com fulcro no que preceitua a Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

13.2. - O Edital de Pregão Presencial n.º 010/2018 e seus anexos, fazem parte integrante e inseparável do presente instrumento contratual.

13.3 Fica eleito o Fórum da Comarca de Itaipava do Grajaú/MA, com expressa renúncia de qualquer outro ainda que mais privilegiado, para todo e qualquer procedimento judicial decorrente deste contrato.

E por estarem assim ajustados, combinados e contratados, as partes formam o presente termo em três vias de igual teor e forma, para um só efeito, o que fazem na presença das testemunhas abaixo assinadas que a tudo presenciaram.

ITAIPAVA DO GRAJAÚ(MA), 14 de março de 2018.

AV. DEPUTADO MERCIAL LIMA DE ARRUDA, 01 - CENTRO,
ITAIPAVA DO GRAJAÚ - MA
E-mail: itaipavamelhorparatodos@hotmail.com

[assinatura]



FLS. N° 282
PROC. N° 029/2015
RUBRICA: *de*

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPAVA DO GRAJAÚ - MA
CNPJ: 01.612.546/0001-66

João Gonçalves de Lima Filho
JOÃO GONÇALVES DE LIMA FILHO
CONTRATANTE
Prefeito Municipal

Fábio Melo Maia
CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ: 20.003.811/0001-53
Representante legal: **FABIO MELO MAIA - OAB/MA 6736-A**
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

CPF N°

CPF N°

Av. Eugênio Guabiraba, 02 - Centro, Itaipava do Grajaú - MA.
E-mail: Itaipavamelhorparatodos@hotmail.com

10/09/2017
CONTRATO ATIVA 2



FLS. N° 283

PROC. N° 009 12025

RUBRICA: *[assinatura]*

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPAVA DO GRAJAÚ - MA
CNPJ: 01.612.546/0001-66

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01.2703.0001/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM

DATA: 23/04/2019

HORÁRIO: 09:00 HORAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001.02052019/PP0092019

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPAVA
DO GRAJAÚ - MA E A EMPRESA CHAVES
& MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS CNPJ:
20.003.811/0001-53, PARA O FIM QUE
ESPECIFICA.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPAVA DO GRAJAÚ**, CNPJ n.º 01.612.546/0001-66 localizada na Av. Deputado Mercial Lima De Arruda, 01 - Centro - ITAIPAVA DO GRAJAÚ - MA, deste ato representa, pelo Prefeito Municipal, Sr. João Gonçalves de Lima Filho, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e do outro lado da empresa **CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS** CNPJ: 20.003.811/0001-53, Endereço PCA DRº JOSE SARNEY, n.º 70 centro, COROATÁ - MA - CEP 65.415-000, neste ato representado pelo procurador legal o Senhor **FABIO MELO MAIA** - OAB/MA 6736-A, portador do CPF n.º 605.917.812-04, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n.º 01.2703.0001/2019, e proposta apresentada, que passam a integrar este instrumento, independente de transcrição, na parte em que com este não conflitar, resolvem de comum acordo, celebrar o presente Contrato, regido pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços de assessoria e consultoria jurídica para atender as necessidades do município, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

CLAUSULA II - DO PRAZO DE VIGENCIA

AV. DEPUTADO MERICIAL LIMA DE ARRUDA, 01 - CENTRO,
ITAIPAVA DO GRAJAÚ - MA.
E-mail: itaipavamelhorparatodos@hotmail.com

[assinatura]



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPAVA DO GRAJAÚ - MA.
CNPJ: 01.612.546/0001-66

FLS. N° 284
PROC. N° 009 1.2025
RUBRICA: *Ita*

2.1. O prazo de vigência será da data de sua assinatura pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado a critério da contratante nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLAUSULA III - PAGAMENTO E COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

3.1. Pela perfeita execução do objeto licitado, a Contratante efetuará o pagamento do preço proposto pela licitante vencedora, mensalmente, em moeda corrente, mediante ordem bancária, até a data do vencimento, atestados os serviços pela Administração, desde que não haja fato impeditivo provocado pela licitante vencedora;

3.2. O prazo de vencimento da fatura mensal deverá ser fixado em uma única data, preferencialmente no dia até o dia 10 (dez) de cada mês;

3.3. A fatura mensal deverá discriminar as alíquotas dos impostos e contribuições inclusos no preço;

3.4. O número do CNPJ, constante da fatura, deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação da licitação que comportará este Termo de Referência;

3.5. Ocorrendo erros na fatura ou circunstâncias que impeçam a liquidação das despesas, a licitante vencedora será oficialmente comunicada pela Administração, e a partir daquela data o pagamento ficará suspenso até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. O prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e reapresentação da fatura;

3.6. Caso a identificação de cobrança indevida ocorra após o pagamento da fatura, o fato será informado à licitante vencedora para que seja efetuada a devolução do valor correspondente no próximo documento de cobrança;

3.7. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

CLÁUSULA IV - DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

4.1. Os serviços deverão ser prestados em estrita conformidade com o Anexo I e Termo de Referência, disposto no anexo VIII.

CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1. A licitante vencedora CONTRATADA obrigou-se a prestar os serviços, objeto da presente licitação, bem como:

I. Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços ora contratados;

Av. Deputado Mercal Lima de Arruda, 01 - Centro,
ITAIPAVA DO GRAJAÚ - MA.
E-mail: itaipavamelhorparatodos@hotmail.com

Ita



FLS. N° 235
PROC. N° 009 15025
RUBRICA: *[assinatura]*

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPAVA DO GRAJAÚ - MA
CNPJ: 01.612.546/0001-66

- II. Atender às solicitações para sanar falhas ou quaisquer problemas na prestação dos serviços contratados, que porventura venham a ocorrer, devendo solucioná-las em até 24 (vinte e quatro) horas;
- III. Entregar, mensalmente na Sede da Administração, a fatura do serviço e respectivo detalhamento dos serviços prestados;
- IV. Não divulgar nem fornecer dados ou informações obtidas em razão do contrato, nem utilizar o nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPAVA DO GRAJAÚ/MA para fins comerciais ou campanha publicitária, salvo com a autorização prévia e formal da Presidente.

CLAUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. O CONTRATANTE obrigará-se a:

- permitir acesso dos empregados da CONTRATADA, devidamente identificados, às suas dependências para execução de serviços referentes ao objeto previsto neste Termo, quando necessários;
- prestar as informações e os esclarecimentos relativos objeto deste Termo, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- assegurar-se da boa qualidade na prestação de serviços pela CONTRATADA;
- fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, inclusive quanto a não interrupção dos serviços prestados;
- acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços e do contrato;
- efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

CLAUSULA VII - DO VALOR MÁXIMO

7.1. Valor máximo mensal R\$ 9.300,00 (nove mil e duzentos reais)

7.2. Valor máximo pelo período de 07 (sete) meses: R\$ 65.100,00 (cento e um mil e duzentos reais)

Item	Objeto da licitação	Meses	Valor mensal	Valor anual
1	Execução dos serviços de assessoria e consultoria jurídica englobando as seguintes tarefas:			
	a. Serviços de Consultoria Técnica e Assessoria Jurídica na defesa dos interesses do Município perante os órgãos da justiça Estadual, Federal e Trabalhista			

Av. Deputado Mercal Lima de Arruda, 01 - Centro,
ITAIPAVA DO GRAJAÚ - MA.
E-mail: itaipavamelhorparatodos@hotmail.com

[assinatura]



FLS. N° 286
PROC. N° 009.12025
RUBRICA: *Ass*

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPAVA DO GRAJAÚ - MA
CNPJ: 01.612.546/0001-66

b. Assessoria e consultoria de serviços advocatícios em geral, mediante representação e defesa dos interesses do município de Itaipava do Grajaú e suporte ao quadro de assessores e secretariados do município, podendo acompanhar, intervir ou promover, todas as ações de interesse do município, com os respectivos incidentes e recursos, em sede administrativa e judicial, em primeira, segunda e instâncias superiores.			
<u>Primeira Instância:</u> Comarca de Grajaú, Vara do Trabalho em Grajaú, Seção Judiciária do Maranhão (São Luís/MA);	07	9.300,00	R\$ 65.100,00
<u>Segunda Instância:</u> Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (São Luís/MA); Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (São Luís/MA);			
Tribunal Regional Federal de 1ª Região (Brasília/DF);			
<u>Instância Superior:</u> Superior Tribunal Federal; Superior Tribunal de Justiça; Tribunal Superior do Trabalho.			

CLAUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente Pregão ou deixar de cumprir as obrigações assumidas, ficará sujeita às penalidades previstas no art. 7º, da Lei nº 10.520/2002, bem como, as dos arts. 86 e 87, da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

a) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor homologado por atraso injustificado na prestação dos serviços, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002;

b) pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

b.1) advertência;

b.2) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor homologado;

Av. Deputado Marcial Lima de Arruda, 01 - Centro
ITAIPAVA DO GRAJAÚ - MA
E-mail: itaipavamelhorparatodos@hotmail.com

Ass



FLS. N° 287
PROC. N° 008 12025
RUBRICA: <i>Ass</i>

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPAVA DO GRAJAÚ - MA
CNPJ: 01.612.546/0001-66

b.3] suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
b.4) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

CLÁUSULA IX - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

9.1 As alterações necessárias ao fiel cumprimento do objeto deste contrato, serão efetivadas na forma e condições do Art. 65 da Lei 8.666/93, e alterações posteriores, formalizadas previamente por Termo Aditivo.

CLÁUSULA X - DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 Para fazer face às despesas decorrentes da execução da presente licitação, serão utilizados recursos nas dotações orçamentárias abaixo, constante do orçamento vigente:

03 - SECRETARIA M. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. PATRIM. E FINANÇAS

Manutenção das Atividades da Assessoria Jurídica
04.092.0474.2005.0000

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 3.3.90.39.00

CLÁUSULA XI - DA RESPONSABILIDADE CIVIL

11.1 A CONTRATADA responderá por perdas e danos que vier a sofrer a CONTRATANTE, ou terceiros, razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, da CONTRATADA ou de seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais, a que estiver sujeita.

CLÁUSULA XII - DA RESCISÃO

A inexecução, total ou parcial, deste Contrato ensejará a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Constituem motivos para rescisão de pleno direito do presente Contrato, as hipóteses elencadas no art. 78 da Lei 8.666/93.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A rescisão do presente Contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

Av. Deputado Mercal Lima de Arruda, 01 - Centro,
ITAIPAVA DO GRAJAÚ - MA.
E-mail: itaipavamelhoreparatodos@hotmail.com



FLS. N° 288

PROC. N° 008.12025

RUBRICA: *de*

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPAVA DO GRAJAÚ - MA
CNPJ: 01.612.546/0001-66

devendo ser procedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade superior.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - Este Contrato poderá ser rescindido por convenção das partes, sem qualquer sanção ou penalidade, reduzido a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

SUBCLÁUSULA QUARTA - Fica ainda assegurado a CONTRATANTE, o direito à rescisão unilateral deste Contrato independentemente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial, nos seguintes casos:

- a) Para atender o interesse e conveniência administrativa, mediante comunicação à Contratada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, desde que seja efetuado o pagamento do produto efetivamente entregue até a data da rescisão;
- b) descumprimento de qualquer determinação da CONTRATANTE, feita em base contratual;
- c) transferência do objeto deste Contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem autorização prévia e expressa da CONTRATANTE;
- d) desatendimento das determinações regulares de representantes que forem designados pela CONTRATANTE para acompanhar, na qualidade de fiscal, a entrega do objeto;
- e) cometimento reiterado de falhas causadas na entrega do objeto.

PARÁGRAFO ÚNICO: Em caso de rescisão Administrativa ficam reconhecidos os direitos da Administração, prevista no art. 77 da Lei 8666/93, bem como na legislação especial no que couber.

CLÁUSULA XIII - DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

13.1 A CONTRATADA se obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

CLÁUSULA XIV - FISCAL DE CONTRATO

14.1 A CONTRATANTE designará um FISCAL DE CONTRATO ou EQUIPE DE FISCAIS, conforme o caso, o qual promoverá o acompanhamento da prestação de serviços e a fiscalização do contrato, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma, conforme Artigo 58, inciso III, c/c Artigo 67, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93.

Av. Deputada Mercal Lima de Arruda, 01 - Centro,
ITAIPAVA DO GRAJAÚ - MA.
E-mail: itaipavamelhorparatodos@hotmail.com



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPAVA DO GRAJAÚ - MA
CNPJ: 01.612.546/0001-66

FLS. N° 289
PROC. N° 009/2005
RUBRICA: *de*

14.2. Aplicam-se, subsidiariamente as disposições constantes da SEÇÃO V da Lei nº 8.666/93, que versa sobre inexecução e rescisão dos contratos administrativos celebrados com a Administração Pública.

14.3 Ficam ressalvadas as demais sanções administrativas aplicáveis aos Contratos Administrativos, conforme disciplinam aos arts. 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA XV - DA SUBCONTRACÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

15.1. A CONTRATADA não poderá subcontratar total ou parcialmente o objeto deste Contrato, bem como cedê-lo ou transferi-lo, no todo ou em parte, sob pena de imediata rescisão e aplicação das sanções administrativas cabíveis.

CLÁUSULA XVI - DOS CASOS OMISSOS

16.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/2012, Decreto Municipal nº 008/2017 e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA XVII - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

17.1. O presente contrato poderá ser rescindido, com fulcro no que preceitua a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

17.2. - O Edital do Pregão Presencial nº 009/2019 e seus anexos, fazem parte integrante e inseparável do presente instrumento contratual.

17.3 Fica eleito o Fórum da Comarca de Itaipava do Grajaú/MA, com expressa renúncia de qualquer outro ainda que mais privilegiado, para todo e qualquer procedimento judicial decorrente deste contrato.

E por estarem assim ajustados, combinados e contratados, as partes formam o presente termo em três vias de igual teor e forma, para um só efeito, o que fazem na presença das testemunhas abaixo assinadas que a tudo presenciaram.

ITAIPAVA DO GRAJAÚ(MA), 02 de maio de 2019.

Av. Deputado Mercal Lima de Arruda, 01 - Centro,
ITAIPAVA DO GRAJAÚ - MA.
E-mail: itaipavamelhorparatodos@hotmail.com

de



FLS. N° 280

PROC. N° 009/12055

RUBRICA: *[Signature]*

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPAVA DO GRAJAÚ - MA
CNPJ: 01.612.546/0001-66

JOÃO GONÇALVES DE LIMA FILHO
CONTRATANTE
Prefeito Municipal

CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ: 20.003.811/0001-53
Representante legal: FABIO MELO MAIA - OAB/MA 6736-A
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

CPF N°

CPF N°

Av. Deputado Mercal Lima de Arruda, 01 - Centro,
ITAIPAVA DO GRAJAÚ - MA.
E-mail: itaipavamelhorparatodos@hotmail.com

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA

Praca Ozimo de Carvalho, 141 - Centro
CNPJ 06.439.988/0001-76

FLS. N° 291

PROC. N° 009 12025

RUBRICA: *[assinatura]*

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO N° 355/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 00.10.08/2020

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E A EMPRESA CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIANA, por meio da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Viana, Estado do Maranhão, inscrita no CNPJ/ME sob o n° 06.439.988/0001-76, situada na Praça Ozimo de Carvalho, 141, Centro, Viana-MA, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Secretária Municipal de Administração e Planejamento a Sra. Arianne Pereira Barros, portadora do CPF n° 148.701.843-72, a seguir denominada **CONTRATANTE** e **CONTRATADA:** CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ sob o n° 20.003.811/0001-53, estabelecida na PC JOSE SARNEY, n° 70, Centro - Coroatá - MA, CEP 65.415-000, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por Fabio Melo Maia, CPF n° 605.917.812-04 **RESOLVEM** celebrar o presente Contrato, que será regido pela Dispensa de Licitação n° 027/2020, pelas disposições da Lei Federal n° 8.666/1993 e pelos princípios do direito público e demais normas pertinentes a espécie, ajustando e reciprocamente aceitando as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a Contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria em licitações e contratos administrativos da Secretaria Municipal de Administração, será parte integrante deste contrato a proposta de preços apresentada pela **CONTRATADA**, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Contratação de empresa para Prestação dos Serviços advocatícios, com o fim específico para os processos de licitações e contratos administrativos para essa prefeitura municipal de Viana-MA, englobando os seguintes serviços:

1. Assessoria/consultoria na Elaboração e/ou Revisão dos Termos de Referência;
2. Assessoria/consultoria na Elaboração e/ou Revisão das minutas de Editais e seus anexos;
3. Assessoramento jurídico a comissão Permanente de Licitação, bem como a pregoeira e Equipe de Apoio;
4. Assessoria/consultoria nas análises dos processos de dispensa e inexigibilidade de licitação;
5. Assessoria/consultoria na Elaboração das respostas dos recursos/impugnações impetrados pelas empresas licitantes;
6. Assessoria/consultoria em Elaboração dos Pareceres das diligências efetuadas pelos Órgãos de Fiscalização (Tribunal de Contas do Estado, Controladoria Geral da União, dentre Outros);
7. Assessoria/consultoria acerca da Alimentação do Sistema de Acompanhamento de Contratações Públicas (Licitações e Contratos) no site do Tribunal de Contas do Estado - SACOP;
8. Outros serviços afins.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA

Praça Ozino de Carvalho, 141 - Centro
CNPJ 06.439.988/0001-76

FLS. N° 292

PROC. N° 009 12025

RUBRICA *de*

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
02.36.04.122.0007.2157 - MANUTENÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
3390.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

PARÁGRAFO SEGUNDO - DO PAGAMENTO

Pela execução dos serviços de que trata a cláusula primeira supra, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, o valor de R\$ 47.500,00 (quarenta e sete mil e quinhentos reais), que deverá ser creditado na Conta Corrente da CONTRATADA, referente aos serviços a serem executados, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	P UNIT.	P TOTAL
1	Contratação de empresa para Prestação dos Serviços advocatícios, com o fim específico para os processos de licitações e contratos administrativos para essa prefeitura municipal de Viana-Ma.	MES	4	R\$ 11.900,00	R\$ 47.500,00

O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE no prazo de até 05 (cinco) dias mediante a apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada, acompanhada da respectiva Ordem de Serviços e dos seguintes documentos de regularidade fiscal:

a) Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos a Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

b) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela CEF - Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei nº 8.036/90);

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

I - A nota fiscal/fatura será conferida e atestada pelo responsável pelo aceite dos objetos licitados.

II - O pagamento será efetuado na Conta Corrente da CONTRATADA.

III - O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

IV - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, pelo descumprimento deste Contrato, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou à atualização monetária.

V - Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas ao contratado ou inadimplência contratual.

VI - É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA

Praça Ozório de Carvalho, 141 - Centro
CNPJ 06.439.988/0001-76

FLS. N° 093

PROC. N° 009/2025

RUBRICA: *zito*

pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.

PARÁGRAFO TERCEIRO - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, de acordo com o constante no art. 65, § 1º da Lei Federal n.º 8.666/1993.

PARÁGRAFO QUARTO - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do art. 65, inciso II, alínea d, da Lei n.º 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso do contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Dentre outras atribuições decorrentes da celebração deste Contrato Administrativo para execução do objeto licitado, a Contratada se obriga a:

- a) executar os serviços licitados nas condições e nos prazos estabelecidos no Termo de Referência, contados a partir do recebimento da respectiva Ordem de Serviços expedida pelo CONTRATANTE, conforme especificações técnicas estabelecidas no Ato convocatório, no Termo de Referência e em sua Proposta de Preços, observadas as respectivas quantidades, qualidade e preços;
- b) refazer os serviços licitados reprovados no aceite provisório, por estarem em desacordo com as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência ou com a Proposta de Preços, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da respectiva Notificação;
- c) Refazer os serviços licitados em que se verificarem vícios redibitórios após a assinatura do aceite que formalizar o recebimento definitivo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da constatação do vício e as suas despesas, a critério da CONTRATANTE;
- d) não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto do Contrato;
- e) identificar seu pessoal nos atendimentos e na execução do objeto licitado;
- f) designar preposto para resolver todos os assuntos relativos à execução deste Contrato, indicando seus endereços físico e eletrônico (e-mail), telefone, celular e fac-símiles;
- g) comunicar imediatamente qualquer alteração no seu estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax e outros dados que forem importantes;
- h) responsabilizar-se pela qualidade dos serviços executados, sob pena de responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros;
- i) arcar com as despesas com transporte, carga e descarga, encargos, tributos, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e quaisquer outras despesas decorrentes da execução dos serviços;
- j) respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança do local onde serão executados os serviços objeto deste contrato;
- l) respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho;

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA

Praça Ozimo de Carvalho, 141 - Centro
CNPJ 06.439.968/0001-76

FLS. N° 294
PROC. N° 008 12055
RUBRICA <i>etc.</i>

m) responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessárias à execução deste Contrato, como única e exclusiva empregadora;

n) responsabilizar-se por quaisquer acidentes sofridos pelos empregados, quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem;

o) responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução dos serviços objeto deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

p) Além das obrigações descritas no presente contrato, a contratada deverá cumprir todas as obrigações estabelecidas no Termo de Referência;

q) manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

PARÁGRAFO SEGUNDO - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O Município de Viana, pessoa jurídica de direito público, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento obriga-se a:

a) emitir as respectivas Ordens de Serviços;

b) acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços objeto deste contrato;

c) atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução do objeto licitado, podendo recusar aquelas que não estejam de acordo com as especificações exigidas;

d) notificar a CONTRATADA para refazer os serviços objeto do contrato reprovados no recebimento provisório;

e) notificar a CONTRATADA para refazer os serviços que apresentarem vícios reditórios após a assinatura do ateste que formalizar o recebimento definitivo;

f) efetuar os pagamentos à CONTRATADA, de acordo com a forma e prazo estabelecidos, observando as normas administrativas e financeiras em vigor;

g) comunicar a CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com execução dos serviços objeto do contrato;

h) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;

i) Além das obrigações descritas no presente contrato, a contratante deverá cumprir todas as obrigações estabelecidas no Termo de Referência;

a) propor a aplicação das sanções administrativas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e findará em 31/12/2020, condicionada sua eficácia à publicação no Diário Oficial do Município.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA

Praca Ozimo de Carvalho, 141 - Centro
CNPJ 06.439.988/0001-76

FLS. N° 295

PROC. N° 009.12025

RUBRICA: *Ma*

Parágrafo único: A vigência deste termo poderá ser adiada desde que sejam cumpridos os dispostos no artigo 57 da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA fica obrigada a executar o objeto deste Contrato na forma e no prazo estabelecido no Termo de Referência, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo de execução poderá ser prorrogado, a critério do CONTRATANTE, desde que a CONTRATADA formalize o pedido por escrito e fundamentado em motivos de caso fortuito, situações imprevistas e/ou de força maior.

CLÁUSULA SEXTA - DO LOCAL DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA fica obrigada a executar o objeto deste Contrato no local estabelecido no Termo de Referência, sem ônus para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A CONTRATADA não poderá subcontratar total ou parcialmente o objeto deste Contrato, bem como ceder-lo ou transferi-lo, no todo ou em parte, sob pena de imediata rescisão e aplicação das sanções administrativas cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização deste Contrato será efetuada pelo órgão solicitante que poderá, a qualquer tempo, determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como propor a aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As ocorrências verificadas durante a execução deste Contrato serão registradas em relatório, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante o CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, imperfeições técnicas ou vícios no objeto contratado, e na ocorrência destas, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas Lei Federal nº 8.666/1993, da Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas pertinentes à espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O atraso injustificado na execução ou correção dos serviços contratados sujeitará a Contratada às seguintes multas de mora:

Multa moratória de 1% (um por cento) do valor global do Contrato, em caso de atraso de até 06 (seis) dias para a execução dos serviços a contar do prazo estipulado em cada ordem de serviço ou documento equivalente emitida, ou descumprimento de qualquer obrigação assumida.

Multa moratória de 10% (dez por cento) do valor contratado, no caso de recusa injustificada para o recebimento da ordem de serviço.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA

Praça Ozimo de Carvalho, 141 - Centro
CNPJ 06.439.988/0001-76

FLS. N° 296
PROC. N° 006 12025
RUBRICA: *rla*

PARÁGRAFO SEGUNDO - Diante da inexecução total ou parcial do Contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) advertência escrita;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas conjuntamente com a prevista na alínea "b".

PARÁGRAFO QUARTO - Se a CONTRATADA ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficando garantido o direito prévio da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Viana, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo da aplicação das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO QUINTO - Caberá ao CONTRATANTE propor a aplicação das penalidades previstas, mediante relatório circunstanciado, apresentando provas que justifiquem a proposição.

PARÁGRAFO SEXTO - Após a aplicação de qualquer penalidade será feita comunicação escrita à CONTRATADA e publicação no Diário Oficial do Estado, constando o fundamento legal, excetuadas os casos de aplicação das penalidades de advertência e multa de mora.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As multas deverão ser recolhidas no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pelo CONTRATANTE.

PARÁGRAFO OITAVO - Os valores das multas poderão ser descontados dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE ou cobrados diretamente da CONTRATADA, amigável ou judicialmente.

PARÁGRAFO NONO - Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA antes de pagas ou relevadas as multas que lhe tenham sido aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

Constituem motivos ensejadores da rescisão do presente Contrato, os enumerados no Artigo 78 da lei federal 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS COMUNICAÇÕES

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA
Praça Ozório de Carvalho, 141 - Centro
CNPJ 06.439.986/0001-76

FLS. N° 297
PROC. N° 008/1.2025
RUBRICA: *[assinatura]*

Qualquer comunicação entre as partes a respeito do presente Contrato produzirá efeitos legais se processada por publicação na imprensa oficial ou por escrito mediante protocolo, e-mail eletrônico ou outro meio de registro, não sendo necessárias as comunicações verbais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES HABILITAÇÃO

A CONTRATADA deverá manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Contrato será publicado pelo CONTRATANTE no Diário Oficial do Município, obedecendo ao prazo previsto no parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666/1993, sendo a publicação condição indispensável à sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Estadual da Comarca de Viana/MA, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Viana (MA), 25 de Agosto de 2020.

[Assinatura]
Arlene Pereira Barros
Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
CONTRATANTE

CHAVES & MAIA ADVOCADOS ASSOCIADOS
Cadastrada em
CNPJ nº 06.552.817/0001-04
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome _____
CPF _____

Nome _____
CPF _____

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE HABILITAÇÃO

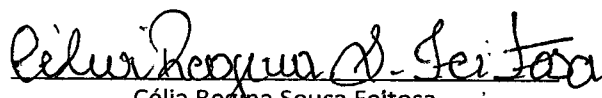
DADOS DO PROCESSO	
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	009/2025
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	005/2025
MODALIDADE:	INEXIGIBILIDADE
ÓRGÃO SOLICITANTE:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ADVOCACIA JUNTO À PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO, PARA ATUAÇÃO EM INSTÂNCIAS SUPERIORES DA JUSTIÇA COMUM (TJ, STJ E STF) E NA JUSTIÇA FEDERAL (TRF)

Aos 20 dias do mês de janeiro de 2025, na sede da Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú o agente de contratação, infra assinado, realizou análise da Documentação de Habilitação enviada para o e-mail indicado no ato convocatório, amparado na Lei 14.133/2021. Conforme conta em anexo a empresa convocada apresentou os documentos solicitados no Termo de Referência na seguinte ordem:

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO			
DESCRIÇÃO	EMISSÃO	VALIDADE	VÁLIDO?
CONTRATO SOCIAL			-
CARTÃO CNPJ			-
FICHA DE INSCRIÇÃO ESTADUAL			-
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FEDERAL			SIM
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAL			SIM
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA ESTADUAL			SIM
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAL			SIM
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL			SIM
CERTIDÃO DE REGULARIDADE COM O FGTS			SIM
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS			SIM
DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE 18 ANOS			-
CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA			SIM
BALANÇO PATRIMONIAL DOS 2 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS			-
ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA			-

Os documentos de habilitação estão em compatibilidade com o Termo de Referência e com o previsto nos artigos 62 a 68 da Lei 14.133/2021, portanto, atende plenamente aos requisitos de habilitação. Nada mais havendo a declarar devolvem-se os autos à autoridade competente para as demais providências.

Barão de Grajaú, Maranhão, 20 de janeiro de 2025


Célia Regina Sousa Feltosa
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

DESPACHO PARA PARECER DE MINUTA

DADOS DO PROCESSO	
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	009/2025
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	005/2025
MODALIDADE:	INEXIGIBILIDADE
ÓRGÃO GERENCIADOR:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ÓRGÃO(S) PARTICIPANTES(S)	-
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ADVOCACIA JUNTO À PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO, PARA ATUAÇÃO EM INSTÂNCIAS SUPERIORES DA JUSTIÇA COMUM (TJ, STJ E STF) E NA JUSTIÇA FEDERAL (TRF)
VALOR ESTIMADO:	R\$ 288.000,00 (duzentos e oitenta e oito mil reais)

Encaminhando em anexo a essa egrégia Procuradoria Jurídica os autos do processo administrativo em epígrafe, para análise jurídica da contratação bem como controle prévio de legalidade, nos termos do § 4º, do art. 53 da Lei 14.133/2021.

CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO QUE JUSTIFICA A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A contratação de serviços de assessoria e consultoria jurídica, por meio da inexigibilidade de licitação, fundamenta-se no artigo 74, inciso III, “c”, da Lei nº 14.133/2021. A justificativa para a inexigibilidade está na impossibilidade de competição, dada a singularidade técnica e a notória especialização da pessoa jurídica e de seus profissionais.

RAZÃO DA ESCOLHA DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

Conforme a documentação apresentada no processo administrativo, a pessoa jurídica e seus profissionais possuem ampla especialização na área de Direito Público, com destaque para a atuação nas instâncias superiores da Justiça Comum (TJ, STJ e STF) e da Justiça Federal (TRF). Essa especialização é corroborada pelos certificados e atestados de capacidade técnica apresentados, incluindo a experiência acumulada em diversos municípios do Estado do Maranhão. Essa trajetória confere à empresa notória especialização, adquirida por meio de sua atuação contínua e de destaque nos tribunais superiores e nas áreas relacionadas ao direito público.

Os profissionais vinculados à pessoa jurídica contratada não apenas possuem o conhecimento técnico necessário para a prestação dos serviços solicitados, mas também detêm vasta experiência adquirida. Além disso, destacam-se por sua participação ativa em processos de grande complexidade, demonstrando sua competência para atuar em litígios nas instâncias superiores e no contexto da administração pública.

A análise dos atestados de capacidade técnica, extratos de contratos e outros documentos apresentados, incluindo as certidões forenses emitidas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão e pelo Superior Tribunal de Justiça e Justiça Federal, evidencia a sólida experiência e o elevado grau de especialização dos profissionais que compõem a equipe do escritório, sendo fundamentais para a execução dos serviços jurídicos especializados que a Procuradoria-Geral do Município de Barão de Grajaú necessita para atuar nas instâncias superiores.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Embora a contratação seja formalizada por inexigibilidade, foi realizada uma pesquisa de preços para os serviços pretendidos, utilizando outros processos disponíveis nos portais de transparência dos municípios, bem como contratos e extratos publicados no Diário Oficial da FAMEM e no sistema SINC CONTRATA do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

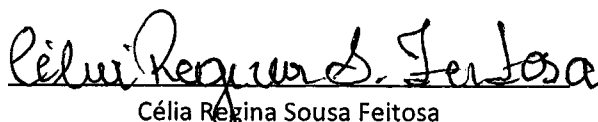
Observa-se que os valores apresentados por outras empresas/profissionais que prestam serviços da mesma natureza e especialização são superiores ao valor proposto pela empresa ESCRITÓRIO CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS, no montante de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), o que demonstra não apenas a compatibilidade com o mercado, mas também a economicidade da contratação.

Em anexo, segue a minuta do contrato administrativo para apreciação e aprovação.

Adicionalmente, informamos que, conforme certidão orçamentária, as despesas estão em conformidade com o PPA, LDO e LOA, conforme estabelecido no artigo 16, inciso II, da LC nº 101/2000.

Sendo o que dispomos para o momento reiteramos nossos mais sinceros votos de estima e consideração.

Barão de Grajaú, Maranhão, 20 de janeiro de 2025


Célia Regina Sousa Feitosa
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Processo nº 09/2025 – BARÃO DE GRAJAÚ-MA

Parecer nº 13/2025 - PGM

Assunto: Inexigibilidade de licitação. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS ADVOCATÍCIOS JUNTO À PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE GRAJAÚ, PARA ATUAÇÃO EM INSTÂNCIAS SUPERIORES DA JUSTIÇA COMUM (TJ, STJ E STF) E DA JUSTIÇA FEDERAL (TRF). Possibilidade.

Fundamentação Legal: art. 74, III, "c" da Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações.

Ao Gabinete do Prefeito,

Relatório

Trata-se de encaminhamento oriundo da Secretaria de Administração de Barão de Grajaú-MA, com vistas à análise e elaboração de parecer jurídico acerca da possibilidade de contratação direta da empresa CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ sob o nº 20.003.811/0001-53, ESPECIALIZADA EM ATUAÇÃO E CONSULTORIA EM SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS JUNTO À PROCURADORIA-GERAL DE MUNICÍPIOS, PARA ATUAÇÃO EM INSTÂNCIAS SUPERIORES DA JUSTIÇA COMUM (TJ, STJ E STF) E DA JUSTIÇA FEDERAL (TRF), A FIM DE ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE GRAJAÚ.

Aos autos, vieram acostados os seguintes documentos, indispensáveis à emissão do respectivo parecer jurídico:

- a) Documento de Formalização da Demanda - DFD;
- b) Estudo Técnico Preliminar – ETP;
- c) Mapa de Riscos;

- d) Termo de Referência;
- e) Proposta de preço;
- f) Certidões fiscais e Declaração;
- g) Dotação orçamentária e Declaração de adequação;

Esses os fatos que merecem relato, **passo a opinar.**

Fundamentação jurídica

A análise da viabilidade da contratação de SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS JUNTO À PROCURADORIA-GERAL DE MUNICÍPIOS, PARA ATUAÇÃO EM INSTÂNCIAS SUPERIORES DA JUSTIÇA COMUM (TJ, STJ E STF) E DA JUSTIÇA FEDERAL (TRF), A FIM DE ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE GRAJAÚ sem a realização de licitação deve, primeiramente, considerar os dispositivos legais estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, que regula as licitações e contratos administrativos no Brasil. A referida lei, conhecida como Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, traz uma série de inovações e diretrizes que visam garantir maior eficiência, transparência e controle na gestão pública.

A inexigibilidade de licitação está prevista no artigo 74 da Lei nº 14.133/2021. De acordo com o caput deste artigo, a licitação é inexigível quando houver inviabilidade de competição, em especial nos casos enumerados em seus incisos. O inciso II do artigo 74 dispõe sobre a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, com profissionais ou empresas de notória especialização.

A notória especialização é definida no § 1º do artigo 74 como sendo aquela que é singular, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com as atividades desenvolvidas. Esta especialização não pode ser confundida com a simples habilitação técnica ou experiência comum.

Para que a contratação direta por inexigibilidade seja válida, é imprescindível que a administração pública comprove a singularidade do objeto contratado e a notória especialização do contratado. A singularidade do objeto se refere à especificidade e à complexidade dos serviços técnicos especializados que não podem ser fornecidos por qualquer profissional ou empresa, mas apenas por aqueles que detêm conhecimentos e habilidades excepcionais na área.

No caso específico da contratação de SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS JUNTO À PROCURADORIA-GERAL DE MUNICÍPIOS, PARA ATUAÇÃO EM INSTÂNCIAS SUPERIORES DA JUSTIÇA COMUM (TJ, STJ E STF) E DA JUSTIÇA FEDERAL (TRF), A FIM DE ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE GRAJAÚ, é necessário demonstrar que tais serviços são de natureza predominantemente intelectual e que o contratado possui notória especialização. Tal comprovação pode ser feita mediante a apresentação de documentos que atestem a qualificação técnica do profissional ou da empresa, como certificados, diplomas, publicações relevantes na área, histórico de experiências anteriores bem-sucedidas e recomendações.

Ademais, é essencial que a administração pública justifique a inviabilidade de competição para o objeto contratado. Esta justificativa deve ser fundamentada em uma análise detalhada das necessidades e desafios específicos

enfrentados pela administração municipal que requerem soluções inovadoras e especializadas. A justificativa deve demonstrar que a contratação direta é a melhor alternativa para garantir a eficiência administrativa e o fortalecimento dos mecanismos de controle interno.

A contratação direta por inexigibilidade também deve observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme estabelecido no caput do artigo 37 da Constituição Federal. Estes princípios norteiam toda a atuação da administração pública e devem ser rigorosamente observados para garantir a legitimidade e a transparência do processo de contratação.

Além disso, conforme o artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, é necessário que a administração pública elabore um processo administrativo formal que contenha a justificativa para a contratação direta, a razão da escolha do contratado e a justificativa do preço. Este processo administrativo deve ser instruído com todos os documentos necessários para comprovar a regularidade da contratação.

Outro ponto relevante é que a contratação direta por inexigibilidade deve ser amplamente divulgada pela administração pública, conforme o disposto no artigo 94 da Lei nº 14.133/2021. A publicidade da contratação é fundamental para garantir a transparência do processo e permitir o controle social sobre os atos da administração pública.

Por fim, cabe ressaltar que a legislação prevê mecanismos de controle interno e externo para fiscalizar as contratações diretas realizadas pela

administração pública. O Tribunal de Contas competente tem o poder-dever de fiscalizar tais contratações, verificando sua conformidade com os dispositivos legais e princípios administrativos.

Diante do exposto, verifica-se que a contratação de SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS JUNTO À PROCURADORIA-GERAL DE MUNICÍPIOS, PARA ATUAÇÃO EM INSTÂNCIAS SUPERIORES DA JUSTIÇA COMUM (TJ, STJ E STF) E DA JUSTIÇA FEDERAL (TRF), A FIM DE ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE GRAJAÚ sem a realização de licitação é viável desde que sejam observadas as disposições legais pertinentes, especialmente as previstas nos artigos 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021. É fundamental que a administração pública comprove a inviabilidade de competição, a notória especialização do contratado e justifique adequadamente a necessidade da contratação direta.

A adoção de um processo administrativo formal, com ampla divulgação e instruído com todos os documentos necessários para comprovar a regularidade da contratação, é imprescindível para garantir a transparência e a legitimidade do processo. Além disso, o cumprimento rigoroso dos princípios constitucionais da administração pública é essencial para assegurar uma gestão eficiente e transparente.

Considerando os desafios enfrentados pela administração pública municipal e a necessidade de aprimorar seus processos internos, bem como a atuação do poder público como parte em processos judiciais em todas as esferas do Poder Judiciário, a contratação de SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS JUNTO À PROCURADORIA-GERAL DE MUNICÍPIOS, PARA ATUAÇÃO EM

INSTÂNCIAS SUPERIORES DA JUSTIÇA COMUM (TJ, STJ E STF) E DA JUSTIÇA FEDERAL (TRF), A FIM DE ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE GRAJAÚ sem a realização de licitação pode ser uma estratégia válida e eficaz. No entanto, é crucial que todas as exigências legais sejam rigorosamente observadas para evitar questionamentos futuros e garantir a conformidade com os princípios administrativos.

Portanto, recomenda-se à administração municipal seguir as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, adotando todas as medidas necessárias para justificar adequadamente a contratação direta e assegurar sua regularidade perante os órgãos de controle. A transparência e a eficiência na gestão pública são objetivos essenciais que devem ser perseguidos com rigor e diligência pela administração municipal.

Além dos aspectos já abordados na primeira parte deste parecer, é necessário aprofundar alguns pontos específicos que são fundamentais para a plena compreensão da viabilidade da contratação de SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS JUNTO À PROCURADORIA-GERAL DE MUNICÍPIOS, PARA ATUAÇÃO EM INSTÂNCIAS SUPERIORES DA JUSTIÇA COMUM (TJ, STJ E STF) E DA JUSTIÇA FEDERAL (TRF), A FIM DE ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE GRAJAÚ sem a realização de licitação.

Primeiramente, a Lei nº 14.133/2021, ao tratar da inexigibilidade de licitação, exige que a administração pública comprove a inviabilidade de competição. Essa inviabilidade é caracterizada pela impossibilidade prática de se realizar um processo licitatório competitivo para a contratação de serviços

técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, conforme mencionado no artigo 74, inciso II. O conceito de inviabilidade de competição deve ser compreendido como uma situação em que não há alternativas viáveis no mercado que possam atender às necessidades específicas da administração pública com a mesma qualidade e especialização.

A singularidade do objeto contratado é outro ponto crucial. Para que se justifique a inexigibilidade de licitação, os serviços de assessoria e consultoria devem ser singulares, ou seja, devem possuir características únicas que os diferenciem de serviços comuns. Isso pode incluir um conjunto específico de conhecimentos especializados, metodologias exclusivas ou experiência comprovada em situações semelhantes às enfrentadas pela administração municipal. A singularidade do objeto deve ser detalhadamente descrita no processo administrativo, demonstrando que os serviços contratados são únicos e indispensáveis.

A notória especialização do contratado é definida pelo § 1º do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021. Este dispositivo estabelece que a notória especialização decorre do reconhecimento público do desempenho, da experiência e das qualificações excepcionais do profissional ou empresa contratada. Para comprovar a notória especialização, a administração pública pode utilizar diversos documentos, tais como certificados de cursos avançados, diplomas acadêmicos, publicações científicas, premiações, recomendações de outros órgãos públicos e históricos de projetos bem-sucedidos.

Além disso, o processo administrativo que fundamenta a contratação direta deve ser robusto e bem documentado. Conforme o artigo 75

da Lei nº 14.133/2021, é necessário que o processo administrativo contenha a justificativa para a contratação direta, a razão da escolha do contratado e a justificativa do preço. A justificativa do preço deve ser elaborada com base em pesquisa de mercado ou em outros critérios objetivos que demonstrem que o valor contratado é compatível com os preços praticados no mercado para serviços similares.

A transparência é um princípio fundamental que deve ser observado em todo o processo de contratação direta por inexigibilidade. O artigo 94 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que as contratações diretas devem ser divulgadas amplamente para garantir o controle social e a fiscalização por parte dos órgãos competentes. A publicidade dos atos administrativos é essencial para assegurar a legitimidade e a confiança da população nas ações da administração pública.

A observância dos princípios constitucionais da administração pública, especialmente aqueles previstos no caput do artigo 37 da Constituição Federal (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência), é indispensável para garantir a regularidade e a legitimidade da contratação direta. A administração pública deve atuar com transparência, justificando detalhadamente suas decisões e assegurando que todos os atos sejam pautados pela legalidade e pela moralidade administrativa.

Adicionalmente, é importante destacar que a contratação direta por inexigibilidade está sujeita ao controle interno e externo. O Tribunal de Contas competente tem o dever de fiscalizar tais contratações para verificar sua conformidade com os dispositivos legais e princípios administrativos. A atuação

dos órgãos de controle é fundamental para prevenir irregularidades e garantir que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente e transparente.

Para assegurar a viabilidade da contratação de SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS JUNTO À PROCURADORIA-GERAL DE MUNICÍPIOS, PARA ATUAÇÃO EM INSTÂNCIAS SUPERIORES DA JUSTIÇA COMUM (TJ, STJ E STF) E DA JUSTIÇA FEDERAL (TRF), A FIM DE ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE GRAJAÚ sem licitação, recomenda-se que a administração municipal adote uma série de medidas estratégicas: Realizar um levantamento detalhado das necessidades específicas da administração municipal que justifiquem a contratação dos serviços especializados; Identificar profissionais ou empresas que possuam notória especialização na área, comprovada por meio de documentos e referências relevantes; Elaborar um processo administrativo formal contendo todas as justificativas necessárias para a contratação direta, incluindo a inviabilidade de competição, a singularidade do objeto e a notória especialização do contratado; Garantir que o processo administrativo esteja instruído com todos os documentos necessários para comprovar a regularidade da contratação, incluindo pesquisas de mercado para justificar o preço contratado; Assegurar ampla divulgação da contratação direta, conforme exigido pelo artigo 94 da Lei nº 14.133/2021, para garantir transparência e permitir o controle social; Observar rigorosamente os princípios constitucionais da administração pública em todas as etapas do processo de contratação direta; Submeter o processo administrativo à análise prévia dos órgãos de controle interno para verificar sua conformidade com as disposições legais antes da formalização do contrato; Manter uma comunicação clara e transparente com o Tribunal de Contas competente,

fornecendo todas as informações e documentos necessários para facilitar a fiscalização e evitar questionamentos futuros.

Seguindo essas diretrizes, a administração municipal poderá justificar adequadamente a contratação direta por inexigibilidade e assegurar sua regularidade perante os órgãos de controle. A adoção dessas medidas garantirá não apenas a conformidade legal do processo, mas também contribuirá para uma gestão pública mais eficiente e transparente.

Em conclusão, a contratação de SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS JUNTO À PROCURADORIA-GERAL DE MUNICÍPIOS, PARA ATUAÇÃO EM INSTÂNCIAS SUPERIORES DA JUSTIÇA COMUM (TJ, STJ E STF) E DA JUSTIÇA FEDERAL (TRF), A FIM DE ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE GRAJAÚ sem licitação é viável desde que sejam rigorosamente observadas as disposições legais previstas na Lei nº 14.133/2021.

A administração municipal deve comprovar a inviabilidade de competição, a singularidade do objeto contratado e a notória especialização do contratado, além de adotar todas as medidas necessárias para justificar adequadamente a contratação direta e assegurar sua regularidade perante os órgãos de controle.

Dessa forma, será possível promover uma gestão pública mais eficiente e transparente, em conformidade com os princípios administrativos e as diretrizes estabelecidas pela nova legislação.

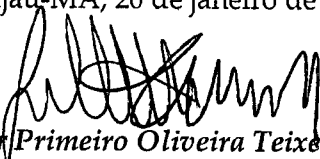
Diante do exposto e considerando todas as normativas e argumentações jurídicas abordadas e aplicáveis ao caso em questão, concluo a consulta solicitada. Este parecer, embasado em criteriosa análise, reflete meu entendimento jurídico sobre a matéria, devendo ser considerado como tal para os devidos fins - e sem que perca o caráter meramente opinativo e interpretativo.

Conclusão

Ante o exposto, opina esta Procuradoria Jurídica que seja dada continuidade ao certame, com base nos documentos e argumentos supracitados, referente à contratação direta, mediante inexigibilidade de licitação, da empresa CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ sob o nº 20.003.811/0001-53, ESPECIALIZADA EM ATUAÇÃO E CONSULTORIA EM SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS JUNTO À PROCURADORIA-GERAL DE MUNICÍPIOS, PARA ATUAÇÃO EM INSTÂNCIAS SUPERIORES DA JUSTIÇA COMUM (TJ, STJ E STF) E DA JUSTIÇA FEDERAL (TRF), A FIM DE ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE GRAJAÚ.

S.M.J., este é o meu parecer, que submetemos à análise da Autoridade Superior.

Barão de Grajaú-MA, 20 de janeiro de 2025.


Júlio César Primeiro Oliveira Teixeira
Procurador Geral do Município de Barão de Grajaú-MA
OAB/MA nº 13.719
Portaria nº 009/GAB.PREF, 01 de janeiro de 2025.

DESPACHO PARA PARECER CONTROLE INTERNO

DADOS DO PROCESSO	
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	009/2025
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	005/2025
MODALIDADE:	INEXIGIBILIDADE
ÓRGÃO GERENCIADOR:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ÓRGÃO(S) PARTICIPANTES(S)	-
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ADVOCACIA JUNTO À PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO, PARA ATUAÇÃO EM INSTÂNCIAS SUPERIORES DA JUSTIÇA COMUM (TJ, STJ E STF) E NA JUSTIÇA FEDERAL (TRF)
VALOR ESTIMADO:	R\$ 288.000,00 (duzentos e oitenta e oito mil reais)

Senhor Controlador,

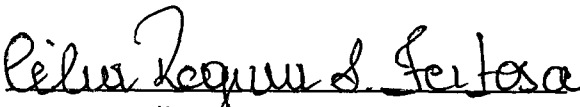
Encaminhamos para sua análise e elaboração de parecer o Processo Administrativo nº 009/2025, que trata da contratação direta, na modalidade de inexigibilidade de licitação, para a prestação de serviços técnicos especializados em assessoria e consultoria jurídica, a ser realizada com a empresa ESCRITÓRIO CHAVES & MAIA ADVOGADOS ASSOCIADOS.

Solicitamos a análise dos documentos apresentados e a verificação da conformidade legal da contratação, com base na Lei 14.133/2021, emitindo parecer conclusivo sobre a viabilidade do prosseguimento do processo e autorização para contratação.

Atenciosamente.

Sendo o que dispomos para o momento reiteramos nossos mais sinceros votos de estima e consideração.

Barão de Grajaú, Maranhão, 22 de janeiro de 2025


Célia Regina Sousa Feitosa
AGENTE DE CONTRATAÇÃO